



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TÂNIA MARA MACHADO THOMÉ

A EDUCAÇÃO E O ZERO HORA:
REFLEXOS E REFRAÇÕES DO DISCURSO NEOLIBERAL NAS PÁGINAS DE
UM JORNAL

CHAPECÓ

2018

TÂNIA MARA MACHADO THOMÉ

**A EDUCAÇÃO E O ZERO HORA:
REFLEXOS E REFRAÇÕES DO DISCURSO NEOLIBERAL NAS PÁGINAS
DE UM JORNAL**

Dissertação de Mestrado apresentada para o Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Doutora Camila Caracelli Scherma

CHAPECÓ

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E

Centro, Chapecó, SC - Brasil

Caixa Postal 181

CEP 89802-11

FICHA CATALOGRÁFICA

Thomé, Tânia Mara Machado

A educação e o Zero Hora : reflexos e refrações do discurso neoliberal nas páginas de um jornal / Tânia Mara Machado Thomé. -- 2018.

157 f. : il.

Orientador: Camila Caracelli Scherma.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

1. Círculo de Bakhtin. 2. Políticas educacionais. 3. Jornal. I. Scherma, Camila Caracelli, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

TÂNIA MARA MACHADO THOMÉ

A EDUCAÇÃO E O ZERO HORA: REFLEXOS E REFRAÇÕES DO DISCURSO
NEOLIBERAL NAS PÁGINAS DE UM JORNAL

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para a obtenção do título de
Mestre em Educação, defendido em banca examinadora em 25/ 09 /2018.

Aprovado em: 25 / 09 / 2018

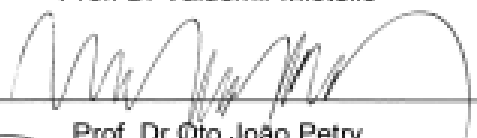
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Camila Caracelli Scherma



Prof. Dr Valdemir Miotello



Prof. Dr Otto João Petry



Prof.ª Dr.ª Adriana Maria Andreis

Chapecó, SC. Setembro de 2018

AGRADECIMENTOS

Especialmente à Professora Maria, minha mãe. Grata por ser exemplo de luta, coragem, dignidade, por ser minha incentivadora maior, que conseguiu, ao longo de sua vida, ensinar, principalmente pelo exemplo, a importância de aprender sempre.

Ao meu pai, João (in memoriam), meu amigo, incentivador, exemplo de superação. Imortal em minhas memórias, sempre alento e certeza de que uma boa luta vale uma vida inteira.

À professora orientadora Camila Caracelli Scherma, presente do Mestrado! Por compartilhar mais que conteúdos, por ensinar a importância da escuta, as inúmeras formas de ver o mundo, por me apresentar o pensamento Bakhtiniano, pelos diálogos, pela amorosidade em experimentar o mundo e as pessoas. Pelos encontros inesquecíveis, pela paciência, por acreditar em mim e na possibilidade de fazermos heterociência juntas. Referência fundamental em minha vida como Professora e ser humano.

Ao César Augusto, meu amor, meu companheiro de vida. Aos meus filhos, Vanessa e Héctor, pela escuta paciente, amor, incentivo e entusiasmo nos momentos mais difíceis. Com vocês, tudo sempre faz sentido, são inspiração cotidiana.

À vó Leni, pelos diálogos, pelas risadas gostosas, pelas atitudes de humildade que ensinam e encantam, pelo companheirismo, carinho que se traduz na comida feita e compartilhada todos os dias.

Aos Professores Valdemir Miotello (UFSCAR), Otto João Petry (UFFS) e Adriana Maria Andreis (UFFS) pela amorosidade e respeito com os quais acolheram minha escrita, pela disponibilidade em fazerem parte de minha banca.

À Jessica Pauletti, minha filha e companheira do Mestrado. Obrigada pelos diálogos, abraço amigo, estímulo e parceria. Um ser humano lindo em todos os sentidos. Foi um prazer enorme compartilhar desses momentos contigo!

Às BAKHTINIANAS, companheiras neste potente processo que é compreender o pensamento bakhtiniano, Ileide, Daniela, Thais, Gisele, Rose e Fernanda, obrigada pelas trocas, por me permitirem conhecer um pouco de cada uma!

Aos educadores da Escola Estadual de Ensino Médio Maria Dulcina e Cenicista Padre Manoel Gomez Gonzalez, pelo incentivo, apoio, compreensão e companheirismo diário na construção da educação.

Aos meus companheiros de Mestrado, pessoas incríveis que compartilharam, além de aprendizados, amor à Educação e a esperança na construção de um mundo mais justo, menos desigual.

A todos que, convivendo comigo, contribuíram com seus diálogos para a concretização do Mestrado.

O que ocorre, de fato, é que, quando me olho no espelho, em meus olhos olham olhos alheios; quando me olho no espelho não vejo o mundo com meus próprios olhos desde o meu interior; vejo a mim mesmo com os olhos do mundo - estou possuído pelo outro.

Mikhail Bakhtin

RESUMO

Este é um trabalho no qual realizo o estudo discursivo sobre a Educação nas páginas do jornal Zero Hora (ZH) e na mídia eletrônica GaúchaZH, jornais de grande circulação e de alcance regional no estado do Rio Grande do Sul. Nele, proponho compreender, principalmente, os reflexos e as refrações do discurso neoliberal na materialidade de enunciados sobre Educação. Objetivo, ainda, fazer pesquisa à luz da Filosofia da Linguagem Bakhtiniana e refletir principalmente sobre a palavra. Palavra como um instrumento de poder. A partir da compreensão das concepções de Bakhtin e do Círculo de Bakhtin sobre o discurso, parto dos mais diferentes enunciados pela necessidade de estabelecer relações que levem à compreensão do sentido dos discursos. Compreendo que a superestrutura que abarca todos os aparatos políticos, econômicos e ideológicos, liderados pela grande mídia e a serviço do sistema capitalista, cumpre o papel de tentar apagar toda a oposição e crítica dos sujeitos sociais, relegando-os a uma dimensão unívoca. Por outro lado, compreendo que dos embates ideológicos surgem as divergências discursivas que se transformam em luta entre a estabilidade e a instabilidade, embates que são discursivos, uma vez que os signos ideológicos refratam e refletem uma mesma realidade, de modo diferente, já que são gestados nos interesses das classes. A metodologia baseia-se tanto nas compreensões dos jornais que compõem a pesquisa, quanto naquilo que com os materiais dialoga, isto é, a relação do neoliberalismo com o signo Educação. O recorte temporal são os anos de 2016, 2017, 2018. As fontes pesquisadas consistem em notícias, notas, artigos, editoriais e entrevistas, bem como imagens sobre a Educação publicadas no Jornal ZH impresso e GaúchaZH, mídia eletrônica. Ensejo que o estudo do discurso aqui promovido possibilite a identificação e a compreensão de valores tradicionais do neoliberalismo em diálogo com a Educação no Brasil. Além disso, busco cotejar discursos, evidenciar outras vozes, promover o encontro e compreender, por meio dos sentidos bakhtinianos, a tensão que ocorre entre as forças centrípetas - expressas pela palavra hegemônica, para a qual a Educação deve servir aos seus interesses - e as forças centrífugas - representadas por outras vozes, significando a resistência, a contrapalavra, configuradas por tensão e abertura, desvelando, ideologicamente, as relações sociais efetivas ligadas à vida.

Palavras-chave: Círculo de Bakhtin. Políticas Educacionais. Jornal.

ABSTRACT

This is a paper in which I perform the discursive study about the Education on the pages of the newspaper *Zero Hora (ZH)* and on the electronic media *GaúchaZH*, news of wide circulation and of regional coverage in the state of Rio Grande do Sul. In this paper, I propose to understand, mainly, the reflexes and refractions of the neoliberal discourse on the materiality of assertions about Education. The objective, yet, is to conduct the research according to Bakhtin's Philosophy of Language and to specially reflect about the word. Word as an instrument of power. As of Bakhtin's conceptions and Bakhtin's Circle on discourse, I start with the most different assertions due to the necessity to establish relations which guide us to an understanding of the meaning of discourses. I understand that the superstructure that englobes all the political, economic and ideological apparatus, led by the great media and in service of the capitalist system, fulfill the role of trying to erase all the opposition and critic of social subjects, relegating them to an unambiguous dimension. On the other hand, I observe that from the ideological debates are risen the discursive divergences which are transformed into fight, between the stability and instability, conflicts that are discursive, once the ideological signs refract and reflect the same reality, in different ways, since they are conceived on the same interest of the classes. The methodology is based on the comprehension of the newspapers which compose this research, as well as on what is dialogued with the materials, that is, the relation between neoliberalism and the sign Education. The timeline is the years of 2016, 2017 and 2018. The sources consist of news, notes, articles, editorials, and interviews, as well as pictures about Education, published in the printed version of the newspaper *Jornal ZH* and the electronic media *GaúchaZH*. I seize the opportunity to say that the discursive study here promoted may enable the identification and understanding of traditional values of neoliberalism in dialogue with Brazil's Education. Besides, I seek to collate discourses, highlight other voices, promote the encounter and to understand, through Bakhtin's directions, the tension that occurs between centripetal forces – expressed by the word hegemonic, to which Education must serve to its interests – and centrifuge forces – represented by other voices, meaning the resistance, the counter word, shaped by tension and overture, unveiling, ideologically, the social relations effectively connected to life.

Keywords: Bakhtin's Circle. Educational Policies. Newspaper.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1. INTRODUÇÃO	15
2. CAPÍTULO I: DISCURSO NEOLIBERAL SOBRE EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DO ZERO HORA.....	30
2.1 Introdução.....	30
2.2 Reflexão e refração do signo Educação em ZH.....	30
2.3 A palavra como arena de disputa materializada nos enunciados do jornal ZH sobre Educação	39
3. CAPÍTULO II: POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E OS SUJEITOS DA ESCOLA PÚBLICA, NAS PÁGINAS DE ZERO HORA	63
3.1 Introdução.....	63
3.2 A construção identitária da escola pública, professores e alunos: reflexos e refrações nos enunciados de ZH.....	63
3.2.1 A construção de identidade da escola pública em ZH – Um caso de Polícia?.....	89
4 CAPÍTULO III: A BUSCA PELAS PALAVRAS OUTRAS NO JORNAL ZERO HORA	99
4.1 Introdução.....	99
4.2 O embate permanente de forças no mesmo enunciado – as contrapalavras no lócus do jornalismo neoliberal	99
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140
APÊNDICES	149
APÊNDICE 1.....	149
O ANO LETIVO NA REDE MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE COMEÇA COM NOVIDADE.	149
APÊNDICE 2.....	153
PORTO ALEGRE TEM UMA ESCOLA VOLTADA A MORADORES DE RUA.	153

APRESENTAÇÃO

Joaquim Sapé

*Os ornamentos de trapo de Joaquim Sapé já estavam criando cabelo de tão sujos.
Joaquim atravessava as ruelas da Aldeia como se fosse um Príncipe.
Com aqueles ornamentos de trapo.
Quando entrava na Aldeia com o saco de lata às costas
Crianças o arroteavam.
Um dia me falou, esse andarilho (eu era criança):
– Quando chove nos braços de um formiga, o horizonte diminui.
O menino ficou com a frase incomodando na cabeça.
Como é que esse Joaquim Sapé, que mora debaixo do
chapéu, e que nem tem aparelho de medir céu, pode
saber que os horizontes diminuem quando chove nos braços de uma formiga?
Se nem quase formiga tem braço!
Igual quando ele me disse que do lado esquerdo do
sol voam mais andorinhas do que os outros pássaros?
Pois ele não tinha aparelho de medir o sol, como podia saber!
Ele seria um ensaio de cientista?
Ele enxergava prenúncios!
Manoel de Barros*

Estou em busca de prenúncios, assim como o personagem de Manoel de Barros, que faz um maravilhoso elogio às coisas e às pessoas costumeiramente tratadas como desvalidas, substanciando um cronotopo¹, constituindo uma concepção de mundo e de homem, nos infindáveis embates entre os sentidos e os valores; o que me move são os ditos, mas também os não ditos, interesse-me pelos atores principais, mas tenho queda pelas histórias daqueles a quem o discurso oficial costumeiramente tratou com desinteresse, com certo desdém. Ao principiar o que pretendo, convido ao exercício da paciência e à busca interessada, respeitosa, mas também ávida pelo novo, singular, que dê e faça sentido à minha condição de aprendiz.

Antes, preciso compartilhar o motivo que me levou à pesquisa sobre a palavra, talvez seja ainda uma memória de um curso de Jornalismo não concluído, mas fato é que a tal profissão sempre me entusiasmou, não mais que a docência, mas era uma espécie de segunda opção, forte.

Fui apresentada muito cedo ao gênero jornal por meu pai, apaixonado pelas palavras, ainda que não tivesse cursado mais que a 4ª série do antigo

¹ “No cronotopo artístico-literário ocorre a fusão dos indícios espaciais e temporais num todo compreensivo e concreto. Aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. Os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo. Esse cruzamento de séries e a fusão de sinais caracterizam o cronotopo artístico.” (BAKHTIN, 1998 p.211).

primário, ele sempre deu jeito de nos mostrar as letras; o jornal passou a ser nossa maior fonte de informações desde os idos dos anos 70. Já adolescente, em 1988, com a “experiência de meus 18 anos”, compreendi que era hora de realizar sonhos; consegui uma vaga como repórter policial em um jornal da cidade de Passo Fundo² – onde morava na época –; minha carreira durou exatos sete dias, tempo suficiente para que meu pai descobrisse e proibisse, categoricamente, a sua única filha-menina de se arriscar pelo mundo do crime.

Anos mais tarde, depois de formada em Geografia, outra vez a paixão pelas palavras e pela literatura me levaram ao curso de Letras, na antiga Unoesc, o qual não concluí por conta do trabalho de meu marido, que nos levou a mudar de cidade, impossibilitando que eu o finalizasse. Fato é que sempre me encantaram as palavras, com toda a sua força e possibilidades, e mais ainda o jornal, como veículo de informação diária, rápida e barata, cumprindo a inefável missão de contar as boas e as más notícias, atuando como a voz de todos, indistintamente, algoz incansável da verdade.

O tempo passou, e grande parte de meu encantamento foi-se embora quando compreendi que a grande mídia não é tão imparcial ou neutra quanto expressa, ousou dizer que não há, nesse meio, neutralidade ou possibilidades para a imparcialidade. Aqui nesse pedaço do Brasil, no sul do continente, o conglomerado Rede Brasil Sul (RBS) tornou-se uma espécie de consciência das pessoas, formadora de opiniões, e tem reinado quase que absoluto quando o assunto é comunicação, nos mais diversos espaços.

Sou Professora e, assim como Paulo Freire, pouco acredito em predestinações e, também como ele, penso que ninguém nasce educador ou transforma-se em um, numa certa terça-feira, às quatro horas da tarde. Após 20 anos, ainda vejo-me em construção, e aprender sempre foi uma urgência, uma fome jamais saciada ou contida. Na busca pelo aprendizado, a vida presenteou-me com alguns regalos, um deles, particularmente precioso, minha orientadora, Camila, a quem serei infinitamente grata por ter me apresentado – num anoitecer

² Considerada a maior cidade do Norte do estado do Rio Grande do Sul, é classificada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – como cidade polo regional, com população estimada em 198.799 habitantes, de acordo com o IBGE em 2017. Também conhecida como “Capital Nacional da Literatura” por realizar a cada dois anos a Jornada Nacional de Literatura. É referência em educação – possui várias universidades e faculdades – bem como na área de saúde (www.cidade-brasil.com.br).

frio de agosto (mês dos cães doidos) – Bakhtin, “o filósofo russo” de quem eu jamais ouvira falar, e então ela esperançou em mim.

Em 2016, por conta de um também entusiasmo contagiante de Camila, fui parar em Recife, e ali conheci *O Rodas*, uma espécie de arena que busca integrar e constituir diálogos entre Bakhtinianos. Essa experiência tão enriquecedora agiu como combustível, instigando-me a compreender mais e mais o pensamento Bakhtiniano, e então cotidianamente, ancorados pela Camila, o fazemos em nosso pequeno círculo, ao qual denominamos *Bakhtinianas*.

Aqui, coletivamente, vamos nos desafiando, nos constituindo, nos reforçando, cada qual com seu pedaço de mundo, suas vivências, suas verdades, suas pesquisas, com amorosidade, com respeito às singularidades, com rigor – porque assim a ciência requer – buscamos juntas esperançar a vida. Nessa busca incessante pela compreensão do mundo, ele, o tal filósofo, trouxe mais dúvidas do que certezas, mas deu-me a possibilidade de sonhar com outra realidade, menos dura, singular, mais respeitosa, polifônica, dialógica, com espaços para a fala e para a escuta.

Na escrita a qual me lanço, o farei de forma singular, na primeira pessoa - uma das tantas provocações da Camila - o que devo confessar tem sido desconcertante, mas ao mesmo tempo em que responsabiliza, liberta.

Espero ainda que este estudo transcenda à academia e chegue até a minha escola de ensino básico e, de alguma forma, faça sentido, toque, aos meus alunos e colegas. Acredito, talvez, utopicamente, que esta deva ser a função da ciência, ainda mais quando se faz pesquisa sobre Educação, palavra e neoliberalismo, três instâncias permeadas pelo fazer humano e que falam muito à realidade que vivencio diariamente.

Desta forma, é no desafio de, pelas lentes de Bakhtin e de seu Círculo, compreender a relação da tríade – neoliberalismo – Educação – jornalismo, que este trabalho ganhou sentido.

Apesar de Você

*Hoje, você é quem manda. Falou, tá falado
 Não tem discussão, não
 A minha gente hoje anda falando de lado
 E olhando pro chão, viu
 Você que inventou esse estado
 E inventou de inventar toda a escuridão
 Você que inventou o pecado
 Esqueceu-se de inventar o perdão
 Apesar de você, amanhã há de ser outro dia
 Eu pergunto a você onde vai se esconder
 Da enorme euforia
 Como vai proibir quando o galo insistir em cantar
 Água nova brotando e a gente se amando sem parar
 Quando chegar o momento, esse meu sofrimento
 Vou cobrar com juro, juro todo esse amor reprimido
 Esse grito contido, este samba no escuro
 Você que inventou a tristeza ora,
 Tenha a fineza de desinventar
 Você vai pagar e é dobrado, cada lágrima rolada
 Nesse meu penar
 Apesar de você, amanhã há de ser outro dia
 Inda pago pra ver o jardim florescer
 Qual você não queria
 Você vai se amargar vendo o dia raiar
 Sem lhe pedir licença e eu vou morrer de rir
 Que esse dia há de vir antes do que você pensa
 Apesar de você amanhã há de ser outro dia
 Você vai ter que ver a manhã renascer
 E esbanjar poesia
 Como vai se explicar vendo o céu clarear
 De repente, impunemente
 Como vai abafar nosso coro a cantar
 Na sua frente
 Apesar de você
 Amanhã há de ser
 Outro dia
 Você vai se dar mal
 Etc. e tal
 Lá lá lá lá laiá
 Chico Buarque³*

³ Álbum Chico Buarque, (1978).

1. INTRODUÇÃO

Este estudo nasceu, além de minha paixão pelas palavras, também das inquietações provocadas pela leitura quase que diária de um jornal sobre a mesa dos Professores, em uma escola pública no estado do RS. Despontou de um olhar enviesado, ou como para Bakhtin [Volochínov]⁴ “um olhar oblíquo” (2014 p. 91), um olhar indireto que me forçou a pensar em outras formas, outros meios de ver as coisas, dando espaço para que os sentidos auxiliassem na compreensão de como se dão os embates, o refletir e o refratar nos enunciados sobre Educação, buscando olhar para além da superfície.

As inquietações aqui confessadas foram corroboradas pelo fato de que na escola em questão, e desconfio que em outras mais, o jornal Zero Hora (ZH) tornou-se material didático que permeia, baliza, o fazer diário dos Professores, constituindo verdades e consciências.

Exemplificando a respeito da realidade midiática no sul do Brasil, a Rede Brasil Sul (RBS)⁵ detém a quase totalidade dos veículos de comunicação, ou seja, aquilo que o cidadão meridional não escuta em uma rádio da RBS, ele, inexoravelmente, vai assistir em algum horário da TV RBS e se, por ventura, ele

⁴ Na apresentação da obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Yaguello (2014) explicita ser difícil afirmar com certeza quais partes do texto se devem a Volochínov. “Segundo o professor Ivánov, que deve informação ao próprio Bakhtin, o título e certas partes do texto ligadas à escolha deste título são de Volochínov” (2014 p. 13). Uma vez que, neste trabalho me detenho no esclarecimento teórico e não nas autorais, tais questões de autoria, não apresentam problemas para o resultado desta pesquisa. Utilizarei as referências como aparecem na ficha catalográfica da obra, ou seja, Bakhtin [Volochínov].

⁵ A formação do grupo Rede Brasil Sul (RBS) tem seu início por volta de 1967, quando os Sirotsky realizaram a compra da TV Gaúcha, ligando-a à Rede Globo como uma de suas empresas filiadas. Em 1970 tornam-se únicos proprietários do jornal ZH, constituindo assim o complexo RBS, ampliando seus veículos de rádio, emissoras de TV e jornais pelo interior do RS e de Santa Catarina. Na década de 1990, segundo Berger, entre todos os pequenos jornais que existiam no RS, permaneceram somente os do grupo RBS. Apesar de encontrarmos, ainda, alguns periódicos regionais, suas tiradas são tão ínfimas que não chegam a representar concorrência ao jornal ZH. Nesse sentido a referida autora informa que aqueles, os quais possam oferecer a menor disputa de mercado, são rapidamente adquiridos pelo grupo, tendo como exemplo *O Pioneiro* de Caxias do Sul (2003, pág. 54). Nos anos 90 a hegemonia do Jornal ZH passou a ser absoluta ao investir em tecnologia, consolidando sua imagem, fazendo parte de um grupo de abarca quase toda a totalidade de veículos de comunicação, o jornal ZH pode divulgar nas emissoras de TVs e rádios de maiores audiência e assim conseguiu alcançar a posição – segundo site da Associação Nacional de Jornais (ANJ) - em 2015, de ser o 6º jornal mais lido no país. Segundo pesquisa Ibope, ZH é um jornal, por seu alcance territorial e demográfico, capaz de influenciar nas discussões das grandes questões nacionais (BERGER, 2003).

não conseguiu ouvir ou assistir, ele poderá acessar, via mídia eletrônica⁶ da RBS e conferir aquilo que foi notícia, podendo, por fim, se não o fez através dos demais canais, conferir no jornal ZH impresso, também do grupo RBS.

Importa refletir, neste caso, mais implicitamente no contexto da Educação formal e seus sujeitos, quanto ao alcance e influência da mídia, ao entrar no cotidiano de alunos e professores, com o enorme poder de penetração, por ser detentora dos mais variados veículos de comunicação e, ainda, possuir capacidade de circular nas escolas, normalmente pelas mãos dos educadores, que funcionam como endossadores das notícias publicadas em ZH, sendo possível, nesse sentido, ouvir a seguinte fala, “foi assim, eu li no Zero Hora”, como se o fato de ter sido notícia em ZH⁷ bastasse para cristalizar-se como verdade⁸.

O leitor poderia intuir que esta identidade, de algoz incansável da verdade, advém de uma possível imagem construída por meio do jornalismo imparcial ou neutro, como bem advoga a RBS em seus documentos e editoriais; compreendo, porém, que essa imagem construiu-se através do monopólio, que acaba por dominar toda a esfera pública do jornalismo, tendo controle de quase tudo o que se noticia, agindo como impeditivo para o deslindamento das informações, através do possível debate público, coletivo, comprometendo o papel social do jornalismo e seu poder de responder às demandas sociais e aos interesses da coletividade.

⁶ ZH é um jornal oferecido na forma impressa e *online*, vendido em bancas ou por assinaturas, sendo dividido de forma sistemática: capa, informe especial, crônicas, opinião do leitor, notícias, sua vida, classificados, obituário, esportes, previsão do tempo, horóscopo, divirta-se, propagandas e contracapa. Toda essa informação já vem pronta para ser consumida, sendo que a própria mídia define quais as informações merecem destaque ou não. A partir de dezembro de 2009, as notícias e os cadernos fixos já podiam ser conferidos no Kindle. ZH foi o segundo veículo jornalístico brasileiro a lançar a sua representação no suporte. O veículo jornalístico costuma interligar os seus conteúdos em múltiplas plataformas. Em um mundo cada vez mais competitivo, o jornal ZH, se mantém há mais de 20 anos como o principal diário impresso do Rio Grande do Sul (RS), está entre os dez maiores do País e é o preferido do mercado anunciante, pois comprova maior número de leitores por exemplar. Disponível em <http://www.sbece.com.br/2015/resources/anais/3/1430094260_ARQUIVO_PoliticasPublicasdeAsistenciaSocial.pdf>. Acesso em 2017.

⁸ [...] ZH é um jornal referência no estado do Rio Grande do Sul, pertencente à Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), o maior complexo multimídia do sul do País. Devido a esta vinculação, o jornal dispõe de uma série de vantagens, como: força econômica, projeção, rotinas de produção de um grande jornal e influência (sobretudo na Região Metropolitana de Porto Alegre, onde as grandes decisões políticas do estado acontecem e onde se concentra a maior parte da população do Rio Grande do Sul - RS), superando assim os demais jornais do estado. Disponível em <http://www.sbece.com.br/2015/resources/anais/3/1430094260_ARQUIVO_PoliticasPublicasdeAsistenciaSocial.pdf>. Acesso em 2017.

Configura-se, portanto, a prática da monovocalidade, na qual toda a possibilidade de crítica, que deveria ser oportunizada pela participação coletiva, deixa de ser, pois a grande mídia orienta-se segundo as normas mercadológicas, buscando impedir que os sujeitos sociais desenvolvam uma percepção autônoma, tendendo a reproduzir um discurso, que, na sua materialidade, pretende massificar, monologizar, contribuindo para a manutenção das estruturas sociais vigentes (excludente, desigual, etc.), dificultando o desenvolvimento da consciência crítica, a possibilidade da formação de sujeitos autônomos, independentes, com capacidade de julgar e de decidir conscientemente.

Ao mesmo tempo, minha tentativa de olhar enviesado encontra na materialidade dos discursos o emergir das vozes outras, consequência dos embates constantes e latentes em todas as esfera sociais; também ali, no lócus da ideologia neoliberal, é possível testemunhar a luta que ocorre entre as diferentes forças discursivas, ainda que os espaços ocupados por ambas, em um jornal de grande tiragem, sejam absurdamente desiguais.

Assim, proponho estudo sobre o signo Educação nas páginas do jornal ZH do RS. Nele, busco principalmente refletir sobre os reflexos e refrações do discurso neoliberal sobre Educação, na materialidade de enunciados que são publicados em um jornal de grande circulação, de alcance regional.

É também forte o desejo de fazer pesquisa à luz da Filosofia da Linguagem Bakhtiniana e refletir sobre a palavra. Palavra como instrumento de poder, para Bakhtin (2014, p. 38) “é necessário realizar um estudo profundo e pungente da palavra como signo social, para entender seu funcionamento como instrumento de consciência”. A partir da compreensão das concepções de Bakhtin e demais componentes do Círculo⁹, sobre discurso, parto dos mais diferentes enunciados pela necessidade de estabelecer relações que levem à compreensão do sentido dos discursos.

Por ser um estudo da palavra, ou ainda, dos enunciados sobre Educação, interessam-me os embates que ocorrem, através dos discursos. Um embate que interpenetra os diferentes sujeitos sociais e seus interesses, neste caso; da

⁹ O Círculo de Bakhtin situa-se no contexto da episteme soviética, especialmente nas décadas de 20 e 30 do século XX. Inicialmente, não podemos falar do Círculo sem mencionar a importância da amizade entre seus membros (Bakhtin, Volochínov e Medvedev, entre outros não menos importantes) e seus escritos teórico-filosóficos, às vezes construídos a mais de duas mãos e, alguns, por meio de trocas de identidades sob pseudônimos, como forma de resistência à visão totalitária do stalinismo (PAULA, 2013, p. 243).

grande mídia, que serve como aparato para a disseminação das ideias neoliberais sobre Educação, versus outros sujeitos sociais, estes, lutando por uma escola com capacidade de pensar uma Educação libertária, calcada em valores éticos, críticos, mais humanizadora, menos mercadológica.

Parto da hipótese de que os enunciados sobre Educação, publicados no jornal ZH, refratam e refletem a ideologia neoliberal, sendo construídos, principalmente, com a finalidade de manter e fortalecer o *status quo*; prática das classes dominantes em tornar a Educação uma dimensão a mais a serviço do mercado, contribuindo para o acirramento das desigualdades, da competição, da exclusão social, individualismo, egoísmo.

No entanto, esse mesmo discurso revela contradições, pois nas mesmas páginas, ainda que em menor visibilidade, é possível observar a construção de discursos contra-hegemônicos, nos quais diferentes sujeitos sociais questionam, contestam as verdades únicas, possibilitando emergir as contrapalavras, desorganizando o discurso hegemônico, desvelando o caráter deformador dos signos e, através deles, os contrastes, as diferenças, as desigualdades entre as classes na atualidade.

Na intenção de alcançar os objetivos que proponho, o conjunto de dados baseia-se tanto no estudo do material dos jornais que compõem a pesquisa, quanto daquilo que com os materiais dialoga, isto é, a relação do neoliberalismo com o signo Educação.

O recorte temporal são os anos de 2016, 2017 e 2018; justifico esta escolha por serem os referidos anos de mudanças políticas significativas no país, uma vez que o golpe que retirou a presidenta Dilma Rousseff do cargo, sustentado pelos poderes hegemônicos, redundou em consequências bem visíveis, penalizando as classes sociais mais empobrecidas, com a diminuição dos investimentos do Estado brasileiro em políticas sociais, em todos os setores, mas, de forma mais implacável em Educação e Saúde. Nesse sentido, observam-se, ainda, mudanças significativas na fundamentação ideológica, que embasam, justificam, norteiam as políticas públicas e, entre estas, as políticas públicas educacionais.

As fontes pesquisadas consistem em notícias, notas, artigos, editoriais, entrevistas e imagens sobre a Educação, publicados no Jornal ZH impresso e

GaúchaZH¹⁰, jornal *online*. Não é um conjunto de dados fechado, estático. Os materiais pesquisados foram escolhidos também por um olhar enviesado, convidando ao cotejamento, sendo incorporados à pesquisa aqueles que possibilitaram compreender o movimento, os embates das forças sociais que se refletem e refratam nos mais diferentes enunciados sobre Educação, nas páginas do jornal ZH.

Ainda em relação ao conjunto de dados, foram utilizadas 27 edições do jornal Zero Hora impresso e 10 edições do jornal online Gaúcha ZH. Para a escolha das notícias, que foram objeto das compreensões nesta pesquisa, utilizou-se, como critério principal, os textos que melhor dialogavam com o objetivo principal, ou seja, que possibilitassem compreender como o discurso neoliberal em Educação é refletido e refrato nas páginas do jornal.

Alguns questionamentos instigaram-me e são também norteadores deste estudo, dentre eles: como o discurso neoliberal sobre educação se reflete e é refratado nas páginas de um jornal? Como o jornal constrói enunciados, concebe e noticia políticas públicas em Educação categorizando os sujeitos da educação, especialmente, professores e alunos? Como se manifestam, em ZH, as palavras outras?

As reflexões bibliográficas encontram-se, principalmente, no Círculo de Bakhtin - mais fortemente na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* -, além de estudiosos do pensamento Bakhtiniano.

A organização proposta para este estudo compõe-se de três capítulos: no primeiro, objetivo compreender, principalmente, questões ideológicas que permeiam, que servem de balizadoras das ações humanas. Nas sociedades capitalistas atuais, Educação e jornal, (cada qual com suas especificidades) tornam-se veículos disseminadores de ideias, contribuindo para a manutenção ou desconstrução da ordem social vigente.

No segundo, busco refletir sobre as políticas públicas em Educação. Compreender como o jornal constrói enunciados, concebe e noticia as políticas públicas em Educação, em diálogo com a escola pública.

¹⁰ “A partir desta quinta-feira, 21/09/2017, duas das marcas de maior credibilidade no jornalismo brasileiro vão unir forças no universo digital [...] Fruto da integração do jornal Zero Hora e da Rádio Gaúcha na internet, o GaúchaZH (GaúchaZH.com) já nasce com a marca da colaboração e da interatividade: durante seu desenvolvimento, o novo produto recebeu sugestões, foi testado e avaliado por 1,8 mil usuários que ajudaram a definir desde o tipo de conteúdo que será oferecido até a forma de navegação do site”. Disponível em <https://GaúchaZH.clicrbs.com.br>. Acesso em 2017.

No terceiro, busco evidenciar como se dá a constituição das palavras outras no interior do jornal, como as forças contra-hegemônicas conseguem emergir no lócus, norteado pelo discurso neoliberal.

Por ser uma pesquisa que tem sua ancoragem nos estudos do Círculo de Bakhtin, bem como em estudiosos do pensamento bakhtiniano, tenciono ainda, neste capítulo introdutório, apresentar o percurso que pretendo seguir, aprofundando um pouco mais na metodologia em Bakhtin.

O convite é à reflexão sobre objeto de estudo a partir do pensamento Bakhtiniano e também, por meio deste, atentar para a escolha dos enunciados que balizam esta pesquisa, buscando, por fim, compreender como se dá a relação de forças – centrípetas e centrífugas¹¹ – quando se trata da compreensão dos enunciados concretos.

Mia Couto¹², em passagem recente pelo país, ofereceu uma bonita reflexão sobre a complexidade do ser humano e sobre o quanto nos empobrece a necessidade quase visceral que temos de nos fechar ao próprio pensamento. Quis citar Mia Couto para chegar a Bakhtin, porque o pensamento Bakhtiniano fala de compreensão, que não é sinônimo de decodificação, de relações biunívocas entre o que uma consciência pensa e diz e o que a outra compreende. Ao contrário, para Bakhtin a compreensão é um movimento, um processo carregado de contrapalavras e da história do outro.

Essas concepções deveriam ser aplicadas não só à convivência entre os homens, mas às nossas compreensões de mundo. Ela depreende, por exemplo, um compromisso diante da natureza, uma escuta dos objetos. Bakhtin instiga-nos a olhar o mundo, libertos dos pré-conceitos, das predefinições. O mundo está repleto de significações e, por isso, tendemos a enxergar o mesmo sentido nas

¹¹ Centrípeta: A categoria da linguagem única é uma expressão teórica dos processos históricos da unificação e da centralização linguística, das forças centrípetas da língua. A língua única não é dada, mas, em essência, estabelecida em cada momento da sua vida, ela se opõe ao discurso diversificado. Centrífuga: (...) a estratificação e o plurilinguismo ampliam-se e aprofundam-se na medida em que a língua está viva e desenvolvendo-se; ao lado das forças centrípetas caminha o trabalho contínuo das forças centrífugas da língua, ao lado da centralização verbo-ideológica e da união caminham ininterruptos os processos de descentralização e desunificação (BAKHTIN, 1998, p. 81-82).

¹² Pseudônimo de Antônio Emílio Leite Couto, escritor, poeta e jornalista moçambicano. Em junho de 2017 palestrou no Brasil, para o projeto Fronteiras do Pensamento, com o título *Repensar o pensamento, redesenhando fronteiras*. Disponível em <http://www.frenteiras.com/artigos/mia-couto-as-fronteiras-dentro-e-fora-de-nos>. Acesso em 2017.

peças, nas coisas e nas palavras. Para Bakhtin, a compreensão é mais do que puramente um reconhecimento.

Gosto de pensar que o autor Moçambicano apreendeu em Bakhtin o excedente de visão, em defesa de uma espécie de coexistência multicultural. Não existe uma só verdade, ninguém é senhor dela. É difícil para nós, com nossas visões eurocêntricas, pensar nas outras culturas como excedentes de visão, mas isso seria enriquecedor.

Mia Couto lembra que, se quisermos compreender o mundo, precisamos pensar outras formas de demarcar fronteiras, palavra que alerta para o limite entre o outro e o eu, que questiona a sabedoria do homem de criar paredes vivas e permeáveis. Fronteiras que precisam funcionar como portais, levando-nos a nos despir das ideias pré-concebidas, possibilitando o surgimento de ideias outras, das palavras outras.

O Círculo de Bakhtin propõe uma filosofia que perceba o ser humano em sua totalidade, como alguém historicamente construído, transpassado por experiências, por vivências, para o qual é impossível construir muros, mas que se realiza através da construção de pontes, que são a atitude dialógica, a atitude do ouvinte atencioso.

Uma ciência em Bakhtin tem compromisso com o singular, com o irrepetível, com a polifonia¹³, com a teia da vida que constrói histórias todo o tempo e em todos os lugares, com todos. Interessa-se por realidades vividas, mas também por sonhos, não teme o pensamento diverso do outro, vai além dos modelos, das verdades pré-concebidas. Andreis e Caracelli Scherma (2016) esclarecem que:

A metodologia bakhtiniana é constituída não pela monologia e pela monovocalidade, mas pela dialogia, pela plurivocalidade, pela polifonia. O diálogo e a alteridade são, portanto, pontos de partida e caminhos metodológicos propostos pelo pensamento bakhtiniano (ANDREIS e CARACELLI SCHERMA, 2016, p.81).

Nesse sentido, o Círculo propõe uma crítica ao conjunto de teorias nos mais diversos campos da ciência, teorias que concebem a produção de conhecimento alheio ao ser, às suas vivências concretas neste mundo, o que leva

¹³ O traço distintivo de uma construção polifônica não ocorreria como expressão de muitas vozes (o que seria um pressuposto básico da consciência), mas como universo em que a multiplicidade de vozes assume a mesma força/poder (são equipolentes), como numa radical e utópica democracia em que consciências independentes e intransponíveis coexistem num infundável diálogo (PINHEIRO e LEITÃO, 2010).

inevitavelmente a verdades genéricas e que, por calcarem-se em valores abstratos, acabam por produzir verdades que têm a pretensão de ser absolutas, encerrando o pensamento em si próprio.

Para Bakhtin, qualquer ciência que pretenda dar conta da compreensão do ser humano precisa acontecer a partir do mundo vivido, das experiências humanas que ocorrem antes do nascer até a sua finitude, um mundo complexo, subjetivo, no qual os seres humanos constroem valores, princípios éticos e estéticos, apreendem e praticam sua humanidade.

Ao pautarem-se em uma pretensa verdade universalizante, as referidas teorias apoiam-se na existência de verdades absolutas, previamente fixadas, às quais o pensamento bakhtiniano denominou de “*istina*”, cujas raízes encontram-se na tradição, no conservadorismo. Por outro lado, Bakhtin aponta para a “*pravda*”, uma verdade que tem, como atributo essencial, ser temporária, em permanente movimento, em contínua construção, uma verdade inerente à produção do conhecimento, e por ser assim não possibilita fronteiras, demarcações.

É preciso esclarecer que o fato de realizar crítica à produção do conhecimento baseada no teoreticismo¹⁴, não significa que o círculo tenha uma postura avessa às teorias, ao contrário, considera a investigação papel inerente à cultura, como modo de conhecer verdades do mundo, por exemplo, a força da gravidade investigada por Newton.

É possível exemplificar melhor a questão das teorias e o pensamento bakhtiniano, citando o trabalho realizado por Saussure na área da linguagem e que serve à compreensão da importância dada pelo Círculo de Bakhtin aos estudos realizados pelo linguista, pois os referidos trabalhos levaram a importantes noções sobre a língua, concebida como um sistema de signos, que teve em Saussure um estudo mais aprofundado, no qual demonstrou o funcionamento sincrônico e estruturado em níveis desse sistema, sendo de importância inegável à humanidade, uma vez que contribuiu também para a preservação de línguas em extinção.

A crítica do Círculo em relação aos estudos estruturalistas da linguagem está na pretensão de concebê-lo como ciência que abarca a totalidade da língua, levando a uma compreensão generalizada, doutrinando o processo, tornando-o hegemônico. Nesse sentido, não se trata de descuidar do pensar sobre a

¹⁴ Crítica de Bakhtin à separação abstrata entre o mundo da cognição e o mundo da vida (BAKHTIN, 2014).

realidade, sobre a concretude de mundo, como forma de percebê-lo. Em Bakhtin, é possível observar a importância do processo de conhecer no sentido de que este é indispensável à descoberta, como caminho para se chegar a verdades (*pravda*) e não à verdade única (*istina*). Assim, por serem as verdades constituídas por seres humanos em sua construção histórica, não podem ser concebidas como exclusivas, o que impossibilita a tentativa de gerar normas incontestáveis para todos, em todos os tempos e lugares.

Quando penso num percurso metodológico bakhtiniano, compreendo que é preciso ir tateando aqui e ali, demorando mais acolá, procurando por pistas escondidas, importa o caminho percorrido, a construção deste. Bakhtin (2010) ensina que “aqui não há nenhum livre arbítrio, e por ser conseguinte, nenhuma autoridade: todo sistema está aberto se você quiser”. Há uma clara e deliciosa liberdade, porém ela não facilita a tarefa, tampouco desresponsabiliza o pesquisador para com uma atitude responsiva de sua ação. É permitido ousar, sustentados pela condição de sujeitos respondentes. Como esclarecem Giovani e Souza:

É assim porque queremos e iremos como nos permite o filósofo russo, burlar a autoridade do conhecimento científico positivista e caminhar pelas trilhas Bakhtinianas construindo sentidos a partir de pistas que o caminhar irá mostrando-nos (GIOVANI e SOUZA, 2014, p. 42).

Geraldi (2010, p. 52) complementa: “chegamos a esses tempos carregados de contra palavras – aquelas que a pesquisa objetiva conseguiu produzir e aquelas com que queremos recensear noções para construir compreensões”.

Bakhtin (2010) esclarece ainda que o objeto de estudo em ciências humanas é o ser humano e a sua palavra no mundo, um ser que vive num determinado contexto, histórico, possuidor de subjetividade, inacabado, que assim se percebe, porque convive e age responsivamente com o outro. Dessa forma, observa, ainda, que a partir do ponto de vista do conhecimento produzido, o pesquisador deve ser responsável pelo que viveu e por aquilo que compreendeu durante o percurso investigativo, com o intuito de que a totalidade daquilo que experienciou não perdesse sem intervenção na vida. Nesse sentido, é necessário comprometimento do pesquisador com seu objeto de estudo, uma vez que o pensamento em si, ou o ato cognitivo, não participa diretamente da realidade, com ela não faz contato, quem o realiza é o sujeito pesquisador.

Em Miotello (2007), encontro que:

O pesquisador é parte integrante de seu próprio estudo. Aliás, parte integrante da própria linguagem enquanto signo, pois que no signo se encontram a materialidade – enquanto objeto material; a materialidade sócio histórica – enquanto objeto e função ideológica; e o ponto de vista do sujeito produtor/receptor – segundo uma determinada posição, a partir de um contexto situacional dado, segundo um determinado plano de ação, uma determinada perspectiva para a práxis (MIOTELLO, 2010, p. 283).

Isso dito remete ao pensamento bakhtiniano quando afirma que “não há álibi para a existência do ser”, comprometendo sobremaneira o pesquisador para com o que produz, pois, para Bakhtin (2010), a ética não perpassa por normas morais, fechadas em si mesmas, o que vive, é um ser ético e consciente. E, por assim sê-lo, é preciso que o sujeito pesquisador paute-se também pela alteridade, numa atitude de responsabilidade em relação ao objeto pesquisado.

Nas relações, que são dialógicas, e que se constituem no contraditório, a dialogicidade não pressupõe relações sempre harmônicas, dialogar com o objeto não quer dizer concordar com o mesmo ou realizar uma análise de valoração sempre positiva. Se o que se tenciona é compreensão de um objeto imerso num mundo subjetivo, carregado de significados, não é possível considerar as relações dialógicas com olhar único, simplista, nem restringi-las a relações de somente embate ou em harmonia.

Não há espaço para a neutralidade ou a imparcialidade. Há a figura do pesquisador, que é um ser humano, constituído pela história, e, nesta relação entre pesquisador e pesquisado, uma voz não pode ser emudecida para que o outro fale. Para Oliveira (2012), ao pesquisador é necessária a clareza de que o ato cognitivo a ser praticado vai encontrar um objeto que é ao mesmo tempo sujeito.

Bakhtin esclarece também que o caminho para se chegar ao conhecimento acontece por meio da linguagem, e este caminho não se faz fechado por limites, de forma linear. O estudo da língua e da linguagem ocorre pela dialogicidade e exige uma atitude responsiva do leitor que precisa realizar movimentos de aproximação/distanciamento entre aquilo que é apreendido e aquilo que se apreende.

Para além de um simples sistema, fundado em regras rígidas, o pensamento Bakhtiniano compreende a linguagem como fenômeno social, fruto da interação e das infundáveis manifestações humanas que se materializam através de múltiplas vozes, em diferentes gêneros discursivos, nos mais variados espaços sociais.

[...] na prática viva da língua, a consciência linguística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis do uso de cada forma particular (BAKHTIN, 2014, p. 98).

Assim, língua e vida não se separam. A linguagem, através dos múltiplos discursos, constitui-se o meio pelo qual a humanidade constrói suas verdades socialmente vividas, refletindo e refratando o mundo; a separação da língua de seu conteúdo social constitui-se, para Bakhtin, em erro grosseiro. No contexto do estudo da linguagem, a palavra não pode ser percebida como “coisa”, desprezando-se os sujeitos do discurso e as construções que lhes dão significação e valoração.

Em relação à escolha e compreensão dos enunciados, em Bakhtin encontro que é importante considerar o contexto mais amplo e não se restringir somente ao tempo de agora, tempo pequeno, tempo da atualidade, a qual tende considerar somente o passado imediato e o futuro próximo. Bakhtin instiga olhar para um horizonte temporal mais alargado – grande – no qual é possível encontrar o humano carregado de historicidade, de vivências, no qual, a partir da materialidade dos discursos, convivem as múltiplas criações humanas como numa grande roda da qual fazem parte a ciência, a arte, a filosofia, o cotidiano. É o lócus privilegiado do diálogo que nunca finda e no qual os sentidos não desaparecem. Andreis e Caracelli Scherma (2016) lembram que:

[...] Para o pensamento bakhtiniano, estão fora a separação e a dissociação; é preciso olhar para as coisas em relação: a ideologia na relação com a realidade material, concreta, do signo; o signo com as formas da comunicação social: a comunicação e suas formas com a base material. E assim poderíamos ainda trazer outros elementos e outras dimensões que, segundo Bakhtin, não podem ser dissociados na construção de um pensamento científico, de uma pesquisa científica: eu e o outro, a ética e a estética, a ideologia oficial e a ideologia do cotidiano, a forma e o conteúdo, o dado e o novo, a arte, a cultura e a vida (ANDREIS e CARACELLI SCHERMA, 2016, p. 82).

Para compreender, é preciso chegar perto, adentrar a subjetividade alheia, estar atento à sua palavra, manter atitude dialógica. Por outro lado, o processo de compreensão do objeto exige distanciamento, num posicionamento que Bakhtin denominou exotopia¹⁵, neste, cotejar outros sentidos, pois, para Bakhtin (2010, p.

¹⁵ Diz respeito ao processo envolvido nas relações humanas, na criação estética ou na pesquisa científica na área de ciências humanas segundo o qual procuro me colocar no lugar do outro, compreender como a partir de sua visão que é única ele se coloca em relação ao mundo, para, depois, retornar a minha posição, acrescida da experiência do outro, mas acrescentando ao outro o que ele não vê, pois é como o vejo ao fim do percurso que lhe dá uma visão que ele de si não

366), “a distância é a alavanca mais poderosa da compreensão” a partir do olhar exotópico é possível encontrar novas compreensões do outro.

Ao se conceber o objeto da pesquisa como sujeito, ao qual se dá voz e se permite exercer compreensão ativa de subjetividade, demanda que o pesquisador, no processo de interpretação, o realize “sem renunciar a si mesmo, ao seu lugar, ao seu tempo, à sua cultura” (BAKHTIN, 2010, p. 366). Nesse sentido:

[...] Para compreender o outro, vou até ele, mas volto ao meu lugar. Apenas do meu lugar, único, singular, ocupado apenas por mim, é que posso compreender o outro e estabelecer com ele uma interação. [...] A exotopia é minha possibilidade de responder. E também é minha obrigação de assumir minha responsabilidade (GEGe, 2009, p. 46).

E, por fim, ao delinear o percurso proposto, me detenho agora a compreender o que se deve considerar quando se trata da compreensão dos enunciados concretos, para a qual Bakhtin [Volochínov] (2014) recomenda: é preciso compreender as vozes sociais e suas relações dialógicas presentes nos enunciados.

O autor, ao escrever que as formas de apropriação e transmissão do discurso do outro podem ser reunidas em duas formas estilísticas - a linear e a pictórica -, auxilia nessa compreensão. Essencialmente, o estilo linear busca conservar o discurso alheio, preservando sua totalidade e veracidade; já o estilo pictórico tende a remover os limites entre a minha fala e a do outro, esmaecendo as fronteiras que separam as vozes, liberando o autor para, de acordo com sua vontade, num ato responsivo, matizar o discurso alheio com sua palavra, com suas significações.

Nesse sentido, Andreis e Caracelli Scherma (2016) esclarecem que:

O pesquisador [...] também dialoga com seu conjunto de dados e responde a eles, provocando também respostas e palavras outras. O contato, a tensão, o encontro, o confronto, são todos aspectos que dizem do modo de pensar bakhtiniano, da forma como, a partir dessa perspectiva, se olha para a pesquisa [...], da maneira como se olha a vida, de modo geral. Não há, portanto, espaço para a neutralidade, nem para a mono-lógica, o que exige nesse pensamento é sempre uma tomada de posição firme e uma dia-lógica (2016, p. 83).

Penso que, do ponto de vista metodológico, o estilo pictórico enriquece o estudo aqui proposto, porque permite explorar a bivocalidade, possibilitando

tem. Se sou eu que finalizo, dou uma visão acabada ao outro, inversamente, é o outro que pode dar-me o acabamento, situar-me de meu lugar no mundo também, num processo de trocas recíprocas e mutuamente esclarecedoras. E é ele que me dá o que somente sua posição permite ver e entender (GEGe, 2009).

inserir nesse contexto o jogo das forças sociais, arenas e disputas de poder, a tensão, o contato, os confrontos possíveis na apropriação e transmissão da voz do outro. Para Bakhtin:

Ao se estudar as diversas formas de transmissão do discurso de outrem não se podem separar os procedimentos de elaboração deste discurso dos procedimentos de seu enquadramento contextual, ainda mais porque, recorrendo a determinados procedimentos de enquadramento, pode-se conseguir transformações notáveis de um enunciado alheio, citado de maneira exata (BAKHTIN, 1998, p. 141).

Portanto, ao conceber a ideia de que o conteúdo e os sentidos de quaisquer enunciados se relacionam com o mundo vivido, com a arquitetura na qual são produzidos, o pensamento bakhtiniano nos leva a refletir que a constituição em dado conteúdo ou discurso não é imutável, nem permanente, nem formada apenas de estrutura e técnica. Miotello assim descreve o caminho proposto por Bakhtin ao nos lançarmos ao estudo da palavra:

Conceber o homem como se pondo por inteiro no texto, tendo o texto como sua constituição identitária e como o que o constitui como ser humano, eis os caminhos propostos por esse pensador instigante. Ele quebrava cânones, investia como as reflexões monologizantes, enfrentava as ideologias que instauravam e perpetuavam hegemonias, apresentava olhares diversos sobre o homem, percorria o mundo pelo fio do signo enquanto ideológico, categorizava a linguagem como lugar da inter-ação, da polifonia, da variedade. Ele afronta nosso modo de pensar, e para conhecer Bakhtin a fundo apresenta-se uma exigência insubstituível de trocarmos as categorias básicas que costumamos usar para organizar nosso pensamento pelas categorias misturadas, híbridas, enviesadas, produzidas em encruzilhadas, jogando entre instáveis e estáveis, que Bakhtin utiliza e nos apresenta (MIOTELLO, 2017, p. 1).

Assim vou delineando e traçando o percurso, tendo em Bakhtin a possibilidade objetiva, material, concreta, histórico-social, de perceber o mundo pelo olhar do outro na relação com meu próprio olhar, naquilo que o pensamento Bakhtiniano chamou alteridade, um convite para percebê-lo colocando as coisas em relação, acompanhando seu movimento, cotejando diferentes textos para dialogar e construir sentidos, compreendendo que a riqueza do conhecer está na sua incompletude, nada está posto, acabado. Uma proposta de caminho, ou se preferir ciência, que se constitui em relação, na unicidade, no irrepetível, que tem como objeto e ao mesmo tempo sujeito o ser humano e sua construção histórica.

Pretendo que o estudo seja também um convite à esperança, no sentido de esperar – a música que abre esta introdução tem esse propósito. Ao me lançar à escrita, o faço com um olhar sobre o presente, sobre a realidade

endurecida, quase que petrificada, muitas vezes insensível ao viver do outro, na qual se liquefaz a esperança, que escorregadiça, quase se esvai, para logo ali renascer nas contrapalavras, nos contrapontos, nas palavras outras, nos cruzamentos, e assim, para além da monologia, do discurso cristalizador, como na poesia de Chico Buarque, “apesar de você, amanhã há de ser outro dia”.

Assim, estas palavras são convite para juntos, refletirmos, outra possibilidade em Educação, guiada também pelo pensamento freireano, que nos chama a esperar:

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes (FREIRE, 2000 p.33).

Na parte introdutória estabeleci algumas compreensões sobre a pesquisa, tendo como fundamento principal o pensamento bakhtiniano, ancorada na obra de Bakhtin (Volochninov) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, bem como em estudiosos da filosofia bakhtiniana, busco enunciar o caminho que pretendo com este estudo.

No primeiro e próximo capítulo, convido à reflexão sobre as questões ideológicas que servem como balizadoras das ações humanas. Nesse sentido, Educação e jornal tornam-se espaços para reflexão e refração de ideias, concorrendo para manutenção ou desconstrução da ordem social vigente.

*Contraposto*¹⁶

*Estrada finda, eu voo
 Cacimba seca, eu rio,
 Som abafa, eu soo
 O tempo esquento, eu frio
 Saudade passa, eu vou
 A mãe rejeita, eu crio
 A sorte toma, eu dou
 A renda esgarça, eu fio
 Corrente quebra, eu elo
 Fumaça encobre, avisto
 Alguém não cuida, eu zelo
 A roupa rasga, eu visto
 O sono aperta, eu velo
 O olho enxerga, eu cisco
 O fogo apaga, eu Nero
 O Demo gosta, eu Cristo
 O muro isola, eu pulo
 O passo apressa, eu manco
 O gene altera, eu puro
 O cravo prega, arranco
 O saco estoura, aturo
 O sangue jorra, estanco
 Não aposto em nada imposto
 Posto que me oponho e gosto:
 Do angu que não tem gosto
 Da canção que eu nunca mostro
 Eu nasci pra contraposto
 Mal passado eu sempre tosto
 Te visito em pleno agosto
 No postal que eu nunca posto
 A febre aumenta, eu curo
 A farra topa, eu banco
 O preço baixa, eu caro
 A praça cala, eu grito
 O bloco avança, eu paro
 O chefe atrasa, demito
 O medo olha, encaro
 A coisa acalma, agito
 O pai renega, amparo
 O mundo vero, eu mito*

16 Poema: Joãozinho Gomes. Música de Vitor Ramil. Álbum Campos Neurais. Satolep Music, 2017. O álbum dialoga com uma opção do artista, que, desde os 17 anos, vale-se do nome Satolep (Pelotas ao contrário) para se referir à cidade onde nasceu e vive. “Mas não é a cidade oficial, e sim outra Pelotas, uma cidade ‘interna’”, conta Ramil, hoje com 55 anos (Disponível em <<http://www.candido.bpp.pr.gov.br>>. Acesso em 2018).

2. CAPÍTULO I: DISCURSO NEOLIBERAL SOBRE EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DO ZERO HORA

2.1 Introdução

Convido à reflexão, neste capítulo, principalmente sobre as questões ideológicas que permeiam, servem de balizadoras das ações humanas. Retomo o objetivo norteador da pesquisa que busca compreender, principalmente, os reflexos e as refrações do discurso neoliberal na materialidade de enunciados sobre Educação, que são publicados em um jornal de grande circulação, de alcance regional. Tomo o neoliberalismo como um conjunto de ideias que sustentam as instituições políticas, econômicas, sociais, jurídicas, educacionais, culturais, etc... Prioritariamente nos países capitalistas, desde o final do século XX, considerado uma metamorfose do então liberalismo econômico¹⁷.

2.2 Reflexão e refração do signo Educação em ZH

O título da música que abre este capítulo me remete a pensar nos contrários, nos opostos, nas fronteiras, na quase impossibilidade das mesmas. Nesta roda da vida, que em Bakhtin é sempre dialógica, uma palavra dita é sempre resposta a outras já ditas. Na música, o compositor gaúcho expõe o contraditório, convidando a pensar sobre o imaginário contemporâneo, reportando-me à liberdade, à diversidade humana, linguística, à miscigenação, à realidade, à fantasia, ao contra oficialismo, ao contra xenofobismo, ao

¹⁷ O conjunto de ideias ou princípios denominados liberalismo econômico surgiu no final do período mercantilista, entre o século XV e o final do século XVIII. Naquele contexto de mudanças, havia necessidade de se constituírem novos fundamentos econômicos que dessem conta das transformações vivenciadas, principalmente pelas sociedades ocidentais, nas quais o capitalismo se instituía como novo sistema. O liberalismo surge, assim, com a ideologia capitalista. O principal teórico do Liberalismo Econômico foi o filósofo e economista inglês Adam Smith. Em sua obra, Riqueza das Nações, escreveu os mais importantes pressupostos que fundamentaram o liberalismo. Defendia que a prosperidade nacional baseava-se na liberdade que cada indivíduo tinha de produzir, comprar e vender, isto é, a livre concorrência. Uma vez que o mercado dispunha de mecanismos próprios de regulação – chamada mão invisível – para Smith, era desnecessária a presença do Estado como disciplinador da economia, pois no Estado liberal, uma série de leis naturais, dentre elas a lei da oferta e da procura, ajustaria a economia e mesmo em graves momentos de crise econômica bastaria esperar que, naturalmente, a economia se reequilibraria. Foi na França, em meados do século XIX, que se deu o início da consolidação do liberalismo, que influenciou a política, a economia e as sociedades capitalistas de modo geral; estas, na contemporaneidade, carregam em suas organizações elementos do ideário liberal. Ao mesmo tempo em que pregavam e divulgavam o individualismo, a livre iniciativa, o direito à propriedade, as ideias liberais levaram também à expansão dos governos constitucionais e da autoridade parlamentar (ARRUDA, 1990).

inconformismo ou subversão. Uma música Bakhtiniana, porque afirma a inconstância da palavra, que não só comunica, mas denuncia - ao contrário do que querem nos fazer pensar as imposições dos pensamentos hegemônicos¹⁸ - não há nada de estável, de fixo, de regular. No refrão, o autor escancara esses conflitos, essas discordâncias, dizendo que *“não aposto em nada imposto, posto que me oponho e gosto”*. Se prestar atenção, elas, as palavras, são ruidosas, num embate constante, denunciando a impossibilidade de estabilidade na vida e, por consequência, na palavra.

Em Bakhtin, a palavra possui significado que vai além da vocalização, palavra é a ponte entre eu e outro, é tudo que, construído sócio-historicamente, se materializa pela palavra, é essa a compreensão que proponho, palavra como termômetro sensível a registrar as mudanças mais imperceptíveis da existência humana.

Neste refletir sobre a Educação e os enunciados sobre ela construídos no jornal, vou adentrando naquilo que Bakhtin [Volochínov] nomeou de superestrutura, a qual, na visão do autor, é todo o sistema social-ideológico que uma sociedade constitui em sua história.

Para o pensamento bakhtiniano, a materialização da superestrutura encontra-se na palavra, ou ainda no signo ideológico. Compreendo como o espaço das ideias, opiniões, pensamentos, que dizem do funcionamento da infraestrutura¹⁹ e sua valoração frente aos sujeitos que a constituíram, têm-se, assim, a ciência, cultura, religião, educação, etc. A superestrutura não gera signos ideológicos, os mesmos se constituem na relação dialógica entre a infraestrutura e superestrutura (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014).

Aqui, nas superestruturas, é possível encontrar as ideias e suas valorações, ideias como o neoliberalismo²⁰, o qual lembra Gentili (2003),

¹⁸ Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante até o momento em que – através de uma classe sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas e impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder (GRUPPI, 1978, p. 67).

¹⁹ É a realidade concreta de onde parte o processo de comunicação. Entendo com um aparato concreto que sustenta, organiza toda a atividade humana e sua relação com o outro. São por exemplo as instituições como igreja, universidade, comércio, indústrias etc. (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014).

²⁰ A nova versão do liberalismo surgida no final do século XX recuperou a ideia de que o Estado não deve intervir na vida econômica, e essa nova versão foi chamada de neoliberalismo. A ideologia neoliberal emergiu na Europa Ocidental e América do Norte no pós-II Guerra Mundial, desenvolvendo-se desde o início do século XX a partir da “Escola Austríaca”, fundada por Carl

transformou-se num projeto hegemônico graças à sua capacidade de impor uma profunda e eficiente mudança material, bem como, e não menos intensa, uma reconstrução discursivo-ideológica, fruto de uma arrojada força persuasiva através de discursos, diagnósticos, estratégias argumentativas, retórica, produzida e propagandeada por seus principais intelectuais.

Observo que, no cerne da materialidade neoliberal, encontra-se o discurso, como fator indispensável para sua consolidação. O êxito alcançado até então, pelo modelo neoliberal, parece residir na capacidade de impor suas verdades como sendo as mais sensatas, justas e que, portanto, devem ser seguidas por todas as pessoas igualmente sensatas ou responsáveis.

No campo das construções discursivo-ideológicas, encontram-se a Educação e o Jornalismo, ambos servem à consolidação de um discurso, quase sempre monofônico, que visa sustentar a ordem vigente, tentando fazer parecer que, no interior das classes, tudo está consolidado e que não há embates.

Nesse sentido, Bakhtin [Volochínov] destaca que:

[...] a classe dominante tende a conferir ao signo ideológico, um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014, p. 48).

Alguns questionamentos emergem dessa realidade; para mim, o principal deles: qual o sentido da Educação nas sociedades atuais? Em Giovani e Souza (2014), encontro que pensar a Educação a partir de Bakhtin é dar contrapalavras ao que está posto no mundo, sob sua ação é possível pensar a Educação a partir de três pilares: a ética, a estética e a cognição.

Na música que abre este capítulo, é possível encontrar indícios dos referidos pilares, remetendo-me a conceitos como diálogo, alteridade, polifonia; então, Educação deve ser o espaço para o enriquecimento dos sujeitos, por que Educação se faz no encontro e também no desencontro, nossa humanidade acontece e se concretiza pelo olhar do outro, e se ela, a Educação, é produto, constructo, humano, enriquecemo-nos pelas diferenças - não desigualdades - e, portanto, não pode haver Educação humanizadora e libertária, em que não há possibilidade de emergirem as diferenças, os contrapontos, as contrapalavras.

Na matriz ideológica neoliberal, a Educação foi pensada a partir de um sistema seletivo e competitivo, repetindo o modelo econômico, no qual os tidos

Menger e continuada por Ludwig Von Mises, que organizou os princípios que designam a essência do pensamento neoliberal até a atualidade (ARRUDA, 1990).

como mais aptos alcançam o sucesso e os demais são excluídos. Esse modelo tem relegado milhões de crianças e jovens a uma exclusão não só do âmbito econômico e produtivo - mais visível -, mas no plano cultural e simbólico, muitas vezes em uma forma de sutil humilhação, menos evidente que a exclusão econômica, mas extremamente danosa para quem a vive; uma Educação assim perde completamente seu sentido.

Educar, para além de qualquer função econômica, implica acolher as multiplicidades, diferentes legados simbólicos, reconhecendo que nosso tecido social é preenchido de inúmeros fios ideológicos. Construiremos uma Educação humanizadora e libertária à medida que cada sujeito seja reconhecido, em sua alteridade, como membro comum de uma humanidade comum.

Uma Educação se torna libertária, humanizadora, não porque pretende ser igual para todos – como o quer o modelo neoliberal – mas por que acolhe em seu interior as mais diferentes formas simbólicas e constrói com elas a possibilidade do diálogo, da palavra, da contra-palavra, dos contrapostos, como forma de viver os conflitos.

Na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, capítulo que trata da *Relação entre a infraestrutura e as superestruturas*, Bakhtin [Volochínov] trata da importância que é compreender como a realidade – infraestrutura – determina o signo e como este reflete e refrata a realidade em transformação.

Todo o vivido é exteriorizado, e é possível encontrá-lo na superfície, materializado, principalmente, na palavra. Assim, as formas de interação verbal encontram-se intimamente relacionadas às condições de uma dada situação social e respondem de modo bastante sensível a todas as mudanças do ambiente social. As formas de comunicação verbal são absolutamente definidas pelas “relações de produção e pela estrutura sociopolítica” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014, p. 44).

[...] O que determina a refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: a luta de classes, [...] em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes [...] é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir. [...] Aquilo que torna o signo ideológico vivo e dinâmico faz dele um instrumento de refração e de deformação do ser (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014, p. 47).

Assim, o “enunciar” possui um caráter entrecruzado por interesses sociais que o impulsionam e os acentos valorativos que cada grupo do coletivo linguístico lhe dá. Bakhtin (Volochínov) afirma que a palavra, o dizer, é a arena da luta de classes. As diferentes classes fazem uso da mesma língua, mas os acentos valorativos de cada palavra, cada signo ideológico, não são os mesmos, tão pouco a capacidade de sustentar ou impor esses acentos (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014).

Ainda sobre a infraestrutura e as superestruturas, o autor acrescenta que todo o signo ideológico tem, como Jano²¹, duas faces, assim toda crítica contundente pode tornar-se aplauso; mesmo a verdade mais real, pode parecer a outros uma fraude. Normalmente, em situações cotidianas, essa dialética não se revela, a não ser em períodos de conflitos sociais. Isso se deve ao fato de que, na ideologia dominante, o signo ideológico é usado para consolidar a fase anterior da corrente ideológica de desenvolvimento social, evidenciando a verdade de ontem com valoração no presente. “Donde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 p.48).

Bakhtin não vive esse nosso tempo (infelizmente), tampouco escreveu sobre ele, mas o conjunto de sua obra é atemporal. Bezerra (1997), ao prefaciar a segunda edição brasileira da obra *Problemas da Poética de Dostoievski*, escreve de forma contundente sobre a importância do pensamento Bakhtiniano como centro de luta à supremacia do ideário neoliberal:

Traduzidas para o nosso contexto atual, essas concepções filosóficas de Bakhtin são um suporte teórico fundamental para aqueles que não aceitam a nova (?) concepção monológica do mundo e o discurso autoritário e pretensamente indiviso produzido pelos arautos da globalização neoliberal e do chamado fim da história (BEZERRA, 1997, p. 21).

Quando volto meu olhar para o jornalismo, para o discurso da grande mídia, no Brasil, torna-se inevitável, também, pensar na poesia *Perguntas de um*

²¹ Na mitologia romana, Jano ou *Janus* é a divindade bifronte que mantém uma de suas faces sempre voltadas para frente, o porvir, e a outra, para trás, em apreciação ao que já se passou. É o Deus da transformação e o mediador das preces humanas aos demais deuses. Ele guardava os portais e os caminhos por onde passavam os soldados romanos em tempos de guerra. Seu reinado na Itália foi um tempo de paz e prosperidade. Saturno dotou-o com rara prudência, colocando o passado e o futuro diante de seus olhos. É, também, o deus dos princípios, sendo-lhe consagrado o primeiro mês do ano, janeiro, *januarius* (LEODORO, p. 184).

*Operário Letrado*²² na qual, por meio de insistentes indagações, o autor procura dar voz aos propositadamente emudecidos pela historiografia oficial, uma história que serviu tão somente à legitimação e à manutenção de estruturas sociais preconceituosas e injustas.

A prática do monólogo, da simetria, não é exclusividade da disciplina de história, a grande mídia, dentre outros, também tem funcionado como força motriz que sustenta simbolicamente o capitalismo, nas palavras de Moraes (2003, p. 188), “[...] é no domínio da comunicação que se fixa a síntese político-ideológica da ordem hegemônica”.

Ao escolher determinados enunciados, determinadas vozes, desqualificando este discurso em detrimento de outros, o jornal manifesta sua visão de mundo, seus interesses, sua ideologia, valorizando arbitrariamente algumas ideias, cumprindo função direta na manutenção da ordem vigente. Nesse sentido, Marx e Engels (1998) nos auxiliam ao esclarecer que:

A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. [...] Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência, e conseqüentemente pensam; na medida em que dominam como classe e determinam uma época histórica em toda sua extensão, é evidente que esses indivíduos dominam em todos os sentidos e que têm uma posição dominante, entre outras coisas, também como seres pensantes, como produtores de ideias, que regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos de sua época, suas ideias são, portanto, as ideias dominantes de sua época (MARX e ENGELS, 1998, p. 48).

Desta forma, ao tomar o pensamento de Marx e Engels, relacionando-o aos tempos atuais e ao papel da mídia, entendo que esta, em alcance planetário, tem buscado exercer um domínio em nossas mentes e corações. As ideias, ideologias, pensamentos, as noções e as compreensões de mundo nos mais

²² Quem construiu Tebas, a das sete portas? Nos livros vem o nome dos reis, mas foram os reis que transportaram as pedras? Babilônia, tantas vezes destruída, quem outras tantas reconstruiu? Em que casas da Lima Dourada Moravam seus obreiros? No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde foram seus pedreiros? A grande Roma está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem triunfaram os Césares? A tão cantada Bizâncio, só tinha palácios para seus habitantes? Até a legendária Atlântida na noite em que o mar a engoliu. Viu afogados gritar por seus escravos. O jovem Alexandre conquistou as Índias sozinho? César venceu os gauleses nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço? Quando a sua armada se afundou Filipe de Espanha chorou. E ninguém mais? Frederico II ganhou a guerra dos sete anos, quem mais ganhou? Em cada página uma vitória. Quem cozinhava os festins? Em cada década um grande homem. Quem pagava as despesas? Tantas histórias. Quantas perguntas (BRECHT, 1986).

deferentes níveis locais, regionais, mundiais, encontram-se influenciados pelas grandes corporações midiáticas que compõem a indústria cultural. Compreendo que a comunicação é elemento indispensável em qualquer sociedade, calcada nessa realidade, a sociedade utiliza-se da mídia para exercer uma forma de autocontrole. Para além dos sindicatos, das famílias, das escolas, das religiões, e Estado, a mídia sobrepõe-se às demais, por seu poder de cobertura (TV, rádio, internet, jornal etc.), tendo alcançado capacidade de onipresença inimaginável até o final do século XX.

Os meios de produção cultural comportam a mídia e, nesta, os interesses de quem a detém e a utiliza para fazer parecer que há uma realidade única, a qual, se você ainda não pertence, é necessário que a deseje, pois a ordem neoliberal constrói a ideia de que o mundo encontra-se integrado, funcionando harmonicamente, no qual, a monovocalidade, a massificação, pretende substituir e suprimir as polifonias, as contravenções, as palavras outras, os contrapontos.

Assim, o jornal ZH apresenta-se como instituição que comunica, pautado, principalmente, em uma pretensa neutralidade e isenção, pois aos olhos e ouvidos do leitor é preciso, para ser crível, que apresente um jornalismo no qual todas as classes sociais se vejam, circulem e o tomem como alguém tão próximo e confiável, com capacidade de criar e confirmar verdades, materializadas no meu entender, em discursos como “deu na ZH”, “confirmei com ZH”.

Desse modo, ao estudar a materialidade discursiva do jornal Zero Hora (ZH), encontro na capa do dia 04 de maio de 1964 o seguinte enunciado: *“Nasce hoje um novo jornal. Autenticamente gaúcho. Sem Compromissos políticos. Nasce com um único objetivo: servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito às leis e às autoridades”* (Editorial ZH, 04 de maio de 1964)²³.

O ano de nascimento do, então, denominado novo jornal é no mínimo emblemático, pois ocorre alguns dias após o golpe militar, quando o antigo jornal Última Hora²⁴ foi ocupado pelo aparelho repressivo ditatorial e deixou de circular

²³ Escolhi utilizar esta marcação textual, para melhor situar o leitor, quando da utilização dos textos jornalísticos, no decorrer do trabalho.

²⁴ “Em meio ao apoio massivo que o golpe civil-militar de 1964 recebeu por parte da grande imprensa, o jornal Última Hora foi uma das raras exceções representativas que defendeu o governo do presidente João Goulart e a manutenção da constitucionalidade frente à sublevação militar. Por conta de seus posicionamentos políticos e ideológicos e do grande alcance do jornal entre as classes populares, logo após o estabelecimento da ditadura no país, os militares buscaram dismantelar o jornal oposicionista. A edição gaúcha de UH foi fechada ainda em abril

(Felippi, 2006). Esta data, aliás, contribui na compreensão do enunciado, “[...] *Sem Compromissos políticos*” (Editorial ZH, 04 de maio de 1964), ao afirmar-se apartidário, ZH evidencia o desejo de mostrar um pensamento ideológico contrário ao jornal *Última Hora*, fechado pelo regime militar por ter sido um dos únicos jornais do RS a apoiar o presidente João Goulart e ter se posicionado contra o golpe de 64. Corroborando com esta compreensão, ainda, no referido editorial, o ZH afirma que vem para “ocupar o vazio deixado por *Última Hora*” (p.11) e que pretende fazer um jornalismo neutro, apartidário.

Nesse sentido, ausculto as contradições e, principalmente, a inviabilidade quanto à pretensa neutralidade, apartidarismos defendidos pelo jornal. Bakhtin (Volochínov) lembra que a linguagem “é fenômeno ideológico por excelência (2014, p. 36)”, permeia rigorosamente todas as relações entre os seres humanos, sejam de cooperação, suporte ideológico, encontros casuais do cotidiano, contatos de natureza política, dentre outros.

É através da palavra que concebemos o mundo, o teorizamos, é ela, portanto, que aponta para as transformações sociais, desde os menores movimentos até os sistemas já concretizados. “A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014, p. 36).

Contribuindo para a reflexão, é possível encontrar, ainda na mesma página do editorial, o seguinte enunciado: “*O golpe militar que derruba o presidente João Goulart, em 31 de março – e põe o marechal Castello Branco (foto) no poder –, tem o apoio da grande maioria da imprensa*” (ZH, 04 de maio de 1964, p. 11), (grifo meu).

As palavras, carregadas de sentidos, ajudam a comunicar, evidenciam a que veio o jornal, a quais princípios pretende servir. Isso não está circunscrito, nem é preciso ler em entrelinhas, revela a contradição de quem se identifica como neutro e apartidário, para, em seguida, revelar apoio ao golpe militar de 1964, quando em sua manchete de capa enfatiza que o regime de exceção tem o apoio da grande imprensa e, nesta, o jornal ZH.

Assim, é possível evidenciar a matriz ideológica de ZH, reiterando que, na perspectiva Bakhtiniana, nenhuma comunicação é neutra, nela estarão sempre

de 1964. Equipamentos, máquinas de escrever, câmeras fotográficas, lambretas, carros e o arquivo de fotos foram vendidos, possibilitando a criação de Zero Hora” (CARGNELUTTI e BORELLI, 2014).

presentes os juízos ideológicos de homens e mulheres que estão inseridos num determinado tempo histórico e social. A linguagem é capaz de tecer horizontes de compreensão da vida, manifestos nas múltiplas vozes que constituem a língua ou o sistema linguístico.

O sistema, por sua vez, não se constrói de forma linear, estático, pelo contrário, ele se constitui de forma heterogênea, complexa, “maculando” as formas de expressões, com produções já existentes. As “verdades” que nascem da linguagem são consequência de embates entre as vozes que ocorrem no interior da linguagem.

O pensamento Bakhtiniano remete-me à compreensão de que cotejar é confrontar o texto dado com um novo contexto, do passado, do futuro. Cotejando editoriais do início da fundação do ZH com enunciados de agora, passados mais de 60 anos, é possível encontrar no seu site institucional a imagem pela qual ZH quer ser identificado pelos seus leitores:

*“Fundado em 1964, o jornal líder em circulação no Rio Grande do Sul **está cada vez mais atual, inovando e indo muito além do papel**. Suas páginas mostram as notícias com um novo olhar a cada dia, **destacando o que realmente é importante para os gaúchos e o que pode afetar suas vidas**. Muito além do papel, em *zerohora.com* o leitor e o internauta podem acompanhar as notícias do Estado, Brasil e do Mundo, 24 horas por dia, sete dias por semana, com a **mesma qualidade e imparcialidade** que Zero Hora sustenta há mais de 50 anos. Além disso, está associado também a uma série de eventos nas áreas de moda, gastronomia, educação, arquitetura e tecnologia, **mostrando que está pronta para o que vier**” (ZH, 2017, grifo meu)²⁵.*

No interior do enunciado é possível evidenciar as contradições, pois, apesar de reafirmar sua imparcialidade, o texto informa que o ZH destaca o que “*realmente é importante para os gaúchos e o que pode afetar sua vida*” (ZH, 2017, p.01). Essa é a expressão concreta da valoração, da tomada de posição que o jornal constrói para selecionar o que considera “*realmente é importante*” (Ibidem). Aqui, o jornal se coloca não somente como aquele que informa, mas como aquele que valora o que deve ser informado e o que afeta a vida do gaúcho. Um jogo de palavras belíssimo para ilustrar a impossibilidade, declarada, de ser imparcial.

²⁵ Disponível em <<http://comercial.gruporbs.com.br>>. Acesso em 2017.

Neste sentido, ainda, é preciso refletir que escolher um fato em detrimento de outro já conta como um ato de parcialidade. Ao repórter ou jornalista cabe a escolha da fonte que acredita ser a melhor, os ângulos que pensam serem os mais próprios, a pauta que imaginam interessar ao leitor ou ao editor. Quando escrevem, colocam em colunas o que consideram ser mais importante ou interessante. A decisão é sempre do jornal e não do fato. Entendo que o jornal, ao pretender assumir-se neutro, já lhe confere como um ato não parcial, visto que declarar-se assim já é uma posição que se toma diante de alguma coisa.

De acordo com o Manual de Ética, Redação e Estilo, produzido pelo grupo RBS, aos jornalistas ligados ao grupo cabe:

Informar com isenção, responsabilidade e independência; ter como motivação a precisão e o equilíbrio; abrir espaço a todos os lados envolvidos no assunto, sem qualquer preconceito, favorecimento ou perseguição; conferir a veracidade de informações que possam produzir controvérsias; apurar a verdade, com isenção e abrangência (1994, p. 9, 13, 17 e 19).

Estas palavras denotam, cristalizam uma concepção de quem deseja ser isento, imparcial, apartidário, na pretensa apuração do que concebe ser verdade. Berger (2003), ao escrever sobre o ZH enquanto imprensa que se denomina neutra, imparcial, comenta:

Todo leitor que acompanhou a cobertura de alguma reivindicação social no qual esteve envolvido – seja um professor em greve, um colono sem-terra, um funcionário público de instituição em vias de privatização – sabe por experiência que o jornal não foi isento. Pode até ter trazido as duas versões, mas a legenda na foto, o número de manifestantes, a palavra que designa o movimento, tomam posição. E a posição negada em nome do princípio liberal do jornalismo – a imparcialidade – é que confirma a que veio a imprensa. É consenso sabê-la arauto da perspectiva histórica burguesa e assim, sustentação do capitalismo (BERGER, 2003, p. 41).

Falar do jornalismo é falar da palavra como signo social, da palavra como instrumento de consciência. Ao pensar no jornalismo como espaço de lutas, embates, enfrentamentos, torna-se, no mínimo, paradoxal o discurso da neutralidade ou do apartidarismo.

2.3 A palavra como arena de disputa materializada nos enunciados do jornal ZH sobre Educação

Na intenção de compreender como se dá o refletir e o refratar do pensamento neoliberal sobre a Educação na materialidade do jornal ZH, encontro

o artigo com o título: Greve do magistério? Por que e para quê? Assinado pela professora e psicopedagoga Maria Celeste Leitzke, o qual permite algumas compreensões.

Em espaço chamado pelo jornal de *Outra Visão*, o artigo ocupa quase uma página inteira, tanto no jornal impresso quanto no *online*, e a palavra que fala do movimento grevista não é do jornalista, nem do editor, nem repórter do grupo RBS, é de uma professora da rede estadual, o que pode, a princípio, denotar que o jornal pretende dar espaço para outras palavras.

“Com total indignação li na ZH deste fim de semana que o Cpers²⁶ está convocando professores e alunos para um dia de paralisação geral no primeiro dia letivo de 2016. O que realmente esperam com isso? O que acham que vão conseguir com um dia de paralisação a não ser desestruturar as famílias que estão prontas para enviarem seus filhos para a escola, frustrar os alunos que esperam ansiosos pelo retorno, "roubar-lhes" um dia de aula? E não me digam que o recuperarão depois porque isto nunca acontece com a qualidade que se espera. Esta paralisação é algo que não tem lógica, a não ser que a finalidade seja gerar tumulto, enfrentamento, e... desculpem a sinceridade... confusão e desordem! Uma caminhada de 40 anos no magistério estadual, sem nunca ter participado de greves, me dá total e pleno direito de me manifestar. Dirão os mais acirrados: "Mas beneficiou-se de todas as vantagens que conseguimos"? Sim! Beneficiei-me, não nego. Mas ainda que não me tivesse beneficiado, não me afastaria um só milímetro da posição que sempre assumi em relação a essa prática. Sabemos, quando fazemos o concurso, quanto vamos ganhar e nenhuma cláusula nos proíbe de que, em não estando satisfeitos, procuremos alternativas de melhores ganhos fora da sala de aula ou dentro dela em uma instituição particular de ensino. Professores, colegas, reconheço que merecemos mais, muito mais, do que ganhamos! Mas hoje, mais do que nunca, sabemos, também, que o RS está falido, não adianta fazer greve! Ao invés de nos unirmos como grevistas, vamos nos unir como educadores que possibilitem uma vida acadêmica de excelência aos nossos alunos e com isso lhes permitamos viver um futuro com múltiplas oportunidades muito mais justo que do nosso. Repito o que digo há mais de 40 anos: quem não está contente com a

²⁶ Centro dos professores do estado do Rio Grande do Sul - sindicato dos trabalhadores em educação, com a sigla CPERS/SINDICATO, é uma Entidade [...], autônoma, sem vinculação político-partidária, nem discriminação de qualquer natureza, com duração indeterminada, sede e foro na cidade de Porto Alegre, e base territorial em todo o estado do Rio Grande do Sul Disponível em <<http://cpers.com.br/>>. Acesso em 2017.

situação atual, que reconheço não é, e nunca foi compatível com o que merecemos, tem todo o direito de buscar no mercado de trabalho condições que considere melhores. É só pedir exoneração, correr atrás, conseguir e retomar uma nova vida. Só, por favor, não prejudiquem nossas famílias, crianças e adolescentes” (ZH, 29/02/2016 p. 24, grifo meu).

O texto suscita alguns questionamentos a começar pelo título da página na qual ZH enuncia a palavra da professora: *Outra visão* em relação a quê? O texto da professora da rede estadual faz contraponto a que outro texto? Não encontro, pelo menos não na mesma edição, outro texto sobre o mesmo assunto, que pudesse fazer contraponto ou ser outra visão ao enunciado da professora.

Aproximando um pouco mais as lentes para a postura do jornal, no tratamento da notícia e nela os movimentos sociais²⁷, questiono os interesses do ZH ao dar palavra a uma professora do magistério público estadual, numa página a qual o ZH enuncia ser *outra visão*, mas que serve para afirmar o discurso de que os movimentos sociais encontram-se entre as causas para os problemas da escola pública.

No discurso, ainda, a professora realiza crítica aos colegas professores, apresentando-se como defensora dos interesses de pais e alunos (o que me leva a questionar se a luta dos professores é luta contra os alunos) e principalmente, reforçando um discurso derrotista e consumado, o de que a luta não faz sentido, somente causa tumultos e confusões, e assim, como não tem mais jeito, a solução é pedir “*exoneração*” (LEITZKE, 2016 p. 24, ZH).

Penso que ao dar voz a uma professora, que vive as mesmas agruras dos demais, o jornal ZH tenta provar a sua imparcialidade ou neutralidade, porém, não é voz da presidenta do sindicato que convocou o movimento, ou de qualquer outro professor grevista que ganha visibilidade nas páginas de ZH, é a opinião contrária aos movimentos sociais que ecoa e busca convencer o restante da sociedade, das malvadezas, das irresponsabilidades dos professores que, ao paralisarem suas atividades, prejudicam “*nossas famílias, crianças e adolescentes*” (LEITZKE, 2016 p. 24, ZH).

Como compreender o papel da professora, que busca desqualificar a luta que compreendo crucial para as modificações que buscamos quando pensamos em Educação Pública? É Paulo Freire quem me acode, ao escrever sobre a Educação

²⁷ Os movimentos sociais derivam das insatisfações e das contradições existentes na ordem estabelecida, originam-se em uma parcela da sociedade global e apresentam certo grau de organização e de continuidade (LAKATOS, 1985)

no Brasil, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, advertindo-me sobre a postura do oprimido, que ao não reconhecer-se como um, coloca-se ao lado do opressor, passando a sua defesa.

[...] experiência existencial dos oprimidos, uma irresistível atração pelo opressor. Pelos seus padrões de vida. Participar destes padrões constitui uma incontida aspiração. Na sua alienação querem, a todo custo, parecer com o opressor. Imitá-lo. Segui-lo. Isto se verifica, sobretudo, nos oprimidos de “classe média”, cujo anseio é serem iguais ao “homem ilustre” da chamada classe “superior” (FREIRE, 2005, p. 28).

A palavra de Paulo Freire é necessária ao entendimento das relações que se estabelecem entre opressor e oprimido, uma vez que, submersos pelas condições que se encontram, os professores não conseguem perceberem-se oprimidos, nem reconhecem que os juízos de valor dos opressores são por eles desejados.

Condição que se torna atitude opressora, “desencantando-os em seu fazer pedagógico, o que os leva a praticar uma forma de violência horizontal hostilizando os próprios companheiros” (FREIRE, 2005, p. 27), reconhecidos na imagem dos colegas professores e também dos alunos. É possível que, ao agirem assim, mais uma vez explicitem sua dualidade, visto que, os atos de agressão aos seus pares ou aos educandos representam uma autoagressão, pois neles reside o próprio opressor, mesmo que inconscientemente (FREIRE, 2005, p. 27).

Ao refletir sobre visibilidade ou espaço dado por ZH em suas páginas, aos diferentes sujeitos sociais, ou neste caso aos movimentos sociais, é possível cotejar o artigo escrito pela professora – citado acima – com a matéria feita por ZH, em 26/02/2016, na qual informava aos leitores sobre paralisação, convocada pelo CPERS no início do ano letivo de 2016.

*“Ano letivo pode começar com paralisação de professores em escolas estaduais Cpers-Sindicato pede que os pais não levem seus filhos para a escola, mas secretário da Educação diz que colégios vão abrir. [...] Em frente à sede do governo estadual, está marcado um evento chamado de Aula Cidadã – segundo o sindicato, um debate sobre assuntos como segurança, saúde e educação.– **Não temos mais condições de sobreviver. A gente entende a situação pela qual passa o Estado, mas o governo tem que nos dar alguma luz** – argumenta a presidente do Cpers, Helenir Schürer [...] A luta dos professores continua sendo, entre outras demandas, o pagamento do piso nacional fixado em R\$ 2.135,72.*

Como um professor iniciante no RS recebe do governo hoje R\$ 1.260,20, seria preciso um reajuste de 69,44% para que a reivindicação seja atendida. O último reajuste da categoria ocorreu em novembro de 2014, quando os vencimentos passaram de R\$ 1.108,16 para os atuais valores. Em 2015 e 2016, o governo não forneceu os aumentos de 13,01% e 11,36%, respectivamente, estipulados pelo Ministério da Educação” (ZH, 26/02/2016, grifo meu).

Penso ser necessário trazer novamente, parte do documento da RBS²⁸, já citado anteriormente, no qual a empresa apresenta-se como uma empresa que busca “[...] abrir espaço a todos os lados envolvidos no assunto, **sem qualquer preconceito, favorecimento ou perseguição** [...] apurar a verdade, com **isenção e abrangência**” (1994 p.9, 13,17 e 19, grifo meu).

O referido documento descreve como o grupo RBS deseja ser reconhecido, porém, é na materialidade dos enunciados publicados, diariamente, que emergem as contradições entre aquilo que o grupo diz ser e as verdades que noticia. Neste caso, ao dar visibilidade, espaço de uma página quase inteira, a um discurso que pretende desqualificar a luta dos professores, em detrimento às duas linhas para a presidente do sindicato, o jornal ZH, o grupo RBS, manifestam, indicam as ideias que defendem.

Discursos distintos, de valorações distintas, circulam pelo jornal, a força de emersão de cada um está ligada aos recursos econômicos disponíveis a cada uma das classes que, em constantes embates, representam interesses contrários. O discurso que se fortalece e tende a se cristalizar é o da classe dominante, aquele que reproduz os interesses hegemônicos uma vez que representa a palavra da classe social que dispõe da gestão dos governos, dos aportes financeiros, dos conglomerados midiáticos na preservação de seus interesses.

A esta altura, Caracelli Scherma (2017) me lembra de que nesse jogo interativo e entrecruzado do sujeito, que é bilateral, inesgotável e que comunica com outro sujeito, que é também um ser falante, o ponto de partida se dá pela palavra do outro. Assim, “ao lançar sua palavra a outro sujeito, essa palavra é já uma resposta; por isso, a perspectiva válida para os estudos bakhtinianos é sempre a perspectiva da alteridade” (CARACELLI SCHERMA, 2017, p. 200).

Ancorada nesta perspectiva, como caminho metodológico para a escrita que proponho, a qual tem como objetivo principal compreender como o discurso

²⁸ Manual de Ética, Redação e Estilo, produzido pelo grupo RBS (1994, p. 9, 13, 17 e 19).

neoliberal sobre Educação reflete e é refratado nas páginas do jornal, me lanço, então, ao que já nomeei de olhar enviesado, poderia ser também enviesado, torto, ou oblíquo, como da apaixonante e enigmática Capitu²⁹, personagem de Machado de Assis, para assim buscar nos enunciados já citados, as contrapalavras, o emergir de outras vozes.

No artigo da professora, encontro enunciado que denota a materialidade da emersão, a resposta a outras palavras, nas quais é possível encontrar um discurso que é também a palavra dos movimentos sociais, em especial dos trabalhadores em Educação, quando de sua luta por outra escola pública: “[...] vamos nos unir como educadores que possibilitem uma vida acadêmica de excelência aos nossos alunos e com isso **lhes permitamos viver um futuro com múltiplas oportunidades muito mais justo que do nosso**” [...] (LEITZKE, 2016 p. 24, ZH, grifo meu).

No discurso, é possível encontrar alguns aspectos que denotam o emergir da palavra do outro, quando, por exemplo, a professora no final da frase faz alusão ao caráter múltiplo da Educação e, através dela, defende a construção de um mundo mais justo. Penso que estas palavras emergem e dão voz a outras possibilidades e representam o pensar de outros sujeitos sociais. De acordo com o pensamento bakhtiniano, são as respostas de outro diálogo que têm força e capacidade de interpenetração, porque, neste jogo intercruzado, o ponto de partida da fala é sempre do outro, num movimento de contínua reflexão e refração. E essa escolha lexical é justamente a palavra do outro, que a utiliza para desqualificar a luta, é uma resposta ao discurso dos professores.

Na notícia sobre a paralisação dos professores, é possível encontrar no final da mesma, a palavra “*luta*”, (LEITZKE, 2016, p. 24, ZH) substantivo comumente usado pelos movimentos sociais, designando os embates travados entre trabalhadores e a classe dirigente/proprietária dos meios de produção.

Nesse sentido, ao buscar os termos mais usualmente utilizados pela maioria dos veículos de notícia para nomearem ou qualificarem greves, paralisações, ocupações, passeatas, etc., encontro termos como incômodo, problema ou, nas

²⁹ Maria Capitolina Santiago, Capitu, como é conhecida, é uma personagem do livro *Dom Casmurro* de Machado de Assis (1839-1908), publicado em 1899. Foi pelos olhos profundos e inexplicáveis, diferentes conforme as circunstâncias, que Capitu, mulher de personalidade forte e envolvente, se consagrou, deixando na literatura brasileira uma marca inconfundível: “*olhos de cigana oblíqua e dissimulada*” ou “*olhos de ressaca*” (olhos que quase sempre pareciam querer dizer mais, revelar mais, que escondiam segredos...), segundo o parecer do marido ciumento, Sr. Bento Santiago, vulgo “Dom Casmurro”. Disponível em <<http://triocapitu.tumblr>> Acesso em 2017.

palavras da autora do artigo, provocadores de “*tumulto, enfrentamento [...] confusão e desordem*” (Ibidem).

A palavra luta é palavra intrinsecamente ligada aos movimentos sociais, sendo muitas vezes utilizada como sinônimo de movimento social. Ter sido utilizada, na notícia, com a mesma significação dos movimentos sociais denota que, na palavra, na comunicação, para além das diferenças, “há também o encontro, pautado na penetração mútua, na bilateralidade, interatividade, com manutenção da distância”, ou seja, não se trata de fusão – o jornal ZH não deixa de ser propagador, essencialmente, da ideologia neoliberal – mas ainda que refute, que negue, ele é, também, ainda que não queira, não admita, o espaço de “interação, da interpenetração e de intercruzamento” (CARACELLI SCHERMA 2017, p. 199).

Ainda neste embate constante, que se constitui no jogo das palavras, daquilo que se enuncia, do que se reflete e refrata sobre Educação, é possível encontrar em ZH editorial com o título “*A favor dos alunos*”, no qual o jornalista faz defesa à possibilidade de criação de um cadastro, convocando professores já aposentados, para voltarem às salas de aula, a fim de suprirem demandas que, por ineficiência das políticas públicas para a Educação, acarretam, ano após ano, na falta de professores para atender alunos da rede pública estadual:

*“Ainda em análise pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul (Seduc), a possibilidade de criação de um cadastro para reaproveitar professores inativos da rede estadual **deve ser considerada bem-vinda se for usada para beneficiar principalmente os alunos.** No caso, a alternativa pode significar uma redução no tempo registrado hoje entre a ausência de um professor, mesmo quando comunicada previamente, e a sua substituição em sala de aula. É inadmissível que, devido à burocracia e por um tempo excessivo, tantos alunos fiquem **sem acesso a conteúdos didáticos essenciais** nesses casos, que dificilmente são recuperados depois. Em alguns aspectos, a alternativa se assemelha a projetos do governo gaúcho na área de segurança pública, na qual foram definidos incentivos para a volta de inativos ao trabalho. Esse é o tipo de saída que pode dar uma contribuição importante **para a qualidade dos serviços públicos**, mesmo num cenário de crise. Às vésperas do início de mais um ano letivo, alternativas como essa **precisam ser saudadas como alento em áreas fortemente impactadas pela crise do setor público. Cada vez mais os governantes precisam ousar na busca de saídas que, sem ferir a lei nem os interesses de servidores, tenham potencial para acenar com melhorias no serviço público**” (ZH, 13/02/2018, grifo meu).*

No editorial, é possível observar prática comum ao jornal ZH de tentar mostrar um discurso em defesa da população. Ao apoiar a criação de um cadastro: “a possibilidade de criação de um cadastro para reaproveitar professores inativos da rede estadual deve ser considerada bem-vinda se for usada para beneficiar principalmente os alunos” (Ibidem), no qual professores aposentados podem se inscrever para voltar às salas de aula, o jornal afirma ser esta uma possibilidade acertada e justifica o apoio, porque tal ação beneficiará os alunos da rede pública estadual.

Em outro ponto, anuncia o discurso, também usual em suas páginas, de que as ações do governo servirão à qualidade em educação e finaliza observando que o gestor estadual demonstra “ousadia” (Ibidem), substantivo comumente utilizado pela ideologia neoliberal, como elogio às práticas que, como estas, ignoram as leis trabalhistas, as conquistas adquiridas à custa de muitas lutas, privilegiando ações que cada vez mais retiram direitos dos trabalhadores em Educação, demonstrando que a Educação, como política pública, encontra-se sob ataque.

É possível ainda ao olhar para o editorial de ZH, no último parágrafo, deslindar a contradição: “Cada vez mais os governantes precisam **ousar** na busca de saídas que, **sem ferir a lei nem os interesses de servidores**, tenham potencial para acenar com melhorias no serviço público” (Ibidem, grifo meu), pois ao mesmo tempo em que diz da necessidade de ousar, o jornalista adverte que é preciso respeitar a lei e os interesses dos servidores, nada mais paradoxal, dada a impossibilidade que o próprio sistema capitalista e a ideologia neoliberal impõem: a de manter ou aprofundar as conquistas trabalhistas e colocar em prática as tais ousadias. Ao lançar mão de tal discurso, profundamente articulado, o ZH tenta convencer de seu discurso neutro, colocando, no mesmo espaço do editorial, interesses antagônicos, inconciliáveis, e, como em outros enunciados, o espaço dado aos interesses dos trabalhadores em Educação é absurdamente menor.

Outro discurso chama atenção no referido editorial. É a forma como o ZH concebe Educação: o jornalista afirma que, para resolver a crise nesse setor, é preciso tão somente o professor em sala de aula, que trabalhe conteúdos didáticos, nomeados pelo jornal como essenciais. Assim, todos os desafios da escola pública estarão resolvidos. É preciso lembrar que o signo ideológico Educação, para além do conteudismo³⁰, deveria ter como propósito fundamental a possibilidade de

³⁰ “Diz respeito à abordagem tradicional do ensino. Parte do pressuposto de que a inteligência é uma faculdade que torna o homem capaz de armazenar informações, das mais simples às mais

emancipar seres humanos, ser proposta libertadora; tão importante tarefa que Paulo Freire afirmou ser fator imprescindível na construção de outra sociedade, porque através dela é possível mudar pessoas, e assim transformar o mundo.

Em Brandão (2002), encontro que cabe à educação o compromisso de escancarar “as portas da mente e do coração” e de indicar “horizontes de construção partilhada de sociedades humanas mais humanizadas” (BRANDÃO, 2002, p. 22). Necessário dizer ainda sobre os desafios da Educação, os quais são muito maiores que aqueles apontados em ZH e demandam, principalmente, que ela seja pensada na coletividade, como política pública³¹ essencial ao desenvolvimento humano e à diminuição das desigualdades sociais.

Desta forma, caberia ao jornal, quando pretende abordar os problemas da Educação, cotejar discursos com outros discursos, que falem, também, dos cortes cada vez maiores nos investimentos públicos para a Educação, que redundam na precarização dos espaços físicos, da formação e dos salários dos trabalhadores em Educação, reiterados ataques à escola pública, que atualmente, tem privilegiado o ensino privado, facilmente comprovado pelo avanço em número de matrículas, principalmente nas faculdades/universidades privadas em nosso país³². Ao não cotejar com outros discursos, o enunciar em ZH se torna um

complexas. Nessa perspectiva é preciso decompor a realidade a ser estudada com o objetivo de simplificar o patrimônio de conhecimento a ser transmitido ao aluno que, por sua vez, deve armazenar tão somente os resultados do processo. Desse modo, na escola tradicional o conhecimento humano possui um caráter cumulativo, que deve ser adquirido pelo indivíduo pela transmissão dos conhecimentos a ser realizada na instituição escolar. O papel do indivíduo no processo de aprendizagem é basicamente de passividade” (MIZUKAMI, 1986).

³¹ “[...] política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006).

³² “Os dados do Censo da Educação Superior de 2012 (os dados de 2013 só estarão consolidados no segundo semestre), elaborado pelo Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), deixam evidentes os tempos de bonança. Nos últimos 10 anos, o número total de matrículas em cursos de graduação no Brasil quase duplicou. Eram 3.936.933 em 2003, quando a fatia da rede privada, de 2.760.759 matrículas, chegava aos 70%. Em 2012, o total de matrículas saltou para 7.037.688. E a participação das instituições particulares (com 5.140.312 matrículas), subiu para 73%. Como a meta do Plano Nacional da Educação 2011-2020 é dobrar o tamanho do ensino superior no país até 2020, o futuro também se mostra promissor. O ‘empurrão’ dado ao setor por meio do financiamento e das bolsas também está documentado em números. Conforme levantamento do MEC, em 2010 as bolsas do Programa Universidade para Todos (Prouni) e os contratos ativos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) respondiam por 11% das matrículas da rede privada no país. No ano passado este percentual havia subido para 31%. Somente no Rio Grande do Sul, de acordo com dados da Caixa Econômica Federal (CEF), o Fies, que somava 38.907 contratos assinados

discurso dogmático, não permite o emergir da infinitude dos sentidos, em Bakhtin, a infinitude dos diálogos, como possibilidade, por meio do cotejamento (CARACELLI SCHERMA, 2017).

Com o pensamento bakhtiniano, compreendo que a escola não é um lugar voltado simplesmente para as meras transposições didáticas. É um lugar vivo, permeado por relações, e a escola deveria educar para que os sujeitos, que nela experenciam, compreendam-se na alteridade, na condição de que me constituo pelo olhar do outro e respondam de forma responsiva as questões sociais.

Já o jornalismo é, para Berger (2003), meio onde ocorrem os embates discursivos:

A luta é travada no interior do campo do jornalismo e gira em torno do ato de nomear, pois, nele se encontra o poder de incluir ou excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público. Este poder se concentra em quem escolhe a manchete, a foto, a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não (BERGER, 2003, p. 22).

Nesse sentido, qual o espaço à Educação dado pelo jornal ZH? Ou, nas palavras de Berger (2003, p. 22), “o que ZH inclui, exclui, qualifica ou desqualifica, legitima ou não, publiciza e torna público quando se trata da Educação?”

É a Educação que se dá em espaços formais que se destaca em ZH. Assuntos que vão, além disso, das questões institucionais envolvendo os diferentes agentes da Educação acabam por contar com um reduzido espaço nas páginas do jornal. Em um país no qual a Educação como direito social ainda não foi garantida em sua plenitude, pareceria utópico esperar que o jornalismo ampliasse seus espaços de discussão, desse visibilidade e profundidade às questões voltadas à Educação.

Sobre o referido discurso em ZH, é possível encontrar alguns enunciados que corroboram com nossas reflexões:

“Programa conclui só quatro de 208 creches previstas no RS. Anunciadas para o final de 2015, 204 escolas infantis do Plano Nacional de Educação – PNE para as crianças de 4 a 5 anos, estão abandonadas, inacabadas ou ainda não saíram do papel” (ZH, 06/11/2016).

“Incerteza na Volta às aulas. Risco de paralização e falta de transporte escolar, além de escassez de professores, são alguns desafios enfrentados por gestores da educação em escolas públicas estaduais” (ZH, 29/02/2016 p, 04).

“RS amarga o pior resultado no Ensino Médio. Índice de avaliação da Educação Básica (IDEB) apontou queda alarmante no desempenho nesta etapa escolar no Estado” (ZH, 09/09/ 2016).

Os enunciados acima dizem da preferência de ZH para a divulgação dos discursos oficiais dos programas governamentais; neles, o jornal utiliza a estratégia discursiva de parecer colocar-se ao lado da população. Assim, na primeira manchete, ZH, num tom de denúncia, informa a ineficiência do gestor público que não consegue cumprir com o número de creches anunciadas, ou seja, das 208 prometidas, apenas quatro foram concluídas no RS.

A segunda notícia volta-se para a paralização dos professores estaduais e a falta de transporte para os alunos. Evidenciado pela conjunção aditiva “e” *“Risco de paralização e falta de transporte escolar”* (ZH, 29/02/2016 p.04, grifo meu), o que possibilita compreender que, para ZH, ambos os assuntos encontram-se num mesmo patamar, vêm num mesmo pacote, desta forma merecem o mesmo tratamento na notícia.

Chamou-me a atenção, ainda, a palavra *“risco”* (ZH, 29/02/2016, p. 04) utilizada para referir-se à paralização dos professores, revelando, novamente, que, para ZH, ao reivindicarem seus direitos, denunciarem os problemas que envolvem seu fazer, os professores colocam em risco a Educação no RS. Risco remete-nos a perigo, precisa ser, portanto, evitado e combatido.

No mesmo campo de visão está o transporte dos alunos. Compreendo que ausência do transporte público fere o conceito de Educação como direito, mas, na notícia, não deveria ser tratado pelo ZH como questões que se equivalem. A paralização dos professores vem denunciar questões que perpassam além de investimentos públicos em Educação, também direitos ameaçados, as questões pedagógicas, dentre outros; dimensões comumente na pauta de reivindicação dos professores³³.

³³ No site do sindicato dos professores encontra-se disponível a pauta de reivindicações, lançadas pelo movimento, quando da proposição de greve em 2017, nele inclui-se demandas como pagamento do piso salarial nacional como básico da carreira, plano de carreira, questões de saúde e previdência do trabalhador, condições de trabalho e segurança, questões pedagógicas. Documento completo disponível em <<http://cpers.com.br/educadores-aprovam-greve-nacional-unificada-a-partir-do-dia-15-de-marco>>. Acesso em 2017.

O transporte, por sua vez, é direito que amplia as possibilidades de inclusão dos alunos na escola, é uma ferramenta a serviço da Educação, não pode ser concebido, pensado no mesmo grau de complexidade que envolve a luta dos professores. Ao dar o mesmo tratamento, ZH tenta desqualificar o sindicato dos professores do estado do RS e o movimento dos professores.

Em relação ainda aos três enunciados, para além das informações que se apresentam na superfície, e que se cristalizam em verdades nos mais deferentes espaços pelos quais circula o jornal, denota-se a sutileza do discurso neoliberal, que, visando reiterada e diariamente o enfraquecimento do Estado, reforça através daquilo que noticia a incapacidade dos gestores públicos, sejam municipais, estaduais ou federais, em produzir políticas públicas de qualidade em Educação. Reforçando, assim, a necessidade – dada a incompetência do Estado – de repassar à iniciativa privada a gestão principalmente da saúde e Educação, ampliando as desigualdades sociais e as dicotomias expressas em serviços públicos de péssima qualidade para pobres e serviços privados e de qualidade para ricos.

Contribuindo com as reflexões de como o signo Educação se reflete e refrata na materialidade estudada, encontro, em GaúchaZH, enunciado que trata da parceria público/privado no município de Porto Alegre: ***“O ano letivo na rede municipal de Porto Alegre começa com novidade. Uma parceria público-privada para atender alunos da Educação Básica. A Secretaria Municipal da Educação (Smed) define o termo de colaboração assinado com a Pequena Casa da Criança como a primeira experiência da Capital com uma escola comunitária no Ensino Fundamental — o modelo já era adotado na Educação Infantil. No entanto, a parceria já esbarra em questões financeiras.[...] O termo de colaboração entre a Smed e a Pequena Casa da Criança, instituição sem fins lucrativos ligada à congregação católica Missionárias de Jesus Crucificado, foi assinado no fim de dezembro. As aulas para 222 alunos do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental terão início na quarta-feira (21) — mesmo com o atraso no repasse de verba da prefeitura. A diretora-presidente da instituição, irmã Pierina Lorenzoni, comemora a parceria com a prefeitura, mas teme que o atraso no pagamento se prolongue e vire rotina, prejudicando o desenvolvimento das atividades.[...] Até 2017, a prefeitura tinha uma política de compra de vagas na Pequena Casa da Criança, por meio de convênios firmados todos os anos. Agora a parceria***

*segue as regras do Marco Regulatório das da Sociedade Civil*³⁴, lei federal que normatizou a relação entre o setor público e as organizações privadas sem fins lucrativos. [...] O secretário afirma que novas parcerias devem ser firmadas neste ano para abrir vagas no Ensino Fundamental a partir de 2019. Serão escolhidas regiões onde não há vagas em escolas públicas.— **É um modelo que vale a pena ampliar.** No Ensino Fundamental, precisamos de mais uma ou duas escolas para atender necessidades pontuais. **Questionado sobre por que não ampliar a oferta na rede pública,** Naves de Brito **avalia que as vagas privadas podem ser oferecidas de forma mais rápida, já que não dependem da realização de concursos públicos para professores e da construção de novos prédios. — Tem uma questão financeira, de economizar recursos, mas não é só isso. O principal é que é um novo modelo de ensino, aumentando a pluralidade do ecossistema educacional do município. Teremos a possibilidade de comparar e saber qual funciona melhor (se é a escola pública ou a parceira) — diz. Nesse novo modelo, a gestão das finanças, a contratação de professores e as questões pedagógicas são de responsabilidade do parceiro privado. [...] A presidente do Conselho Municipal de Educação, Isabel Medeiros, não tem a mesma empolgação do secretário com a parceria.** A doutora em educação pela UFRGS diz que o órgão não foi consultado sobre as mudanças: — **Não houve consulta prévia nem parecer do conselho sobre esse novo modelo de conveniamento, que fere o Plano Municipal de Educação ao priorizar o aumento das vagas na iniciativa privada, e não na escola pública. É uma política que vai na contramão de tudo que era feito e agora teremos de analisar as condições para esse funcionamento.** Apesar dos percalços financeiros, a diretora-presidente da Pequena Casa da Criança está **otimista.** A ideia é ampliar as vagas até o nono ano do Ensino Fundamental. — O contrato de cinco anos nos dá uma certa tranquilidade. **O secretário me disse que fomos escolhidos para ser uma escola-modelo. E estamos fazendo a nossa parte. Os professores têm curso superior, estamos**

³⁴“Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis n^{os} 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999”. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 2017.

melhorando a estrutura, temos várias atividades para as crianças — afirma (GaúchaZH, 19/02/2018, grifo meu) ³⁵.

A notícia é apresentada pela jornalista Ângela Chagas como “*novidade*” (Ibidem), tem amplo espaço em GaúchaZH, nela relata como se dará a parceria em questão, apontando que há problemas como atraso no pagamento, que deveria ter sido feito pela prefeitura municipal.

A palavra novidade pretende informar aos leitores que aquilo que se noticia é algo recente, resultado de iniciativas criativas, originais. Ao longo do discurso, através das palavras dos gestores, denota-se a tentativa em mostrar para os leitores os benefícios, os aspectos positivos que envolvem a parceria. A palavra do secretário municipal de Educação declara que é “um modelo que vale a pena ampliar” (Ibidem), evidenciando além da manutenção, o desejo de ampliação dos acordos.

Ao ser indagado sobre o motivo pelo qual a gestão pública estabelece acordos com instituições particulares ao invés de investir na escola pública, o secretário responde ser esta uma possibilidade que agilizam os processos, pois, no caso da demanda de professores, a rede particular não exige a contratação por concurso, revelando, também, que tais parcerias retiram da gestão pública, a responsabilidade da construção e manutenção de obras para a Educação. Por fim, argumenta dizendo ser “[...] *um novo modelo de ensino, aumentando a pluralidade do ecossistema educacional do município. Teremos a possibilidade de comparar e saber qual funciona melhor se é a escola pública ou a parceira privada*” (ZH, 19/02/2018).

Nesse sentido, importante refletir sobre as PPPs³⁶ (Parcerias Público-Privadas), iniciativas que no contexto do avanço neoliberal, em nosso país, vêm ganhando espaço, como um artifício utilizado pela ideologia neoliberal na tentativa de submeter também a esfera da Educação às transações mercantis.

Assim tais iniciativas que transitam nos espaços midiáticos como novidades, soluções, ou como nas palavras do secretário de Educação para o ZH, “*pluralidade do ecossistema educacional do município e possibilidade de comparar e saber qual funciona melhor, se é a escola pública ou a parceira privada*” (ZH, 19/02/2018), desejam, sobretudo, a possibilidade de fomentar um pensamento único

³⁵ Disponível em <<https://GaúchaZH.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/02>>. Acesso em 30/04/2018.

³⁶ “Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa”. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em 30/04/2018.

a fim de assegurar o êxito da ideologia pautada na globalização, na livre-economia, no Estado mínimo não interventor nas políticas sociais a serviço da mercantilização.

De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE (2017):

Na educação, as PPPs têm por objetivo redimensionar o financiamento e a gestão escolar e dos sistemas de ensino, criando mecanismos de competição por recursos públicos pautados especialmente em resultados de proficiência dos estudantes em testes nacionais. Ademais, elas introduzem métodos de gestão empresarial nas escolas, visando padronizar o aprendizado estudantil por meio de competências curriculares. Com esse modelo, observa-se um deslocamento das responsabilidades do Estado para a iniciativa privada. A educação pública passa a ser entendida como um serviço não-exclusivo do Estado, operando-se um processo “natural” de transformação dos bens públicos em mercadoria. E o resultado é que os direitos sociais são submetidos à lógica do mercado e a democracia não é mais uma comunidade de cidadãos portadores de direitos, mas uma sociedade de consumidores.³⁷

Dessa forma, a responsabilidade do Estado em garantir Educação pública de qualidade é repassada para os entes privados, sem nenhuma discussão sobre os prejuízos para a política educacional. As “entidades parceiras” acabam gerenciando a educação e definindo a linha pedagógica, a proposta de formação dos professores e até mesmo a avaliação dos resultados a partir de uma visão empresarial, sem o debate com a comunidade escolar, pais, alunos, trabalhadores em educação e sociedade em geral. Desconsidera-se, assim, o direito constitucional à Gestão Democrática (art. 206 VI da Constituição)³⁸.

Na notícia, ainda, o secretário objetiva, com a parceria, comparar a rede pública com a rede particular a fim de saber “qual funciona melhor” (Ibidem). Tal iniciativa vem corroborar com o que circula baseado nas notícias da grande mídia, afirmando reiteradamente virem da iniciativa privada os melhores e mais exitosos exemplos de qualidade em Educação. O termômetro utilizado para auferir tal qualidade são as avaliações em larga escala, as quais a mídia tem noticiado, como na matéria de GaúchaZH, em 13/12/2017: “*Colégios particulares dominam a lista das instituições com **melhores** notas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) aplicado em 2016. Em nível nacional, como mostrou apuração do jornal Folha de S.Paulo, somente uma em cada 10 escolas da “elite” é da rede pública. No Rio Grande do Sul, entre as 10 que obtiveram as melhores notas, **apenas** duas são*

³⁷ Disponível em <<http://www.cnte.org.br>>. Acesso em 30/04/2018.

³⁸ Disponível em <<http://www.senado.leg.br>>. Acesso em 28/02/2017.

públicas — sendo que a melhor avaliada, o Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), assim como se repete no restante do país, é federal”.

Utilizando palavras como: “*melhores, elite, apenas*” (Ibidem), GaúchaZH corrobora com o discurso de que a escola privada possui melhor qualidade em detrimento da pública, com “*apenas*” uma experiência exitosa no RS, de acordo com a notícia. Importante refletir, nesse sentido, que não há espaço em ZH para discussões que permeiam o fazer diário de professores e alunos nas escolas públicas desse país e que auxiliariam muito na compreensão destas dicotomias, o principal deles, os níveis de investimento³⁹ em cada escola, na formação de professores, nos espaços físicos e materiais da educação pública, no transporte que viabilizaria o acesso, o fato de que muitos alunos egressos do ensino médio são desde muito cedo trabalhadores⁴⁰, pois seus pais, com seus baixos salários,

³⁹ “No dia 16 de junho, foi enviada ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição nº 241 de 2016, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para instituir o novo regime fiscal. A proposta insere mais cinco artigos no ADCT e sua abrangência alcança todos os Poderes da União e os órgãos federais com autonomia administrativa e financeira integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. De acordo com a PEC, o novo regime fiscal terá duração de 20 anos, contados a partir de 2017, com a possibilidade de alteração, pelo Executivo, no método de correção dos limites a partir do décimo exercício de vigência. [...] As mudanças propostas, por meio da PEC 241, **confirmam a opção do governo em exercício em priorizar o ajuste fiscal pela ótica da despesa primária.** Os novos critérios de reajuste das principais despesas da União confirmam esta estratégia. Ao prever que as despesas do Governo Federal, independentemente do nível da atividade econômica, passem a ser reajustadas somente pela inflação do ano anterior, **sua aprovação acaba tendo impacto significativo nas conquistas recentes dos trabalhadores. No caso da educação, com a nova regra, a redução seria de 47%, no período, o que equivale a uma redução de R\$ 377,7 bilhões.** O pacote de medidas anunciado, até o momento, pelo governo com o objetivo de promover um ajuste nas contas públicas, **leva a uma redução relativa do papel do Estado como indutor do desenvolvimento no país. Caracterizam-se, portanto, como medidas de caráter neoliberal e trata-se, na verdade, de uma reforma do Estado”.** (Disponível em <<https://www.dieese.org.br/notatecnica>>. Acesso em 2017, grifo meu.)

⁴⁰ “Dados do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) divulgados nesta quarta (19) mostram **que o Brasil é um dos seis países com maior taxa de jovens estudantes entre 15 e 16 anos no mercado de trabalho.** Segundo o levantamento da OCDE (Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico), **43,7% dos jovens brasileiros nessa faixa etária declararam exercer algum tipo de trabalho remunerado em suas rotinas, antes ou depois de ir à escola.** Com esse número, o Brasil fica atrás apenas da Tunísia (47,2%), da Costa Rica (45,3%), da Romênia (45,3%), da Tailândia (43,9%) e do Peru (43,8%). O índice também é bastante superior à média dos países membros da OCDE, onde 23,3% desses jovens --ou seja, quase metade da média brasileira-- disseram já trabalhar. Já o país com o menor índice é a Coreia do Sul (5,9%) O Pisa avaliou, no total, 72 países e territórios: 35 membros da OCDE (como Alemanha, Grécia e Chile) e 37 parceiros (como Argentina, Sérvia e Peru). **De acordo com a análise da OCDE, estudantes que exercem um trabalho remunerado tendem a apresentar um desempenho inferior em ciência do que aqueles que não trabalham. Eles também apresentam maior tendência em não se sentirem enquadrados no ambiente escolar, em deixar a escola antes do fim do ensino médio e em faltar ou chegar com atraso para as aulas com frequência”.** Disponível em <<http://educacao.uol.com.br>>, 19/04/2017. Acesso em 30/04/2018, grifo meu.

ou fazendo parte da população desempregada, não conseguem sustentá-los⁴¹. O enunciado, a notícia propositadamente descontextualizada, pretende contar aos leitores e provocá-los a corroborarem com a necessidade de retirar da gestão pública os investimentos em Educação e repassá-los à iniciativa privada, pois os resultados acima expressos vêm comprovar a eficiência da escola privada.

A prática consiste em utilizar uma classificação para todas as escolas, colocando-as todas num mesmo patamar, avaliando unicamente o resultado de uma prova, na qual um dos fatores considerados e associados ao desempenho dos alunos é, principalmente, o nível socioeconômico⁴². Desta forma, os resultados apresentados têm servido quase que unicamente para enunciar que, quanto maior o nível socioeconômico do aluno, maior será o resultado da escola.

Penso que, desta maneira, podemos ter uma escola péssima, mas que recebendo alunos com nível socioeconômico muito alto, que possuem acesso a outras formas de aprender e ensinar, com fácil manejo e acesso a tecnologias, por exemplo, ou a múltiplos espaços culturais, essa instituição terá um resultado muitas vezes melhor do que uma escola pública excelente, mas que atende uma população mais pobre economicamente.

Para além das questões econômicas, o que deveria ser avaliado, ter sentido, ser preponderante, são os valores explícitos no projeto político pedagógico da escola, o quanto a escola tem conseguido construir em relação à inclusão, solidariedade, respeito às diferenças, ao meio ambiente, à vida em todos os aspectos, o quanto esta escola contribui para a democracia, para a liberdade, para o desenvolvimento de ações coletivas que visem ao desenvolvimento ético, estético, humanizante.

Estes aspectos não são mensuráveis em uma única prova, envolvem fazeres diários e concretos, múltiplas realidades; significa investir no professor, em salários e formação de qualidade. Observo que a sociedade brasileira, como um todo, olha para a Educação como algo genérico, a escola pública, principalmente, não é objeto de

⁴¹“A taxa de desemprego bateu novo recorde no primeiro trimestre de 2017 e chegou a 13,7%, informou o IBGE. “De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o desemprego já atinge 14,2 milhões de brasileiros”. Disponível em:<://www1.folha.uol.com.br>. Acesso 2017.

⁴²“Se o compromisso assumido é com a democratização do ensino, há que investir na construção de propostas de avaliação que se pautem por outros princípios, tendo como finalidade subsidiar as instituições educacionais na definição de prioridades e encaminhamento de decisões que possibilitem o seu aprimoramento, com vistas ao desenvolvimento de todos os alunos. Também, os resultados da avaliação devem ser analisados como indicadores para análise do papel e da função desempenhados pelas instâncias governamentais, na construção de uma educação de qualidade para toda população” (SOUSA, 2003).

cuidado de todos. A dicotomia entre escola pública e escola privada é também causa e consequência desta realidade, pois a elite econômica não está preocupada com os problemas da escola pública, uma vez que dela não depende.

Quando o que está em voga é um projeto de governo, que assume a menor intervenção do Estado na gestão das políticas públicas, a Educação deixa de ser atividade humanizadora e libertária para servir aos interesses do mercado.

Chama atenção, ainda, a informação de que as questões pedagógicas, a partir da parceria, serão responsabilidade da escola privada, nesse sentido é importante lembrar que as questões pedagógicas encontram-se no âmago da Educação formal, tão importante que, através delas, a escola e as experiências nela vivenciadas podem servir à manutenção da ordem social vigente ou concorrer para a sua transformação.

Lembro ainda que uma das mais ricas e importantes características da escola pública é a pluralidade, a diversidade, e que, por força de lei⁴³, nela todas as crianças têm direito de estar. Nela, todos os alunos devem ser acolhidos em suas diferenças, respeitados em suas diversidades; nesse sentido, a jornalista informa que a instituição, na qual 222 alunos do Ensino Fundamental e 130 alunos da educação infantil deverão ser matriculados, é uma instituição [...] *“católica, imagens de santos e do papa Francisco decoram os corredores e a sala da diretora-presidente”* (GaúchaZH, 19/02/2018).

Desta forma, é preciso questionar sobre pontos como o laicismo⁴⁴, direito constitucional fundamental, dada a pluralidade religiosa em nosso país. Neste contexto, como serão tratadas as questões pedagógicas, de currículo, em uma escola confessadamente católica? Os alunos que, por direito, deveriam estar matriculados na escola pública e laica terão suas diferenças respeitadas?

Na escola católica, os alunos de outras crenças poderão, a exemplo do que cita a reportagem, utilizar as paredes para decorá-las com elementos que remetem às crenças não católicas? Teria pensado o gestor público que ao

⁴³ “Art. 5º. O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo. (LEI Nº 9.394 de 20 /12/ 1996”. Disponível em <portal.mec.gov.br>. Acesso em 18/03/2018.

⁴⁴ O Brasil é considerado um Estado Laico em virtude de dispositivos constitucionais que amparam a liberdade de religião. Assim, o artigo 5º, VI, da Constituição Federal dispõe: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias” (BRASIL, 1988).

buscar resolver o problema de insuficiência de vagas na escola pública, ou da falta de professores, no seu falar “*de forma mais rápida*” (Gaúcha ZH, 19/02/2018) está desconsiderando, dentre outras questões, a complexidade das questões religiosas e culturais que permeiam as relações da e na escola pública? Questões que há muito tempo, por priorizar uma cultura em detrimento das outras, são causas de preconceito, exclusão, fatores que também concorrem para o aumento da evasão escolar.

Quando penso em escola, ao refletir sobre meu trabalho como Professora, compreendo que uma de suas funções mais importantes é contribuir para que meus alunos sonhem. Juntos, numa utopia Bakhtiniana, buscar construir uma escola que seja ponte, dialógica, com espaços para afirmações, mas também para as transgressões, para os múltiplos discursos, os infinitos fios ideológicos que tecem a vida.

Porém, no contexto da escola pública, que diariamente me desafia, vejo a tentativa de impedir o sonho, de negar a inclusão, pois, ao negar a cultura, a diversidade, nega-se a possibilidade de os alunos se apropriarem da escola, de seus saberes. Numa escola assim, o aluno sempre se sentirá um intruso, para ser aceito precisará esconder ou negar o tecido que o constitui e que é sua própria identidade. Essa escola estará fadada ao fracasso, à desilusão, à desesperança. Em uma escola assim não é possível sonhar.

Na tentativa de convencer os leitores das vantagens propostas, não ocorreu ao jornal ZH penetrar mais profundamente nos discursos, questionar, por exemplo, como serão tratadas as questões pedagógicas e curriculares na escola *Pequena Casa da Criança*?

As imagens utilizadas na reportagem também informam mais do que explicitamente pretendem, ao escolher a foto de um espaço reformado, agradável, piso e móveis que aparentam ser novos, fomentam no leitor a ideia de que é essa a escola que todos querem e precisam. Uma realidade possível somente se a gestão for realizada pelo setor privado.

Noutra imagem, que pode parecer idílica para alguns, ou incomum a outros, pois é possível aos alunos serem iniciados na musicalidade, a imagem diz de um projeto realizado pela escola, informando também que é a parceria com a Rede Globo de Televisão (Programa Criança Esperança), que tornou possível às crianças terem aulas de música. Novamente, no enunciar de ZH, é o setor

privado, neste caso, um conglomerado midiático, quem consegue dar respostas percebidas como positivas à Educação⁴⁵.

Ainda em relação à notícia, o contraponto, as contrapalavras, a resposta, as outras palavras vêm por meio da presidenta do Conselho Municipal de Educação, que segundo ZH “**não tem a mesma empolgação** do secretário com a parceria” (GaúchaZH, 19/02/2018, grifo meu).

Chama atenção, nesse sentido, o tratamento dado por ZH ao contraditório, a palavra que é o contraponto ao discurso hegemônico. A palavra da presidenta, num espaço de não mais que quatro linhas, mistura-se, confunde-se, num propositado jogo, pois o leitor, ao finalizar a leitura, pode ter esquecido que existem problemas, dentre outros, os legais apontados pela presidenta, em relação à proposta, que GaúchaZH nomeou como novidade, com inúmeras vantagens:

“Não houve consulta prévia nem parecer do conselho sobre esse novo modelo de conveniamento, que fere o Plano Municipal de Educação ao priorizar o aumento das vagas na iniciativa privada, e não na escola pública. É uma política que vai na contramão de tudo que era feito e agora teremos de analisar as condições para esse funcionamento” (Ibidem). Para em seguida trazer novamente a palavra em defesa da referida parceria: *“Apesar dos percalços financeiros, a diretora-presidente da Pequena Casa da Criança está **otimista**. A ideia é ampliar as vagas até o nono ano do Ensino Fundamental. — O contrato de cinco anos nos dá uma certa tranquilidade. **O secretário me disse que fomos escolhidos para ser uma escola-modelo. E estamos fazendo a nossa parte. Os professores têm curso superior, estamos melhorando a estrutura, temos várias atividades para as crianças — afirma***” (Ibidem).

Enquanto a fala da presidenta do conselho municipal de Educação é enunciada pela preposição **sem** como “*sem empolgação*” (Ibidem), que remete a sentidos de indiferença, desencanto, a palavra da diretora da escola em questão é de “*otimismo*”, o que denota também esperança, confiança, euforia, reforçado ainda pelo discurso de que a escola noticiada pode tornar-se uma escola-modelo.

Um jogo de palavras que serve para reafirmar o enfraquecimento da escola pública, denotando que o modelo neoliberal trabalha no sentido de deslocar a política Educacional da esfera do Estado para o âmbito das decisões privadas, desvalorizando a escola pública como possibilidade de construir uma Educação

⁴⁵ Em anexo é possível encontrar a notícia completa com as imagens divulgadas em GaúchaZH, dia 19/02/2018.

de qualidade, a mídia busca dar visibilidade, noticiar a qualidade da gestão privada, calcada por uma ideologia que visa atrelar a Educação às necessidades da produtividade econômica, apoiando e acentuando as desigualdades sociais.

No entanto, Bakhtin lembra que a palavra comporta duas faces, ela é marcada tanto pelo fato de que deriva de alguém quanto pelo fato de que para outro se destina. Sendo, portanto, a expressão de um em relação ao outro. Pela palavra, identifico-me em relação ao outro. Ela atua como ponte entre mim e os outros. “Se ela se apoia sobre mim em uma extremidade, na outra se apoia sobre meu interlocutor” (BAKHTIN, 2014, p. 117).

Assim ainda que a grande mídia, a serviço da ideologia neoliberal, pretenda, através daquilo que noticia, monologizar, em Bakhtin percebo ser esta uma tarefa impossível, pois é da natureza da linguagem a dialogia, as trocas, as transgressões, os embates. Todo discurso é resposta a outras palavras.

Mesmo que, por não deter a força econômica e política, as contrapalavras não alcancem a mesma visibilidade na grande mídia, elas estão presentes, denunciando que existem outras possibilidades, não há estabilidade, o que existe é um jogo de forças coexistindo, equipolentes, defrontando-se, em combate constante na arena discursiva.

Neste capítulo, propus a reflexão sobre as questões ideológicas que permeiam e servem de balizadoras das ações humanas, expressamente, o signo Educação e sua concepção no espaço jornalístico.

O pensamento Bakhtiniano compreende que o estudo dos signos não se trata meramente de um processo de identificação, o que abarcaria tão somente apresentar as partes, ou elementos constituintes, que reiteram, ou subsistem a si mesmos em relação a um princípio determinado. Para Giovani e Souza (2014, p. 88-89), “tampouco o processo de formulação sógnica reduz-se ao emprego, à expressão de significados estáveis e definidos, pré-constituídos e fixos com relação a dada língua”.

Nesse, sentido para Ponzio (1998):

Produzir e compreender signos significa participar de processos comunicativos que se realizam em condições sociais continuamente diferentes, em relações de hierarquia, em registros diferentes, segundo diferentes ideologias, segundo perspectivas individuais, de ambiente, de grupo, de classes diferentes [...] (PONZIO, 1998, p. 114).

Desta forma, ao abordar Educação e jornal, é preciso compreender que ambos encontram-se embebidos pelos contextos sociais. Todo signo é ideológico

e, sendo assim, refletem e refratam ideias das diferentes classes sociais que circulam, perpassam, pelos signos. Não há possibilidades, portanto, para a neutralidade, a isenção, a imparcialidade.

A pretensa imparcialidade, explícita e reiterada em documentos de ZH, serve à tentativa da monologia, monovocalidade, na qual o jornal busca informar que a realidade posta, por ele informada, é a única possível e desejável, para a qual não existem outras possibilidades, nem experiências.

A neutralidade da palavra se dá porque ela, a palavra, pode assumir qualquer função ideológica e submete-se ao modo em que é utilizada na comunicação concreta. Ela é concebida como signo neutro, tão somente por que pode ser utilizada em quaisquer situações, por quaisquer seres falantes, porém, os sujeitos que fazem uso da palavra dão a ela uma carga ideológica significativa; ao ser proferida, a palavra estará sobrecarregada de significações.

O contexto é responsável por significar a palavra. Nesse sentido, Bakhtin [Volochínov] lembra que o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. “De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014, p. 81).

Necessário lembrar ainda que o que proponho é um cotejar de textos, neles estão presentes meu olhar, minhas experiências, a busca por sinais, por pistas, cotejando noutros textos, na busca por construir aquilo que o pensamento Bakhtiniano chamou de heterociência. Esta possui em seu âmago o exercício da penetração no enunciado ou ainda nas histórias do outro, os quais são imprescindíveis para a compreensão que desejo.

Esse olhar, essa busca, a penetração nos enunciados são o norte na percepção de como o signo Educação é refratado e refletido no jornalismo, como veículo de propagação da visão de educação.

O buscar ver além da superfície mostrou-me que a palavra encontra-se em uma arena, na qual entrecruzam os valores sociais, de sentidos contrários e contraditórios. A palavra, vivificada pelos sentidos, enuncia que nada está posto e acabado, que as relações sociais, os sujeitos sociais encontram-se pela palavra, em permanente combate.

Na Introdução deste texto, busquei em Chico Buarque a inspiração, a mais bonita palavra que permitisse pensar em outra realidade. Bakhtin assegura que ela é possível, uma vez que, embebidos pela filosofia Bakhtiniana, é permitido sonhar da mesma forma que visionariamente Chico cantou “*Apesar de você*

amanhã há de ser outro dia, você vai ter que ver a manhã renascer e esbanjar poesia”.

No próximo capítulo proponho compreensões nos enunciados sobre Educação pública na materialidade discursiva do jornal, a partir da categoria Educação pública e as políticas públicas que com ela dialogam, bem como a identidade que o jornal constrói dos sujeitos desta mesma escola; professores e alunos.

Palavra Desordem⁴⁶

*Queimem os navios
Pisem cada vértebra do chão
Soquem o vazio
Soltem o veneno e o palavrão
Desafiem cada manhã
Ignorem noites de frio
Rezem por Rimbaud
Mandem o destino começar
Rimem com furor
Mudem cada coisa de lugar
Toquem sinos, batam tambores
Emudeçam feras e hinos
Façam a revolução
Rompam, desarrumem, desacatem
Zombem de Bonaparte
Desafinem, descompassem
Toda valsa sem arte
Façam troça, achem graça
Riam no desenlace
Sem miséria, sem trapaça
Lancem tudo pro ar
Rompam os varais
Ergam barricadas nos jardins
Gritem com o olhar
Salvem suas peles por um triz
Inaugurem formas de ser
Sejam um começo sem fim
Façam a revolução
Movam, desalinhem, desencaixem
Mostrem do todo a parte Alegria e desastre
Juntos num estandarte
Ponham festa, ponham fausto
Ponham fé no que valha
Ponham febre, ponham alma
Ponham fogo no mar
Queimem os navios*

Vitor Ramil

⁴⁶ Poesia e Música de Vitor Ramil. Álbum Campos Neurais. Satolep Music, 2017.

3. CAPÍTULO II: POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E OS SUJEITOS DA ESCOLA PÚBLICA, NAS PÁGINAS DE ZERO HORA

3.1 Introdução

Neste capítulo, busco refletir sobre políticas públicas em Educação e compreender como o jornal constrói enunciados, concebe e noticia principalmente sobre as políticas públicas, a escola pública e os sujeitos professores e alunos.

É também, ainda, a possibilidade de cotejar discursos num movimento que busca afastar a monologia, a monovocalidade e convida para a roda palavras outras, palavras que, no pensar bakhtiniano, serão sempre “os indicadores mais sensíveis de todas as transformações sociais” (BAKHTIN, 2014, p. 42). Lutando contra o conformismo, contra o oficialismo, contra rotulações e pré-conceitos, as palavras emergem, no mesmo lugar da oficialidade, atestando a impossibilidade da neutralidade e imparcialidade, num atrito constante, borrando, mesclando, pintando com cores outras, a tentativa da construção de verdades únicas e acabadas.

3.2 A construção identitária da escola pública, professores e alunos: reflexos e refrações nos enunciados de ZH

Nesta reflexão, volto meu olhar para os enunciados em ZH sobre políticas públicas em Educação. Palavras que dão a conhecer a ideologia do jornal, a defesa por um projeto que quer consolidar e que aqui busca, através de diferentes textos, engendrar a monologia; essa voz tem um poder de alcance, dada sua abrangência e potencial econômico, exercendo forças para influenciar as relações sociais nos mais diferentes planos, tentando sufocar vozes outras, na possibilidade de impedir que outros discursos sejam ouvidos.

Mas também convido à busca, a olhar para discursos outros, o diverso e o mesmo num único lugar, num embate constante, assim como na música que abre este capítulo, na qual o autor faz uma espécie de convocação à necessária revolução, porque, para Bakhtin (2010), é no diverso que nasce a revolução; no pensamento diverso encontro a perspectiva do deslocamento, a possibilidade de tensionar com a monologia.

Assim, vou buscando na materialidade dos discursos o movimento das palavras outras, ocupando espaços, alcançando a superfície, denunciando que nada está posto e acabado, que as ideologias encontram-se em constante embate.

Por meio dos textos publicados em ZH, apesar de ser este o jornal ligado a um grande conglomerado midiático, que é a Rede Brasil Sul (RBS), ainda assim é possível enxergar no mesmo veículo de informação a luta de classes, por meio dos diferentes sujeitos sociais, sejam eles jornalistas, convidados, colunistas, assinantes ZH, repórteres que buscam, através de sua palavra, construir discursos e identidades para as políticas públicas em Educação e, dessa forma, também contribuem para a cristalização da realidade ou para a sua desconstrução.

Caracelli Scherma (2010) escreve que,

a luta discursiva é ideológica. Reflete os diferentes interesses das classes sociais. Refrata a realidade de desigualdade. [...] E a arena em que esse embate se concretiza é a palavra, que carrega consigo cargas sociais, históricas, e ideológicas capazes de sustentar as coisas como estão ou de subverter essa organização, balançar estruturas pré-estabelecidas e já tidas como naturais (CARACELLI SCHERMA, 2010, p. 78).

A luta é uma luta discursiva, porém, no jornal em questão, a luta não se dá de forma equilibrada, os discursos circulam, as ideologias os constroem, porém os discursos hegemônicos são os que ganham maiores ou quase todo destaque, por ser a voz, a palavra de quem possui o poder econômico e também político.

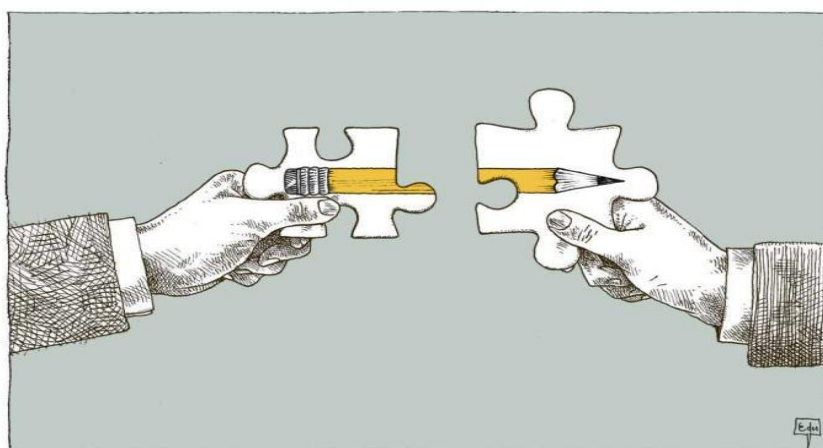
Na intenção de buscar na materialidade discursiva do jornal, a construção identitária da escola pública e dos sujeitos desta mesma escola; professores e alunos, encontro no dia 10/08/2017, editorial no qual GaúchaZH ocupou-se em tratar do 16º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação⁴⁷, que acontecia em Fortaleza (CE), de 8 a 11 de agosto de 2017, com o lacônico título: **“A educação esquecida”** (GaúchaZH, 10/08/2017, p. 01, grifo meu).

⁴⁷ “Para discutir com dirigentes e equipes técnicas de secretarias municipais de educação de todo o país o tema: “Os desafios para o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE) na garantia do direito à educação de todos e de cada um”, a Undime realizará, de 8 a 11 de agosto de 2017, seu 16º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, em Fortaleza (CE). A proposta do Fórum é pautar os três anos do Plano Nacional de Educação e os principais desafios para a implementação e para o cumprimento de suas metas e estratégias; as políticas e os programas do governo federal; a importância das ações intersetoriais para a promoção do direito de aprender; os desafios relacionados à oferta da educação como direito; o pacto federativo e os entraves legais que os municípios enfrentam ao longo das gestões. Considerando os prazos previstos pela Lei 13.005/ 2014, que institui o PNE, a discussão ampla sobre todos esses assuntos torna-se essencial para a educação pública municipal.” (Disponível em <<http://16forum.undime.org.br>> Acesso em 20 de Julho de 2018)

Em tom de crítica, o jornal faz uma espécie de apuração, relacionando as metas do Plano Nacional de Educação⁴⁸ (PNE) com aquilo que as políticas públicas em Educação avançaram ou não, em relação às propostas enunciadas em 2014; tal averiguação deriva das discussões realizadas no referido fórum.

Acompanha a notícia a imagem abaixo: duas mãos seguram as peças de um quebra cabeça que, ao juntarem-se, formariam a imagem de um lápis, esse objeto, aliás, é recorrente em ZH quando se trata de enunciados visuais retratando a Educação. Questiono-me por que não uma caneta? Ou Livros? Ou uma aluna? Ou ainda uma professora? A imagem de uma escola? As mãos que seguram as peças parecem ser de duas pessoas, ou dois braços vestidos de terno - roupa usualmente associada a políticos ou a empresários.

Figura 1. Ilustra editorial GaúchaZH em 10/08/2017



Fonte: Edu Oliveira / Arte ZH

O editorial inicia com um discurso, no mínimo, confuso, ambíguo, com possibilidade para algumas compressões: *“Enquanto líderes políticos e corporações influentes dependem energia na defesa de uma pauta de seu interesse exclusivo, a política educacional, que diz respeito a todos os brasileiros, segue longe das prioridades”* (GaúchaZH, 10/08/2017). O editor de ZH não

⁴⁸ “O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior.” (Disponível em <<http://pne.mec.gov.br>>. Acesso em 19 de Julho de 2018)

esclarece o papel dos políticos ou daquilo que nomeou corporações influentes⁴⁹ quanto à pauta denominada de “interesse exclusivo” (*Ibidem*). O editor não deixa claro, não explica se a política educacional é de interesse exclusivo de corporações e políticos ou deveria ser prioridade de todos os brasileiros.

*“Participantes do 16º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, que se realiza até amanhã em Fortaleza (CE), vêm sendo confrontados com um balanço pouco animador da execução do Plano Nacional de Educação. Às vésperas de mais uma campanha eleitoral, esse é um debate **que não pode ficar restrito apenas aos educadores**”* (*Ibidem*, grifo meu).

Ao mesmo tempo em que parece criticar a postura de políticos e das corporações ditas influentes, o editorial, sem ao menos falar da participação ou das discussões dos educadores no fórum, adverte que Educação não é assunto que deve ficar “restrito, apenas por educadores” (*Ibidem*, grifo meu), reiterando uma realidade bastante comum em ZH, no qual economistas, juízes, médicos, dentre outros, são prioritariamente chamados pela mídia a falar sobre a Educação⁵⁰.

O editorial, nesse sentido, enuncia mais do que pretende, denota a concepção de professor para ZH. Ao escolher as palavras “restrito e apenas” para acompanhar o substantivo “educadores” (*Ibidem*), o jornal informa sobre a identidade que constrói sobre os educadores, ambas as palavras remetem sentidos de desvalorização, desqualificação, depreciação, demonstrando que, se as discussões sobre a educação forem feitas pelos educadores, elas serão restritas, limitadas, talvez frágeis, incompletas e insuficientes. Desse modo, é

⁴⁹ No site do referido evento é possível encontrar a propaganda dos parceiros, o que me leva à compreensão de que, talvez, estas seriam as corporações às quais se refere o editorial:



(Disponível em <<http://16forum.undime.org.br>> Acesso em 20 de julho de 2018)

⁵⁰ Algumas colunistas já citadas neste estudo, aos quais ZH deu espaço para escreverem sobre educação: Darcy Francisco Carvalho dos Santos – **Economista**. ZH 16/06/2016, p.21. Alfredo Floro Cantalice Neto – **Presidente da Associação Médica do Rio Grande Do Sul**. ZH 07/04/2016, p.21. José Paulo da Rosa – **Diretor regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial** – RS. ZH 28/04/2016, p.23. Rui Ferreira dos Santos – **Juiz do Trabalho em Torres**. ZH, 20/06/2016, p.26. Lucia Ritzel – **Gerente Executiva da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho** (ZH, 14/06/2016. Grifo meu).

preciso que profissionais de outras esferas de atividade humana – especialmente das esferas econômica e empresarial – participem das discussões e construam proposições, inclusive, de políticas públicas educacionais.

Nesse sentido, em estudo com o título: *O jornalismo e os professores: os jogos de imagem*, Ferreira (2016) escreve que:

Infelizmente a constatação de que a imagem do professor de educação básica na mídia é pejorativa não parece ser uma novidade em se tratando de estudos em educação. [...] a imagem do professor há algum tempo tem sido apresentada nos discursos jornalísticos, reportados em seus mais diversos suportes, associada a um sentido pejorativo. No geral, os trabalhos mostram que em textos jornalísticos os saberes e os modos de trabalho dessa categoria profissional são constantemente desqualificados e, muitas vezes, associados como causa da má qualidade da educação brasileira. Desses levantamentos observamos que a chamada “desqualificação do professor” na mídia está atrelada a temas que divulgam os “problemas da educação”, em geral a veiculação de notícias que apontam o professor como o verdadeiro culpado de toda a crise. Além disso, há repetição no modo de construir sentidos sobre o professor e que esse sujeito está excluído de se colocar, em tal discurso, como um agente de mudança (FERREIRA, 2016, p. 51).

Ao chamar atenção para aquilo que chamou de “*balanço pouco animador da execução do Plano Nacional de Educação*” (GaúchaZH, 10/08/2017), o jornal aproveita para desqualificar a possível contribuição dos educadores à política educacional, restringindo a importância dos mesmos, dizendo que apenas os educadores não são capazes de responder às demandas da Educação. Os resultados incipientes são relacionados, no princípio da notícia, com a atuação dos professores; melhorias nesse sentido virão somente se o país der “*uma guinada na forma como vem conduzindo o plano*” (Ibidem), ou seja, outros sujeitos sociais deverão, segundo ZH, colaborar para a tal guinada. A imagem corrobora com a palavra escrita, informando que deve vir da economia ou da política as ações de que o país precisa, a fim de qualificar a Educação, os professores e os alunos são ausências que merecem reflexão.

O editor escreve ainda que “*em três anos de vigência, essa iniciativa vital para o futuro imediato do país conseguiu cumprir raras das metas estabelecidas até 2024. Entre os objetivos cujos prazos foram descumpridos, estão desde a garantia de recursos para a inclusão de crianças e adolescentes entre quatro e 17 anos na escola até a instituição de uma Lei de Responsabilidade Educacional. O Sistema Nacional de Educação, que visa distribuir responsabilidades entre as esferas municipal, estadual e federal, também não foi posto em prática até hoje. No total, o Plano Nacional de Educação contém 20 metas, com 254 estratégias associadas a 14 artigos indicando aonde o país quer chegar nessa área e*

definindo as políticas necessárias. O fato de ter sido colocado em prática num período de expansão econômica e sob a expectativa de poder contar com os royalties do petróleo não pode servir de desestímulo hoje, quando o cenário é mais adverso e a falta de verbas se generaliza em diferentes áreas do setor público” (GaúchaZH, 10/08/2017, grifo meu).

Assim, o jornal desqualifica a ideia de que investimentos financeiros são importantes para a implantação das políticas públicas, minimizando a realidade dos cortes realizados pelo atual governo federal em áreas importantes, como a Educação Básica (compreende desde a educação infantil até o ensino médio) e a saúde. Enuncia também que os royalties do petróleo não mais serão utilizados exclusivamente para essas duas áreas⁵¹, referindo-se à assinatura do projeto pela então presidenta Dilma Rousseff em 2013⁵².

Um olhar mais atento sobre este aspecto denota que os poucos investimentos públicos nos referidos níveis da Educação tem redundado justamente naqueles índices que a GaúchaZH, através de seu editorial, pretende noticiar, dar a conhecer. Segundo o estudo *Um olhar sobre a Educação* da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2017, o Brasil é um dos países que menos investe em alunos nos níveis fundamental e médio⁵³.

⁵¹ A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou proposta que altera a distribuição de recursos provenientes das compensações financeiras geradas pela exploração de petróleo e gás (royalties e da participação especial) para incluir a segurança pública entre as áreas beneficiadas. O texto (PL [1504/15](#)), do deputado Silas Freire (PRB-AM), altera a Lei [12.858/13](#). A norma atual determina que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios devem aplicar 75% dos recursos da compensação financeira na educação pública, com ênfase no ensino básico, e 25% na saúde. O texto aprovado propõe três faixas de aplicação: 55% na educação, 25% na saúde e 20% na segurança pública. (Disponível em <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em 22 de julho de 2018).

⁵² A presidenta da República, Dilma Rousseff, sancionou sem vetos nesta segunda-feira (9), no Palácio do Planalto, o texto do projeto que destina 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para educação. O documento determina ainda que 25% dos royalties devem ser usados para a pasta de saúde. A saúde pública deve receber R\$ 83 bilhões em recursos ainda em 2013. O projeto foi aprovado na Câmara em 14 de agosto, depois de ter sido votado no Senado. O texto assinado pela presidenta é o mesmo aprovado nesta data pelo Congresso Nacional. Os recursos serão aplicados progressivamente - 75% dos valores para a educação e 25% para a saúde. O primeiro repasse, de R\$ 770 milhões, deverá ser feito ainda em 2013; chegando a R\$ 19,96 bilhões, em 2022; e ao total de R\$ 112,25 bilhões, em dez anos (Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/09/sancionada-lei-que-destina-royalties-do-petroleo-para-saude-e-educacao>> Acesso em 12 de julho de 2018)

⁵³ No estudo *Um Olhar sobre a Educação*, divulgou nesta terça-feira, a entidade analisa os sistemas educativos dos 35 países membros da organização, a grande maioria desenvolvidos, e de dez outras economias, como Brasil, Argentina, China e África do Sul. O Brasil gasta anualmente US\$ 3,8 mil (R\$ 11,7 mil) por aluno do primeiro ciclo do ensino fundamental (até a 5ª

Os investimentos correspondem, segundo o estudo, a menos da metade da quantia média investida por ano com cada estudante, nesta fase escolar pelos países da OCDE, que é de US\$ 8,7 mil. No caso de nosso país, o gasto por aluno nos níveis fundamental e médio, por ano, equivale a US\$ 3,8 mil, estando o Brasil, segundo o estudo, entre os últimos na lista dos 39 países que enviaram dados a este respeito. Os gastos com educação totalizaram 4,9% do PIB brasileiro (último dado disponível no estudo). A média dos países da OCDE é de 5,2% do PIB.

Nesse sentido, Otaviano Helene, professor da Universidade de São Paulo, relaciona alguns indicadores de Educação com investimentos públicos. Para o autor:

Nenhum país conseguiu superar atrasos educacionais como os nossos investindo apenas cerca de 5% do PIB em educação pública, como o Brasil faz hoje [...]. Mas a situação ainda é pior, pois muitos recursos debitados nas contas públicas de educação não correspondem, de fato, à educação escolar. Assim, os 5% podem estar superestimados (Disponível em <<http://www.usp.br/agen>>).

Para Helene, os efeitos do baixo investimento em Educação se manifestam de forma direta e imediata. Podem ser compreendidas através do baixo desempenho dos estudantes, escolas que não atraem e não motivam, professores sobrecarregados e incipiente remuneração, baixa carga horária e permanência nas escolas, ausência de laboratórios e bibliotecas, superlotação das salas de aula, altos índices de evasão e péssimo atendimento aos educandos que necessitam de atendimento especializado.

No sentido da questão dos investimentos na Educação pública Gadotti, (2010) escreve:

Quando a escola pública era para poucos, era boa só para esses poucos. Agora que é de todos, principalmente para os mais pobres, ela precisa ser apropriada para esse novo público, ela deve ser de qualidade sociocultural. Isso **significa investir nas condições que possibilitam essa nova qualidade** que inclui transporte, saúde, alimentação, vestuário, cultura, esporte e lazer. Não basta matricular os pobres na escola (inclusão). É preciso matricular com eles, também, a sua cultura, seus desejos, seus sonhos, a vontade de “ser mais” (Freire). É preciso matricular o projeto de vida desses novos alunos numa perspectiva ética, estética e ecopedagógica. A educação integral precisa visar à qualidade sociocultural da educação, que é sinônimo de qualidade integral (GADOTTI, 2010, p. 4. Grifo meu).

série), informa o documento. O valor em dólar é calculado com base na Paridade do Poder de Compra (PPC) para comparação internacional. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41236052>>. Acesso em 25 de janeiro de 2018.

A Educação pública precisa lidar com um enorme dilema: de um lado a sociedade, nela a grande mídia que não compreende a Educação pública como importante, porque também para o Estado ela não é prioridade; de outro o Estado, que não a prioriza porque a Educação não constitui demanda importante para uma boa parcela da sociedade (classe dirigente principalmente) e assim, a Educação como política pública continua ocupando condição marginal, recebendo aportes financeiros inferiores à sua demanda e necessidades.

Por fim, o editor conclui seu texto dizendo: *“É por isso que debates como os mantidos em Fortaleza precisam contribuir com alternativas realmente eficazes para o alcance dos objetivos. Só haverá como cumprir esse desafio com um planejamento estratégico claro nas três instâncias da federação, o que depende sobretudo de vontade política. E o que se constata hoje é uma **maioria de políticos mais interessados na reeleição**, como forma de garantir imunidade, do que na qualidade do ensino. **Simultaneamente, líderes de corporações influentes de servidores estão mais preocupados com a revisão de seus próprios salários, ignorando a crise**. O que precisa haver é maior conscientização de toda a sociedade sobre a importância de o país encontrar uma forma de **cumprir com as metas na área de ensino**”* (GaúchaZH, 10/08/201, grifo meu).

Assim, ZH faz uma crítica aos políticos e aos que nomeou “líderes de corporações influentes de servidores”⁵⁴ (Ibidem), os quais, ao agirem cada um de acordo com seus interesses, tornam-se impeditivos à qualidade em Educação. O editor não esclarece quais são os políticos, nem os representantes sindicais aos quais se refere e, nesse sentido, vale refletir sobre os não-ditos como potenciais produtores de compreensões e de verdades cristalizadas pelo senso comum, neste caso a classe política e os sindicatos representantes dos servidores públicos.

Para Lima, professor de ciências políticas e Educação da Universidade de Brasília:

[...] o papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na construção da realidade através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações (novo/ velho), da estética (feio/bonito), etc. – **e, em particular, da política e dos políticos**. É através da mídia – em sua centralidade – que

⁵⁴ Aqui o editor esclarece quem são, na sua concepção, os chamados “líderes das corporações influentes” enunciado, no início do editorial. (disponível em <Gaúchazh.clicrbs.com>. Acesso em 10/07/2018)

a política é construída simbolicamente, adquire um significado (LIMA, 2004, p. 51. Grifo meu).

Compreendo que ao desqualificar os representantes sindicais e a classe política, a RBS constrói ideias, e estas são enunciadas como consenso de toda a sociedade. Assim, a sociedade é convencida de que participar da política ou lutar por seus direitos é depreciativo.

No caso especificamente de movimentos sociais como os sindicatos de trabalhadores, é comum, por meio da mídia, a criminalização, quase sempre relacionando-os a fatos policiais, levando, assim, à rejeição e depreciação de tais movimentos. Por outro lado, o discurso hegemônico consegue escamotear os reais motivos que levam a Educação básica, como política pública importante, não ter se constituído ainda, apesar da universalização, como integral, gratuita, libertária e emancipatória.

Uma Educação que, para Kuiava, é “projeto ousado e caro” (2015, p. 17). Porém, o desenvolvimento do país, - em todos os sentidos, não apenas econômico - a diminuição da abissal desigualdade social⁵⁵, a construção de qualidade de vida para a coletividade, demandam que a escola seja atraente, encantadora, emancipatória. Para o autor, a escola integral - que não significa apenas tempo maior para os alunos na escola - é principalmente aquela que integra os alunos com o mundo no qual vivem, construindo com eles oportunidades e ferramentas para que os educandos possam olhar o mundo, compreendê-lo através do olhar exotópico⁵⁶, uma escola que leve à emancipação, para que, a partir dela e com ela, os sujeitos possam agir para si e para a coletividade de forma potencialmente democrática e agregadora.

No sentido ainda da construção da identidade para a Educação pública, e os sujeitos professor e aluno, no jornal, em editorial ZH, que ocupa uma página inteira, intitulada Opinião da RBS, no dia 09/03/2018, a empresa expõe seu

⁵⁵ A desigualdade característica do Brasil se faz presente quando se analisa os dados de educação. No Índice de Gini de 2015, divulgado em 2017 no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) da ONU, o Brasil apresentou o 10º maior nível de desigualdade do mundo. Com medida de 0,515 (o índice vai de 0 a 1), o país apresentou disparidade de renda maior do que Chile (0,505) e México (0,482) (Disponível em <<https://paineira.usp.br/aun/index.php/2018/02/19/educacao-brasileira-e-seu-investimento-apos-teto-de-gastos/>> Acesso em 3 de Julho de 2018).

⁵⁶ O autor não só enxerga e conhece tudo o que cada personagem em particular e todas as personagens juntas enxergam e conhecem, como enxerga e conhece mais que elas, e ademais enxerga e conhece algo que por princípio é inacessível a elas, e nesse excedente de visão e conhecimento do autor, sempre determinado e estável em relação a cada personagem, é que se encontram todos os elementos do acabamento do todo, quer das personagens, quer do acontecimento conjunto de suas vidas, isto é, do todo da obra (BAKHTIN, 2003, p. 11).

pensamento sobre a reforma do ensino médio: **“O Brasil conseguiu aprovar no Congresso, no final do ano passado, uma reforma do Ensino Médio que vai no caminho certo para melhorar a formação de quem está em idade escolar. Diante da baixa escolaridade dos brasileiros e da necessidade de o país melhorar seus níveis de produtividade, iniciativas como essa ainda são insuficientes para assegurar algum alento na área educacional. Dados de levantamento recém publicado pelo Banco Mundial (Bird) demonstram que nada menos de 52% dos brasileiros entre 15 e 29 anos perdem o interesse pelos estudos. Em consequência, correm o risco de não conseguirem se inserir no mercado de trabalho, agravando uma situação em que a baixa atividade econômica não consegue gerar vagas em número suficiente. A conclusão do trabalho do Bird é de que o país pode estar perdendo a última onda da transição demográfica – mais exatamente, a última parcela significativa de jovens ingressando na população ativa do país. Diante de mais um ano eleitoral, a torcida é para que os candidatos em campanha se comprometam com uma agenda educacional com potencial para corrigir essas distorções. As mudanças precisam fazer com que o Ensino Médio volte a se tornar atraente e mais sintonizado com os jovens e com as exigências do mercado de trabalho, o que está longe de ocorrer hoje. Sem a adoção de ações imediatas, o resultado é que o país continuará às voltas com níveis inconcebíveis de evasão escolar. Entre as razões, estão um currículo escolar voltado mais para a memorização do que para o pensamento crítico, com pouca ou nenhuma conexão com a realidade a ser enfrentada posteriormente no mercado de trabalho. O resultado é que apenas 43% dos brasileiros com mais de 25 anos têm o Ensino Médio concluído. Nos Estados Unidos, por exemplo, o percentual é de 88%, o que ajuda em muito a explicar o dinamismo de sua economia. O drama da evasão escolar se agrava ainda mais pelo fato de que, em sua maioria, quem abandona os estudos não tem consciência de sua importância para se dar bem na vida profissional. Além disso, os jovens estão entre os que mais sofreram o impacto da atual crise econômica. Normalmente, são os primeiros a perderem o emprego, o que explica uma taxa de desocupação muito superior à média nessa faixa etária. E tendem a enfrentar mais dificuldade que os demais trabalhadores para encontrar um novo trabalho. O país precisa motivar quem está em idade escolar a prosseguir nos estudos. É a forma de evitar que os jovens caiam no subemprego e a economia perca ainda mais competitividade”** (Grifo meu).

Para ilustrar o editorial, acompanha a imagem abaixo, que noticia de forma imagética o que pensa o ZH ao abordar a Educação como política pública. Lápis, chave de boca, cifrão, numa proporção maior que os demais, informam da importância de tais elementos para o editor.

Figura 2: Ilustra editorial ZH de 09/03/2018.



Fonte: Fraga / Agência RBS

Compõe a imagem, ainda, um personagem que veste casaco, no qual se vê estampada a bandeira do Brasil, tendo na cabeça um capacete e, nas mãos, luvas; ele não representa um cidadão qualquer, representa um trabalhador, um operário patriota.

As cores utilizadas também tem um propósito – amarela preta e branca – assim, como a bandeira que estampa o casaco de nosso personagem, remete-nos a certo movimento verde amarelo, o qual tem tido amplo espaço na mídia, ufanando-se na defesa do Brasil, mas que compreendo parecer esconder o propósito das elites em medir forças e sufocar os movimentos outros. O golpe contra a presidenta Dilma teve amplo apoio do verde-amarelo.

A imagem também nos instiga a pensar nas ausências de outras cores; por que não o vermelho? Por que ZH escolheu as ferramentas de um operário para ilustrar sua matéria? Por que não utilizou a imagem da prancheta do engenheiro, ou estetoscópio do médico; livros, cadernos, do professor; elementos de laboratórios do farmacêutico e químico?

Ainda é possível notar que o lápis, se estivesse sozinho na imagem, cairia. Contudo, ele é sustentado pela ferramenta do operário, informando que, para ZH é a indústria o sustentáculo da Educação, e por consequência, é a ela que a Educação deve responder. Em frente ao lápis, está o cifrão, em tamanho maior, símbolo

econômico, mercantil, denotando os interesses que estão postos, em ZH, quando noticia sobre a Educação pública no RS.

O discurso do editorial, também não é um texto dissertativo qualquer, é a opinião da RBS, o conglomerado midiático que domina o cenário jornalístico, televisivo, ondas de rádio e também a mídia eletrônica no sul do país.

Nele, o grupo RBS explicita sua concepção de Educação e expressa, mais uma vez, que ela deve estar a serviço do capital. Inicialmente o ratifica, confirma a política pública de Estado vigente, nomeada de “novo” ensino médio⁵⁷, informando aos seus leitores que “*O Brasil conseguiu aprovar no Congresso, no final do ano passado, uma reforma do Ensino Médio que vai no **caminho certo** para **melhorar** a formação de quem está em idade escolar*” (ZH, 09/03/2018).

Palavras como “*caminho certo*” e “*melhorar*” (*Ibidem*) servem para transmitir ao leitor a ideia de que a proposta trará os resultados esperados pela população. É o Congresso Nacional quem a endossa, fazendo crer que há certa unanimidade em torno da questão, uma vez que o congresso é representativo da sociedade brasileira.

Os enunciados; “*diante da baixa escolaridade dos brasileiros e da necessidade de o país melhorar seus níveis de produtividade*” e “*em consequência, correm o risco de não conseguirem se inserir no mercado de trabalho, agravando uma situação em que a baixa atividade econômica não consegue gerar vagas em número suficiente*” (*Ibidem*), corroboram com nossas compreensões, já explicitadas neste trabalho, sobre como a política pública em Educação é pensada pela ideologia neoliberal, estando intrinsecamente ligada à atividade mercantil, ou seja, uma boa Educação é aquela que melhor responde às finalidades, às metas dos organismos econômicos.

O editorial de ZH assume a defesa pela reforma do Ensino Médio, baseado unicamente nas referências de estudo do Banco Mundial: “[...] *dados de levantamento recém publicado pelo Banco Mundial (Bird) demonstram que nada*

⁵⁷“A reforma do ensino médio é uma mudança na estrutura do sistema atual do ensino médio. Trata-se de um instrumento fundamental para a melhoria da educação no país. Ao propor a flexibilização da grade curricular, **o novo modelo permitirá que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos**. A nova estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e outra parte flexível. Com isso, o ensino médio aproximará ainda mais a escola da realidade dos estudantes **à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho**. E, sobretudo, permitirá que cada um siga o caminho de suas vocações e sonhos, seja para seguir os estudos no nível superior, seja para entrar no mundo do trabalho”. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 2018, grifo meu.

menos de 52% dos brasileiros entre 15 e 29 anos perdem o interesse pelos estudos” (ZH, 09/03/2018), ou seja, é a voz de um banco, uma instituição de interesse eminentemente econômico, que tem espaço em ZH e é também através dele que ZH endossa iniciativas do governo federal sobre a Educação.

Tal reforma⁵⁸ encontra-se no bojo de um projeto colocado em marcha após a deposição da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e compreendo que, dada as suas concepções, constitui-se numa tentativa de impor uma orientação tecnicista e produtivista na escola pública, evidenciada neste editorial por palavras como *“produtividade e competitividade”* (ZH, 09/03/2018).

No mesmo discurso, o editor escreve que: *“Diante de mais um ano eleitoral, a torcida é para que os candidatos em campanha se comprometam com uma agenda educacional com potencial para corrigir essas distorções. As mudanças precisam fazer com que o Ensino Médio volte a se tornar atraente e mais sintonizado com os jovens e com as exigências do mercado de trabalho, o que está longe de ocorrer hoje”* (Ibidem), ZH convoca os candidatos às próximas eleições a pensarem naquilo que resumiu como *“distorções”* (Ibidem) na Educação, e reafirma o pensamento das ideologias neoliberais, para as quais as políticas públicas são quase sempre pensadas para corrigir anomalias do sistema produtivo.

O editorial informa que, para resolver as tais distorções, o Estado neoliberal, capitaneado por estudos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), tem recorrido a reformas que priorizam cada vez mais a formação técnica, no sentido de fomentar mão de obra para o mercado de trabalho.

Outra realidade manifesta no editorial é a dicotomia histórica em nosso país, e agora de forma mais definitiva na construção propositada de uma escola para a elite, e outra escola para os pobres, para os trabalhadores. Essa realidade evidencia-se principalmente pela escolha da imagem que ilustra o editorial, visando explicitar que a escola atual não está preparando adequadamente os jovens para o mercado de trabalho (em especial para o trabalho operário).

⁵⁸ Prevê-se nesse projeto a flexibilização das disciplinas por meio de cinco itinerários formativos, assentados em cinco áreas de conhecimentos, a saber: I. “linguagem e suas tecnologias”, II. “matemática e suas tecnologias”, III. “ciências da natureza e suas tecnologias”, IV. “ciências humanas e sociais aplicadas” e V. “formação técnica e profissional”. Lembrando que as disciplinas de Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia não constam como “disciplinas obrigatórias” para o Ensino Médio, cabendo a cada sistema de ensino a decisão de ofertá-las ou não. A ideia seria contemplar alguns temas específicos e diluí-las na área de conhecimento, no caso em questão “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” (DUARTE e DERISSO, 2017, p. 138).

Nesse sentido, para Allan Kenji, Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), os projetos do governo Temer para o ensino médio, pretendem:

[...] completar e, de fato, instituir que a dimensão do conhecimento já não é mais um requisito escolar. Minha hipótese é que ela flexibiliza o suficiente para que se consiga ofertar, para diferentes escolas e para diferentes frações de classe, diferentes tipos educativos. Você pode ter essa escola *premium* para formar as frações que vão dirigir empresas e negócios, e ter para diferentes tipos de escola pública, um direcionamento das habilidades das competências. Para nós, isso significa a possibilidade de eles ofertarem diferentes tipos de sistemas de ensino, conteúdos e materiais didáticos para diferentes frações de classe (KENJI, 2018)⁵⁹.

Ao refletir ainda sobre o ensino médio⁶⁰ como política pública importante, e que se encontra no centro de disputa de projetos por finalidades, conteúdo e formato, os professores João Carlos Ferreti e Mônica Ribeiro da Silva⁶¹, escrevem:

[...] O maior ou menor atrelamento da reforma curricular a questões de ordem pragmática, tais como a adequação a demandas econômicas e de mercado, a melhoria do desempenho dos estudantes nas avaliações em larga escala, ou, ainda, a contenção do acesso à educação superior por meio da profissionalização, entre outras, caracteriza disputas por hegemonia em torno de um projeto formativo e de sociedade, disputas que atravessam o Estado e suas instâncias decisórias no âmbito do legislativo e do executivo, bem como de seus interlocutores (FERRETI e SILVA, p. 396).

Necessário dizer ainda do caráter antidemocrático da reforma chamada pelo governo de novo ensino médio. Antidemocrática, pois gestada por meio de medida provisória⁶², MP, não permitiu que a sociedade brasileira dialogasse ou

⁵⁹ Disponível em <<http://www.epsvj.fiocruz.br/noticias/entrevista/em-termos-de-educacao-publica-nunca-experimentamos-um-inimigo-com-uma-forca>>. Acesso em 2018.

⁶⁰ “O ensino médio passou a compor a Educação básica com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996. Desde então, muito se discute sobre sua falta de identidade, tendo em vista que, como última etapa da Educação básica, muitas vezes foi compreendido como trampolim para o acesso a universidade ou como responsável por oportunizar uma formação profissional. A formação profissional no âmbito do ensino médio é um ponto de grande tensionamento no debate educacional, pois a visão preparatória para o mercado de trabalho sempre revela o “embate histórico de caráter político-ideológico que expressa relações de poder” (FRIGOTTO, p.1130, 2007), em que temos de um lado o setor público e o setor privado, bem como o desejo do empresariado por mão de obra. Nesse sentido, desde 1996 temos debatido o sentido formativo e educativo do ensino médio compor a Educação básica”. (GONÇALVES, 2017).

⁶¹ Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória no 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00385.pdf>>. Acesso em 2018.

⁶² A Medida Provisória (MP) é um instrumento com força de lei, adotado pelo presidente da República, em casos de relevância e urgência. Produz efeitos imediatos, mas depende de aprovação do Congresso Nacional para transformação definitiva em lei. Seu prazo de vigência é de sessenta dias, prorrogáveis uma vez por igual período. Se não for aprovada no prazo de 45

discutisse a tal reforma. E por ter sido proposta por meio de MP, nos leva a questionar os motivos para a urgência na reforma do ensino médio.

Nesse sentido, Gonçalves (2017) ao escrever sobre os interesses mercadológicos do novo ensino médio oferece algumas compreensões:

Em maio de 2016, o Brasil sofre um Golpe civil, jurídico e midiático, no qual a presidenta Dilma Rousseff é afastada e assume interinamente a Presidência do País o vice-presidente Michel Temer. Em agosto do mesmo ano, o Senado aprova o *impeachment* de Dilma Rousseff. Uma série de ações do governo começam a ser operacionalizadas e verifica-se um grande retrocesso no campo das políticas sociais e educacionais. O Golpe teve apoio de muitos empresários, que financiaram uma série de manifestações *pró-impeachment* e as ações em curso do governo têm, entre os maiores beneficiados, os empresários, como podemos perceber com as propostas de reforma da previdência, reforma trabalhista e a própria reforma do ensino médio (GONÇALVES, 2017, p. 04).

A proposta, até então medida provisória, foi votada em fevereiro de 2017, e sancionada, tornou-se lei sob o número 13.415. Esta, não apresentou mudanças apenas na organização do ensino médio; seu conteúdo traz além das alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, propondo alterações na organização curricular do ensino médio, na forma de oferta, na organização pedagógica e no financiamento, bem como na lei que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb⁶³.

Ainda e no mesmo sentido, o de compreender sobre as mudanças propostas para a política pública no ensino médio e as implicações que se relacionam a ela, considero importante destacar pelo menos um dos aspectos desta reforma, que nos ajuda a compreender as discussões aqui enunciadas.

dias, contados da sua publicação, a MP tranca a pauta de votações da Casa em que se encontrar (Câmara ou Senado) até que seja votada. Neste caso, a Câmara só pode votar alguns tipos de proposição em sessão extraordinária. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em 2018.

⁶³“O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1998 a 2006. É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, vinculados à educação por força do disposto no Art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica”. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/fundeb-sp-1090794249>>. Acesso 2017.

Proposta para o currículo, a partir da reforma do ensino médio - LDB

Temática	Antes (Lei 9.394/1996)	Depois (Lei 13.415/2017)
Disciplinas Obrigatórias	O ensino de artes e de educação física era obrigatório na educação básica, e em 2008, aulas de filosofia e sociologia também passaram a ser obrigatórias nos três anos.	A decisão em incluir artes, educação física, filosofia e Sociologia, nas aulas do ensino médio, dependerá do que será estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Fonte: a autora, adaptado de Ferreti e Silva (2018).

Convido a pensar principalmente no que se refere à obrigatoriedade de somente três disciplinas para o ensino médio. Nesse sentido para o pesquisador e Professor Grabowski (2017):

A obrigatoriedade de apenas três disciplinas – Matemática, Português e Inglês –, empobrecerá tanto o currículo, já fragilizado, que revoltará professores, estudantes, famílias, sociedade e, inclusive, o mercado. É verdade que o processo fragmentado de conhecimento e do trabalho se impôs historicamente, porém, atualmente, até o grande capital demanda trabalhadores menos parciais – o trabalhador superespecializado está perdendo espaço para os que sabem projetar, executar e avaliar.

Sobre as questões de currículo, que envolvem o novo ensino médio, é importante lembrar que ainda que as disciplinas de Educação Física, Artes, Sociologia e Filosofia, encontrem-se contempladas na Lei n.13.415, isso não garante a oferta destas áreas do conhecimento nos três anos do ensino médio. Para Gonçalves (2017), a inclusão das referidas áreas será discutida no âmbito da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, o que não torna obrigatória o ensino das mesmas, uma vez que a BNCC não tem a força da lei, portanto, não haverá obrigatoriedade no cumprimento, sendo apenas uma orientação.

Compreendo que a reforma proposta para o ensino médio, com vistas a atender as demandas dos organismos internacionais e do capitalismo neoliberal, retira dos alunos da escola pública a possibilidade de uma formação básica comum, como é atualmente, e os alunos passam a ter uma carga horária de apenas 50% de base comum nos três anos. A outra parte será trabalhada através dos itinerários formativos já explicitados neste estudo, e os mesmos serão da escolha de cada aluno. Uma vez que cada sistema de ensino é responsável pela oferta dos itinerários de acordo com suas condições, não há garantias de que o aluno terá na sua escola a possibilidade de escolha dos cinco itinerários formativos.

Ao discutir nesse sentido, Gonçalves (2017) compreende que as escolas públicas possuem, hoje, grandes dificuldades para oferecer os itinerários, dada as

condições de infraestrutura, materiais, recursos humanos. Assim, aproveitando-se dessas dificuldades, o governo federal acenou com a possibilidade de realizar parcerias com o setor privado para a oferta do itinerário V (diz respeito à formação técnica e profissional), e, para tal, realizou alterações na lei 11.494/2007 que regulamenta o Fundeb e a valorização dos profissionais da Educação.

Parece-me que tais medidas servem para reforçar ainda mais as dicotomias entre a escola pública e a privada. É preciso pensar, dadas as condições principalmente de infraestrutura e materiais, no quanto a escola privada pode se fortalecer. As redes privadas já tem ganhado amplo espaço da mídia em enunciar principalmente o desempenho no Enem, passam, a partir das mudanças propostas pela Lei 13.415/ 2017, reforçar seus currículos; enquanto a rede pública terá que se virar com aquilo que é possível ofertar. Tais medidas contribuem para aumentar as desigualdades sociais, reforçando ainda mais as distâncias que separam os ricos e os pobres em nosso país.

Tal proposta desconsidera as outras dimensões humanas, priorizando o ensino da matemática, da língua portuguesa e da língua inglesa, em detrimento as ciências humanas, as artes e a educação física; conhecimentos estes que, juntamente com os demais, possibilitariam ao aluno compreender seu lugar no mundo, buscando sua autonomia, a luta pela construção de uma sociedade menos desigual.

A educação libertária caminha radicalmente contrária aos pressupostos dos mecanismos econômicos mundiais, estes não deveriam ser parâmetros, alicerces, balizadores das políticas educacionais, conforme hoje, infelizmente, acontece.

A escola em discussão não visa ensinar para as multiplicidades do mundo atual, muito menos uma formação que possibilite ao aluno sonhar com outra realidade que não seja aquela pré-concebida pelos ditames do mercado, ou seja, para os filhos dos trabalhadores basta uma escola que o molde única e exclusivamente para o chão da fábrica; a escola ilustrada no referido editorial volta-se, fundamentalmente, para o mercado de trabalho, no qual o ensino médio, com caráter eminentemente técnico, torna-se a única formação necessária.

Não se trata ainda de compreender que o modelo atual de ensino médio não precise ser pensado, que não tenha problemas, que não precise ser reconstruído. Porém, é importante lembrar que as deficiências sentidas no ensino médio estão ligadas às questões políticas, econômicas, sociais e culturais. É preciso levar em conta todas essas dimensões e em diálogo com a sociedade, construir uma proposta

de ensino médio para a escola pública, que leve em conta principalmente os sujeitos que nela circulam. Fazer o movimento contrário, desvinculando-a das questões eminentemente mercadológicas e colocando as questões humanizantes como centralidade.

É preciso questionar, ainda, se a escola básica é mero espaço de adestramento para o mercado de trabalho. Como professora da Educação básica, já há muito tempo (quase 20 anos), observo com pesar o aprofundamento das desigualdades e, no caso da Educação, esse aprofundamento se dá através do modelo de gestão das políticas públicas, no qual o gestor da Educação pública, alicerçado pela ideologia neoliberal, concebe-a como dimensão que deve ser alinhada aos ditames do mercado.

Nesta prática, a da mercantilização do espaço público e da progressiva demissão do Estado frente a seus deveres sociais — direitos da cidadania, como Educação e saúde — avoluma-se a privatização do patrimônio público, retirando investimentos importantes para o ensino público, permitindo que a maioria das escolas particulares funcione como meras empresas que ofertam Educação como mercadoria de luxo.

Políticas públicas em Educação deveriam ser pensadas no sentido de Educação para além do desenvolvimento de habilidades e competências, as quais, compreendo, têm como objetivo único que os alunos consigam melhores salários que seus pais e avós.

Nesse sentido, penso que, para além de formar um profissional, é preciso construir uma Educação na qual o sujeito aluno seja capaz de conviver na alteridade, percebendo que sua constituição como sujeito se dá pelo olhar do outro; além de construir conteúdos, decorar fórmulas, passar em exames, a Educação libertária, a Educação com Bakhtin, pressupõe a compreensão da alteridade, da escuta, a capacidade de finalmente convivermos na diferença, no contraditório.

Para além da memorização e da repetição, a escola deveria conceber a Educação como processo para o qual se exige para além da identidade, arraigada no eu, compreensões de alteridade, para a qual o meu existir está intrinsecamente ligado ao outro. Uma Educação que sensibilize para a convivência comunitária, no sentido das singularidades, jamais da despersonalização, como desejam as políticas neoliberais.

Uma escola assim precisa ser pensada através de pedagogia desafiadora, instigadora, no sentido de construir com os alunos aprendizagens que lhes possibilitem um olhar crítico da realidade que os cerca, se percebam sujeitos com potencial transformador da realidade vivenciada, capazes de estabelecer relações dialógicas com o outro e também do respeito à natureza. Com potencial para transformar sonhos, projetos políticos e sociais em realidades coletivas. Educar para a prática da alteridade pressupõe, ainda, compreender o mundo com e pelos olhos do outro, vivências que podem provocar mudanças de lugares social e epistêmico, e fundar as condições de convivência democrática, plural, inclusiva, menos desigual.

Relacionando estas reflexões com o papel do jornal, compreendo que a grande mídia faz o papel de disseminador das ideologias neoliberais, neste caso a reforma do ensino médio. A palavra oficial do Estado neoliberal, torna-se, no jornal, uma verdade, referendada por notícias que enunciam diariamente índices alarmantes de reprovação, evasão, dentre outras, e que servem para convencer de que a reforma é necessária.

Tateando mais e mais fundo, na busca da palavra contraditória, do discurso aparentemente desconexo, como um personagem ou um objeto estranho à monótona paisagem, encontro no mesmo editorial as seguintes afirmações: ***“Sem a adoção de ações imediatas, o resultado é que o país continuará às voltas com níveis inconcebíveis de evasão escolar. Entre as razões, estão um currículo escolar voltado mais para a memorização do que para o pensamento crítico, com pouca ou nenhuma conexão com a realidade a ser enfrentada posteriormente no mercado de trabalho”*** (ZH, 09/03/2018, grifo meu).

Nelas, o jornal ZH informa sobre o que considera alarmante e aponta como um dos grandes desafios da Educação pública, a evasão. Argumenta, ainda, que, entre as razões para os jovens alunos abandonarem o ensino médio, sem concluí-lo, encontra-se o currículo baseado na memorização, em detrimento ao pensamento crítico, sem quase nenhuma conexão com a realidade a ser enfrentada pelos alunos no mercado de trabalho.

Para o pensamento Bakhtiniano, cotejar é auscultar⁶⁴ as múltiplas vozes que emergem de um mesmo enunciado, abrindo para a possibilidade de uma

⁶⁴ Bakhtin (analisando o romance polifônico de Dostoievski e o próprio autor) destaca que Dostoievski tinha o dom de “auscultar” o diálogo de sua época, mais precisamente, tinha o dom de “auscultar a sua época como um grande diálogo, de captar nela não só vozes isoladas, mas antes

infinidade de diálogos, é compreender que apesar da pretensão em comunicar as verdades únicas, isso não é possível, dada a subjetividade, na qual a linguagem está mergulhada.

Língua e vida não se separam, é da natureza da vida a dialogicidade e, assim, ainda que pretenda a monologia, a neutralidade, as palavras evidenciadas no parágrafo citado denotam o discurso do outro, a bivocalidade, comunicando que, nesta arena, a da linguagem, estarão sempre presentes os embates das forças sociais, a tensão, os confrontos possíveis como enunciado citado na apropriação e transmissão da voz do outro.

É como se ZH, momentaneamente, perdesse o fio da meada – o fio ideológico que pretende sustentar – e permitisse a abertura de uma pequenina fenda, na qual o discurso do outro emerge, dizendo de uma Educação que precisa dar conta das exclusões, evidenciada pela palavra alarmante⁶⁵.

Ampliando o excedente de visão, podemos refletir sobre questões como o currículo, que, gestado com vistas à manutenção das estruturas atuais de sociedade, não dá conta de responder aos anseios de uma sociedade que, em Bakhtin é polifônica, combativa, transgressora. Subsistem assim, no mesmo enunciado, as contrapalavras, pois estas emergem, arranhando as superfícies, provocando à mistura, à hibridação, denunciando as instabilidades, as impermanências.

Ao afirmar que o currículo escolar atual é pautado mais na memorização do que no pensamento crítico, o jornal toma para si um discurso de crítica ao atual modo de organizar os currículos escolares e usa esses argumentos agora para sustentar uma reforma que vai, justamente, reafirmar as grandes lacunas de formação de um pensamento crítico dos estudantes. Esse é um jogo muito interessante: tomar o discurso do outro – que é crítico e que aponta problemas na

de tudo as *relações dialógicas* entre as vozes, a *interação* dialógica entre elas”. Ele também “auscultava” as vozes dominantes da época, fossem oficiais e não-oficiais, mas também apresentava o dom de escutar as “vozes ainda fracas”, em termos de “ideais latentes ainda não auscultadas por ninguém”; e mais, ele ainda sentia as “ideias que apenas começavam a amadurecer, embriões de futuras concepções do mundo”.Disponível em <<http://www.filologia.org.br>>. Acesso em 24/04/2018

⁶⁵ A maior taxa de evasão revelada pelo Censo Escolar entre 2014 e 2015 foi de 12,7% dos alunos matriculados na primeira série do ensino médio, seguida por 12,1% dos matriculados na segunda série. A terceira maior taxa de evasão é no nono ano ensino fundamental, que registrou 7,7%. Os números fazem parte dos indicadores de fluxo escolar na educação básica, divulgados pela primeira vez pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), nesta terça-feira, 20. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 15/02/2018.

atual ordem das coisas – como se fosse seu discurso, em nome do qual as reformas estão sendo propostas.

Assim os discursos enunciados pelo jornal, apesar de aparentemente indicarem para a necessidade de um currículo mais abrangente, voltado à criticidade e contrário à memorização, esconde a intencionalidade do jornal, ao desqualificar o currículo atual, propõe, como possibilidade de mudança, justamente o currículo marcado pelo tecnicismo e que visa principalmente o fortalecimento das redes privadas de Educação em detrimento à escola pública.

Na compreensão de como são construídas as identidades da Educação pública, na materialidade discursiva de ZH, encontro nas páginas denominadas *Opinião* diversos textos, nos quais ZH concede a palavra a outros sujeitos sociais. Estes não são repórteres, nem jornalistas ligados ao jornal.

Chamou-me atenção, principalmente o fato de que, para falar sobre Educação, foram convidados principalmente pelo ZH, não professores, nem diretores da escola pública, nem de estudiosos da Educação, nem representantes dos sindicatos de trabalhadores em Educação; também pouco encontrei a palavra de alunos, pais ou responsáveis por estudantes das escolas gaúchas. Em ZH, a voz hegemônica, responsável por pensar a Educação, é a voz de empresários, representantes da saúde ou da justiça:

“Magistério: O problema está no sistema.” Darcy Francisco Carvalho dos Santos – **Economista** (ZH 16/06/2016, p.21, grifo meu).

“A Educação é o Caminho.” Alfredo Floro Cantalice Neto – **Presidente da Associação Médica do Rio Grande Do Sul** (ZH 07/04/2016, p.21, grifo meu).

“O que Comemorar no dia da Educação?” José Paulo da Rosa – **Diretor regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – RS** (ZH 28/04/2016, p.23, grifo meu).

“Há Saída? Enquanto a Educação não for nossa prioridade absoluta, jamais extirparemos as raízes da corrupção.” Rui Ferreira dos Santos – **Juiz do Trabalho em Torres** (ZH, 20/06/2016, p.26, grifo meu).

“Além do Lugar-Comum na Educação.” Lucia Ritzel – **Gerente Executiva da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho** (ZH, 14/06/2016, p.24, grifo meu).

De acordo com Azevedo (2007),

Dirigentes políticos, mídia e, nos últimos tempos, economistas, empresários, consultores empresariais e técnicos em planejamento têm ocupado boa parte do espaço dos educadores, emitindo receitas, soluções técnicas e, não raro, sugerindo a incompetência dos

educadores para produzir soluções que empolguem a qualificação do ensino (AZEVEDO, 2007, p. 7).

Assim, na materialidade discursiva do jornal, a construção das imagens da escola pública e dos sujeitos da educação – alunos e professores – está normalmente associada a notícias de economia ou de polícia.

Sendo possível encontrar o seguinte enunciado:

“É Gratificante Investir em Educação. Em todo ano eleitoral, é o mesmo discurso: candidatos vão aos palanques e falam em uníssono que a educação brasileira precisa melhorar e crescer. Dizem, ainda, que é a solução para o nosso país. Mas, passado o pleito, o tema segue relegado a quinta, sexta, sétima prioridades. E assim caminhamos para mais um ciclo de dois ou quatro anos sem que o sistema de ensino receba toda a atenção que merece. **Pois, sou um empresário que decidiu não esperar tanto pelas ajudas governamentais para acreditar na ideia da educação a fim de formar uma nação melhor.** Há 12 anos, junto a um grupo de investidores, criamos uma faculdade de qualidade em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. **Nela, trabalhamos com conceitos próprios do mundo empresarial alinhados à governança corporativa e ao compliance, como recrutamento de profissionais referências em cada área, uso de indicadores de resultado, compartilhamento de dados entre todos os colaboradores e publicação de resultados financeiros auditados para a sociedade. Além disso, estimulamos os alunos a emprenderem.** Abrimos as portas da faculdade também para que a iniciativa privada traga ideias de parceria ou de busca de solução de um problema real com a ajuda da academia. **Alguém dirá: o bom momento econômico do país ajudou o negócio da educação privada a prosperar. Verdade.** Mas igualmente é verdade que, em meio à crise que o Brasil atravessa nos últimos anos, seguimos com a convicção intacta. Continuamos investindo e procurando o crescimento sustentável, mesmo diante de indicadores econômicos não favoráveis. Hoje, não somos só uma faculdade. Caminhamos para nos tornar uma universidade, **porque a educação é o caminho para a prosperidade coletiva. Mas esta estrada não deve ser trilhada somente pelo poder público. Devemos nós mesmos acreditar na ideia, investir, buscar a excelência, usar as boas práticas empresariais e fazer com que o país tenha cada vez mais opções de qualidade para o desenvolvimento de todos os cidadãos.** Digo sem medo de errar que não há propósito mais gratificante e motivador do que este” (EDUARDO CAPELLARI, Diretor Geral da IMED, ZH 23/09/2016. Grifo Meu).

No parágrafo inicial do artigo, o empresário traz uma afirmação já cristalizada como pretensa verdade: o fato de que os gestores públicos são incapazes de resolver os problemas que envolvem a Educação, dizendo, ainda, que passadas as eleições, ela deixa de ser prioridade.

O diretor geral da Faculdade Meridional IMED - informa também que “*decidiu não esperar tanto pelas ajudas governamentais para acreditar na ideia da educação a fim de formar uma nação melhor*” (Ibidem). Com este discurso, o empresário pretende mostrar seu exemplo como cidadão e investidor brasileiro, omitindo, porém, o fato de que é do capital público que vêm os maiores investimentos abocanhados pelo setor nos últimos anos, graças, principalmente, a uma política pública em Educação, o FIES⁶⁶.

Nesse sentido, a partir de 2010, segundo a revista Exame em matéria publicada no dia 09 de fevereiro de 2015⁶⁷, com o título “*Redes Privadas de ensino ganharam fortunas com o Governo*”, o governo federal já havia investido mais de 30 bilhões de reais através do programa para pagar as mensalidades de 1,5 milhão de estudantes, montante que foi depositado inteiramente nos caixas das instituições privadas do Brasil. Assim, é possível compreender o título “*É gratificante investir em Educação*” (Ibidem).

Historicamente, desde a implantação da Educação formal no Brasil, o setor privado se colocou em disputa com a Educação pública e, por essa razão, atua constantemente no sentido de enfraquecer a educação pública e gratuita no país e de dificultar a sua universalização em todos os níveis.

Ao longo do discurso, o investidor informa ainda que em sua faculdade trabalham “[...] *com conceitos próprios do mundo empresarial alinhados à governança corporativa e ao compliance, como recrutamento de profissionais referências em cada área, uso de indicadores de resultado, compartilhamento de dados entre todos os colaboradores e publicação de resultados financeiros auditados para a sociedade. Além disso, estimulamos os alunos a empreenderem [...]*” e no final do artigo, [...] *Mas esta estrada não deve ser trilhada somente pelo poder público.*

⁶⁶ O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. <<http://sisfiesportal.mec.gov.br>>

⁶⁷ Disponível em <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/redes-privadas-de-ensino-ganharam-fortunas-com-governo>>.

Devemos nós mesmos acreditar na ideia, investir, buscar a excelência, usar as boas práticas empresariais e fazer com que o país tenha cada vez mais opções de qualidade para o desenvolvimento de todos os cidadãos [...] (ZH 23/09/2016).

Observo nos enunciados citados uma ausência propositada dos referenciais humanizantes, libertários, essenciais à Educação. A gestão da instituição em questão, e por consequência, questões curriculares, pedagógicas, metodológicas, seguem os ditames da organização empresarial, com fins eminentemente mercantis. O próprio termo do mundo dos negócios, “*compliance*”, tem um significado bastante interessante, pois trata, dentre outros, “de aliviar a carga fiscal e o processo de cumprimentos de obrigações de forma a promover o desenvolvimento do setor privado”⁶⁸.

Ali também estão expressos os fins da Educação na instituição privada, o de levar o aluno a empreender, aliás, o estudante torna-se empreendedor, ou seja, a função da Educação é formar empresários, pessoas dos negócios, pois esse é o Brasil que dá certo, numa visão de que quanto mais empresários, melhor será para o desenvolvimento econômico do país.

O discurso defendido, através daquilo que o jornal tenta comunicar, como sendo o discurso alheio, continua servindo como justificativas que reforçam a permanência da atual configuração dos meios de produção, das políticas públicas, da economia, com vistas a sustentar o modelo de desenvolvimento vigente. Os discursos perpassados por ZH sobre o signo ideológico Educação, nos mais diferentes espaços do jornal, valendo-se dos mais diversos recursos linguísticos e ideológicos, refletem, e pretendem reafirmar a valoração da Educação com fins unicamente mercantis.

Contribuindo com as nossas reflexões, o Professor e pesquisador Allan Kenji, em entrevista para o site da Fiocruz, fala sobre a notícia de que a *Kroton Educacional*⁶⁹ assumiu em 2018 o controle da *Somos Educação*, dona do sistema

⁶⁸ Disponível em <www.linguee.com.br>

⁶⁹ “A Kroton Educacional, maior empresa de educação do mundo, vai se tornar ainda maior. Na última terça-feira (24) saiu o anúncio de que a companhia assumiu o controle da Somos Educação – dona do sistema de ensino Anglo e de editoras como a Ática e Scipione, grandes produtoras de material didático. A compra, no valor de R\$ 4,6 bilhões, ainda está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que regula a concorrência. É a segunda aquisição da Kroton – que controla grande parte do mercado privado de educação superior no país, com 877 mil matrículas em um universo de 6 milhões de vagas – na educação básica em menos de um mês. A Kroton já havia anunciado em abril a compra do colégio Leonardo da Vinci, no Espírito Santo. Segundo a empresa, com a aquisição da Somos, a fatia de sua receita que vem do ensino básico deve aumentar de 3% para 28%, consolidando uma guinada em direção à

de ensino Anglo e de editoras como a Ática e Scipione, grandes produtoras de material didático. O site enuncia ainda que esta é a segunda aquisição da Kroton, que controla grande parte do mercado privado de Educação superior no país, com 877 mil matrículas, em um universo de 6 milhões de vagas na educação básica, em menos de um mês.

Para o professor essa aquisição muda o sentido estratégico da Educação básica e converge muito com a reforma do ensino médio e a BNCC, em relação àquilo que o capital tem esperado da escola, deixando claro como os projetos estão articulados. Informa ainda que a Confederação Nacional da Indústria [CNI], em 2010, divulgou documento informando da formação que a indústria necessitava para a força de trabalho no Brasil: alunos que tivessem conhecimento em leitura e escrita, que soubessem realizar as quatro operações matemáticas básicas e demonstrassem compreensão da lógica formal simples.

Segundo Kenji, grupos controladores vão adquirir os sistemas de editoras e os sistemas de ensino, porque o foco deles é o fundo público, seu mercado são as escolas de educação básica pública. Para o pesquisador, é nesse sentido que se encontra o risco e o vínculo entre a reforma do ensino médio, a proposta de BNCC para o ensino médio, a noção das competências e habilidades defendidas pela CNI e o ataque às humanidades em processo no governo atual.

Os processos parecem ser articulados e tem como objetivo o fundo público de Educação, num movimento que vislumbra a Educação básica como possibilidades de lucros; assim as leis, as diretrizes, as bases, enfim, os documentos que norteiam esse nível educacional precisam, por força do mercado, estar em consonância com as necessidades da produção.

No sentido das disputas, ou ainda do assédio neoliberal sobre as políticas educacionais, Grabowski (2018)⁷⁰ compreende que a Educação básica, no Brasil, encontra-se sob ofensiva dos ditames neoliberais, e cita, dentre outras, a reforma

educação básica. Nesta entrevista, Allan Kenji, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que estuda a atuação dos grupos empresariais na educação e sua vinculação com o capital financeiro, explica os fatores que determinaram essa mudança de prioridade da Kroton e fala sobre como esse movimento está relacionado às alterações na educação básica no Brasil, com a reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e também com o processo de financeirização do capital na educação". Disponível em <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/em-termos-de-educacao-publica-nunca-experimentamos-um-inimigo-com-uma-forca>>. Acesso em 2018.

⁷⁰ Post com o título: O assédio neoliberal à educação básica. Disponível em <<https://www.extraclasse.org.br/exclusivoweb/2018/07/o-assedio-neoliberal-a-educacao-basica>>. Acesso em 2018.

do ensino médio que, segundo ele, objetiva submeter o ensino médio à lógica neoliberal, por meio das competências e habilidades exigidas pelo mercado. Para o autor:

A atual proposta de BNCC para o ensino médio tem muitos problemas já apontados por especialistas e entidades educacionais. O principal deles, apontado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), é a Lei 13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio), sobre a qual a BNCC atuará. Ela fomenta a privatização da educação básica, repassando para o setor privado os currículos flexíveis, especialmente da educação técnica profissional, que deverá ser a mais explorada pelos sistemas e redes de ensino do país. De outro, cria um verdadeiro *apartheid* socioeducacional, instituindo escolas para ricos e classe média alta – com currículos “à la carte”, em que empresários poderão cobrar por disciplinas que estão fora das 1.800 horas obrigatórias da BNCC –, e escolas para pobres e classe média baixa, estas com currículos limitados às 1.800 horas e com apenas duas disciplinas obrigatórias (português e matemática) (GRABOWSKI, 2018).

Após a reforma denominada de novo ensino médio, na qual realiza mudanças na LDB, alterações na organização curricular do ensino médio em forma de oferta, organização pedagógica e financiamento, e também na lei que regulamenta o Fundeb, o governo Temer volta-se agora para a construção da BNCC, e esta se torna mais um instrumento a serviço das regras do mercado, no sentido de que através dos currículos flexíveis, o ensino técnico e profissional, tem, através da BNCC, a possibilidade em ser ofertada pela rede privada.

Retomo nesse sentido o que Marx e Engels (1998) escreveram a respeito dos embates entre as classes sociais, quando ressaltam que a classe social, que controla os meios de produção material, também tem o controle dos meios de produção intelectual. Assim os detentores do poder econômico acabam por ter a hegemonia também da produção das ideias e sua propagação. Cotejando o pensamento dos autores com a realidade enunciada, é possível compreender como isso ocorre em todas as instâncias do poder político, econômico, social e cultural; neste último, têm-se a mídia como poderoso irradiador do pensamento hegemônico.

Ao buscar na notícia: “É gratificante investir em Educação”, (ZH 23/09/2016) as contrapalavras ou a possibilidade das mesmas, Ponzio (2008) escreve que um texto utiliza-se de um jogo de palavras, já ditas anteriormente, nas mesmas circunstâncias ou não. Isso se dá porque as palavras não compõem um conjunto da língua abstrata, mas no conjunto da fala concreta, que se conectam a “contextos situacionais e linguísticos concretos” (PONZIO, 2008,

p.102). Desta forma ao dizer que [...] *a educação é o caminho para a prosperidade coletiva* [...] (Ibidem) encontro uma espécie de deformação no discurso.

Desprendendo-se da modulação eminentemente empresarial, mercadológica, as palavras, essas arteiras, escorregam e o discurso ganha outras cores, outras matizes, novos sentidos; a Educação passa a ser concebida como caminho para a prosperidade coletiva; compreendo, assim, que a Educação de qualidade precisa ser pensada como direito de todos, inclusive para a classe trabalhadora.

Contradizendo, rechaçando o pensamento do restante do enunciado, espremendo-se por uma pequenina passagem, confrontando ideologias, valorações, interesses socialmente opostos, denunciando os embates presentes na arena da linguagem, a palavra mostra que tem a capacidade de carregar consigo as cargas sociais, históricas e ideológicas que podem sustentar ou subverter a ordem das coisas, sacudindo as estruturas já concebidas como naturais ou fixas.

Denota-se, ainda, que a ideologia proletária está presente no discurso, constituindo-o, denotando uma relação de forças equipolentes. Mesmo que a pretensão de quem escreveu o texto é a de defender a manutenção da ordem social e econômica vigente, ainda assim é possível auscultar o movimento dialógico, o embate entre as classes sociais que se apropriam dos discursos e neles estabelecem determinadas valorações.

Denunciam, ainda, que nada está posto ou naturalizado. Na arena discursiva as palavras revelam, refletem e refratam os conflitos e as tensões, vividos por diferentes sujeitos sociais, dos múltiplos espaços sociais que compõem a sociedade brasileira, respondendo às concepções hegemônicas.

3.2.1 A construção de identidade da escola pública em ZH – Um caso de Polícia?

Na materialidade discursiva de ZH sobre a Educação pública, chama atenção, além das incontáveis notícias negativas – sobre obras inacabadas, ausência de professores, de transporte, de investimentos em materiais didáticos e pedagógicos, má formação de professores, escolas em péssimo estado de conservação –, a imagem de professores e alunos tem sido reiteradamente associada à violência⁷¹. No

⁷¹“Pode designar uma agressão física, um insulto, um gesto que humilha, um olhar que desrespeita, um assassinato cometido com as próprias mãos, uma forma hostil de contar uma história desprezível, a indiferença ante o sofrimento alheio, a negligência com os idosos, a decisão política que produz consequências sociais nefastas (...) e a própria natureza, quando

quadro abaixo, é possível observar, em dias consecutivos, inclusive, um número expressivo de notícias que relacionam Educação pública à violência.

Jornal	Enunciados
ZH, 10/03/2016 p. 23.	Garoto de 16 anos é morto ao lado de escola. Um adolescente de 16 anos morreu ao ser atingido no rosto ao lado da Escola Estadual Alcides Barcelos , na qual estudava, no Bairro Getúlio Vargas, um dos mais violentos de Rio Grande, no sul do estado. (Grifo meu)
ZH, 31/03/2016, p. 29.	Com medo, escola reduz aulas para duas horas por turno . Homem foi assassinado na mesma rua que funciona o colégio na capital. Atos de violência são constantes na região. (Grifo meu)
ZH, 13/04/2016, p. 24.	Insegurança fecha colégio e muda rotina. Escola Estadual Érico Veríssimo , na capital, teve de encerrar atividades devido à guerra do tráfico, quatro vezes somente neste ano. (Grifo meu)
ZH, 08/06/2016, p. 1	Escola Estadual de Ensino Fundamental Aurélio dos Reis , no Jardim Floresta, zona norte da capital foi arrombada e teve 110 notebooks furtados.
ZH, 09/06/2016, p. 1	Escola Municipal Padre Luiz Nadal de São Jeronimo , na região carbonífera, amanheceu com o refeitório arrombado e as dispensas praticamente vazias.
ZH, 09/06/2016, p. 6 e 7.	Furto e Tristeza na escola-modelo do RS. Colégio Estadual Aurélio Reis , na capital, é considerado referência de qualidade no ensino público, há cinco anos, quando ficou conhecido por ter um computador por aluno. Arrombadores levaram ontem 110 equipamentos um prejuízo de R\$ 72 mil. (Grifo meu)
ZH, 12/08/2016, p. 30	Editorial: Ameaça à Educação. Levantamento feito pela Secretaria da Educação em 1.255 das 2,5 mil escolas estaduais demonstra que, entre novembro e dezembro do ano passado e março e junho de 2016, foram registrados 5.625 casos de violência em torno das instituições de ensino. (Grifo meu)
ZH, 12/08/2016, p. 8 e 9.	Educação Prejudicada . 5,6 mil casos de violência no entorno de escolas aconteceram em períodos de seis meses. Média de 30 episódios por dia expõe rotina conturbada que, segundo especialistas, contamina qualidade de aprendizagem. (Grifo meu)
ZH, 1º/09/2016, p.34.	Adolescente leva submetralhadora à escola. Arma de produção artesanal foi encontrada com estudante de 13 anos em instituição municipal de Novo Hamburgo. (Grifo meu)
ZH, 6/09/2016, p.6 e 7.	Seis dias, três invasões e 110 crianças sem escola. Arrombamentos consecutivos revoltam comunidade atendida pela instituição de ensino infantil tio Zé, no morro Santa Teresa, na capital . Criminosos furtaram alimentos do colégio que atende crianças carentes de zero a menos de seis anos e ficará fechado até próxima semana. (Grifo meu)
ZH, 06/03/2017, p. 22	Escola é arrombada pela 11ª vez no ano na capital. O colégio estadual Ildo Meneghetti , no bairro Restinga, zona sul de Porto Alegre foi arrombado ontem pela 11ª vez no ano. (Grifo meu)

transborda seus limites normais e provoca catástrofes.” (SOARES, BIL & ATHAIDE 2005, p.245). Para Chauí “Em nossa cultura, a violência é entendida como o uso da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser. A violência é violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém. Eis que o assassinato, a tortura, a injustiça, a mentira, o estupro, a calúnia, a má-fé, o roubo são considerados violência, imoralidade e crime” (CHAUI, 1997, p. 337).

ZH, 10/03/2017 p.20	<i>Estudante é estrangulada em escola. Aluna de 14 anos morreu depois de briga em sala de aula em Cachoeirinha. Polícia aponta envolvimento de três meninas. A estudante da 7ª série Marta Avelhanada Gonçalves, 14 anos, foi morta por estrangulamento dentro da sala de aula, na Escola Estadual Luiz de Camões em Cachoeirinha, na quarta-feira à tarde.</i>
ZH, 15/03/2017, p.21	<i>Alunas devem responder por morte de Marta. Polícia pretende pedir internação de duas garotas que teriam asfixiado colega durante briga em Escola Estadual Luiz de Camões em Cachoeirinha. (Grifo meu)</i>
Gaúcha ZH, 12/07/2018, p.1	Agressões contra professores e funcionários lidera ranking de violência em escolas estaduais do RS. Números gerais, no entanto, mostram que houve redução na maioria dos casos de violência em ambiente escolar no primeiro semestre de 2018.

Os enunciados permitem algumas compreensões importantes, uma delas aponta para a geografia da violência: segundo ZH, é quase exclusividade dos bairros periféricos⁷² a propagação da violência que se embrenha na escola, fazendo crer que os bairros pobres, devido às condições socioeconômicas e fragilidades de toda ordem, são causa única para a violência. Desta forma, criminosos ou alunos violentos são transmissores da violência, produto de um espaço violento⁷³.

Em estudo com o Título Juventude, Violência e Cidadania no RJ, Minayo (1999) apud Oliveira (2012), tece algumas compreensões a respeito do papel da mídia na construção de identidades dos jovens das periferias:

[...] Minayo (1999), explicita que para jovens de 14 a 20 anos, a mídia distorce as informações sobre violência, ora exagerando, ora omitindo determinados aspectos essenciais para a compreensão do evento em si. A maioria desses jovens considera que a mídia mostra somente o que acontece nas favelas e periferias da cidade, reforçando a discriminação e exclusão vivenciadas pelos moradores dessas comunidades [...]. Em geral, a cobertura da mídia, sobre violência na escola, tem foco principalmente nas escolas públicas e cria uma fantasia em relação às escolas privadas. Este silenciamento fabrica uma ficção, pois leva a supor que a violência não existe nas escolas particulares que abrigam alunos de classes sociais mais privilegiadas. Entretanto, imaginar a violência como decorrente apenas das classes sociais mais baixas significa uma grande incoerência, já que, infelizmente, hoje a violência está presente em todos os segmentos e camadas da sociedade, seja em escolas públicas ou particulares, seja entre pobres ou ricos. Existe um discurso já construído e constituído, e a mídia tem um papel fundamental

⁷² Não encontrei na materialidade discursiva de ZH, no espaço temporal que propus pesquisar, enunciados sobre violência em escolas privadas, levando-me a questionar se inexistia violência nestes espaços ou se o tratamento dado à violência tanto pela escola particular quanto pela mídia é outro.

⁷³ “Pesquisa realizada no Rio de Janeiro revelou alguns resultados peculiares, fora do padrão do senso comum, pois mediante estratificação social do universo investigado em cinco grupos, foi possível verificar que os jovens de estrato mais privilegiados (A e B) relataram maior número de ocorrências de ameaças (19,2% estratos A e B; 18,6% C, D, E) e de agressões físicas (28% A e B; 23,3% C, D, E) do que os de origem popular. Portanto, a violência não se limita a classes sociais específicas” (REIS, 2010, p. 54).

nisso, de que a violência é coisa de pobre, de negro, de favelado, de escolas de periferia e públicas. Não é. A violência é um fenômeno que atravessa todas as classes sociais de modo indistinto. Se uma escola está inserida em uma região de risco social, não necessariamente ela é violenta (OLIVEIRA, 2012 p. 57).

É possível apreender, ainda, que a ausência da contextualização, do aprofundamento na notícia, faz com que a responsabilização recaia unicamente sobre os sujeitos das zonas periféricas da cidade; a atribuição à uma causalidade linear.

Ao apresentar as notícias como um espetáculo (em alguns dias elas vieram em série) o jornal tenta infundir a ideia de que violência escolar e contexto social não possuem relação, culpabilizando muitas vezes as próprias instituições educacionais e os sujeitos que dela fazem parte, contribuindo para a desconstrução da escola como um espaço seguro e próprio para a aprendizagem.

Apesar de não tencionar, neste trabalho, especificamente a violência escolar, considero importante refletir, a partir de alguns estudos, a relação mídia e violência na escola, uma vez que a violência no espaço escolar tem ganhado amplo espaço nas mídias, contribuindo para a construção da imagem da escola pública e dos sujeitos que dela fazem parte.

Neste sentido, Chesnais, apud Reis (2010, p.67), afirma “que o império da mídia banaliza a violência”. Para Novo (2006), a referida banalização contribui de forma enfática para a cristalização e reprodução da violência, agindo como importante impeditivo para mudanças nas relações sociais, bem como para a construção de outros ambientes, outras formas de olhar e experienciar, que possibilitem relações mais solidárias, com maior respeito às diferenças.

Para Reis (2010)⁷⁴, a mídia tem contribuído para a construção da ideia da escola como espaço da insegurança e da incivildade. Os resultados encontrados no estudo da autora confirmam que a mídia tem tido papel importante na disseminação daquilo que denominou “pânico moral”, ou seja, “na construção social que aparece como definição do problema em questão” (REIS, 2010, p. 65).

O pânico moral tem capacidade de influenciar através de diversas forças e maneiras, constituindo-se em formas de a sociedade lidar e mobilizar-se para a solução de tais problemas. Para a autora “a mídia tem se tornado muito competente em transformar episódios isolados de violência na escola, em verdadeiros espetáculos” (REIS, 2010, p.65).

⁷⁴ Dissertação de Mestrado com o título: Violência nas escolas, sob o olhar da mídia impressa do Distrito Federal: Um caso de polícia? Brasília, 2010. (Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7349/1/2010_TaniaTeixeiraReis.pdf>

Para Campos, apud Reis (2010), a forma como a mídia aborda a violência é muito importante. Para o referido autor, no tratamento da notícia é preciso buscar o máximo de lisura, realizar a cobertura da notícia de diferentes perspectivas, tendo o cuidado em contextualizar o fato, de forma que o leitor/expectador/ouvinte tenha condições de formar opinião sem influências tendenciosas.

Os discursos sobre a violência escolar em ZH informam ainda, e insistentemente, que a escola pública não é segura. Palavras como *morte, medo, assassinado, guerra, furto, tristeza, ameaça, invasões, arrombamentos, criminosos*, constroem identidade negativa para a Educação pública no RS. Todas as escolas enunciadas são públicas, localizadas em bairros fragilizados economicamente.

Compreendo que a violência é manifestação multifacetada e não pode estar circunscrita a um determinado estrato social, nem geográfico, já que é, infelizmente, fenômeno que atinge a sociedade como um todo. Os discursos sobre a violência devem ser discutidos a partir de múltiplas dimensões que o fenômeno envolve, desde a violência simbólica, até as guerras de facções. Sendo assim, a escola é também locus da violência, e os diferentes sujeitos que dela fazem parte podem ou não ser violentos. No entanto, a identidade que se constrói da escola pública como espaço de violência tem, na mídia, importante centro irradiador dessa construção identitária.

Nesse sentido, Oliveira (2010) escreve:

A maneira como as escolas são apresentadas, nestes jornais⁷⁵, revela as condições precárias destes estabelecimentos e esta situação supostamente de denúncia, poderia trazer algum benefício se houvesse algum retorno por parte das políticas públicas no sentido de melhorar as escolas. Por outro lado, o sensacionalismo apelativo das matérias apresentadas pelos dois jornais, de certa forma, forja uma identidade generalizante sobre o aluno que estuda nesta escola. Numa análise superficial destes jornais, constrói-se uma verdade preconceituosa de que os alunos destas escolas são pessoas violentas (OLIVEIRA, 2010, p. 154).

No mesmo sentido Gregolin (2004) afirma:

Esse poder - contra o qual os sujeitos se digladiam em microlutas cotidianas - classifica os indivíduos em categorias, designa-os pela individualidade, liga-os a uma pretensa identidade, impõe-lhes uma lei de verdade que é necessário reconhecer e que os outros devem reconhecer neles. É uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos (GREGOLIN, 2004, p. 16).

⁷⁵ A autora se refere aos jornais, O Liberal e Diário do Pará. (Disponível em <<http://www6.unama.br/ppgclc/attachments/article/56/Discursos%20da%20m%C3%ADdia%20impressa%20sobre%20a%20viol%C3%Aancia%20na%20escolas%20p%C3%ABlicas%20de%20Bel%C3%A9m%20do%20Par%C3%A1;%20corpo,%20identidades%20e%20regimes%20de%20verdade.pdf>> Acesso em 2017.

Para Moraes (2001), é histórico o movimento discursivo que busca apontar a escola pública brasileira como espaço de intermináveis crises e violência. Tais argumentos, compreendendo, carregam a intenção de convencer que a gestão estatal da Educação é incompetente a ponto de tornar a educação pública sofrível, permeada de desigualdade, ineficiência e incompetência. Tal depreciação concorre para o enfraquecimento da Educação como política pública, apontando-a como modelo fracassado, e que para a ideologia neoliberal somente será solucionado, dentre outros, pela intervenção do modelo privado de Educação⁷⁶.

O tratamento da notícia em ZH evidencia, também, uma forma de jornalismo alheio à problematização dos sentidos da violência, detendo-se a enunciar determinada notícia, sem a profundidade necessária, relacionando a violência com a escola, apenas no sentido geográfico, espacial. Não há em seus enunciados compreensões que possam levar a questionamentos sobre as causas da violência, ou como professores, alunos, gestores, comunidade escolar, podem lidar com este problema que sabemos não ser exclusividade dos bairros pobres, tampouco da escola pública.

Nesse sentido, Silva (2011), ao pesquisar sobre a midiática da violência escolar em Belém do Pará, escreve:

Pensar sobre os sentidos que a mídia produz sobre a violência escolar [...] é também considerar que, para além de uma concepção ingênua de mídia, apenas como agente social da informação, desinteressada e neutra, que apresenta os fatos tais como a realidade os cria; faz-se importante proceder à análise desse discurso midiático, porquanto ideológico, imbuído de interesses e valores que ao, propor notícias como o faz, expressa, sobretudo, uma tomada de posição perante as questões sociais (LIMA, 2002; LAURENS, 2006; CASTRO, 2002; RODRIGUES, 1980; BAKHTIN, 2009; WOLFF, 1999). O que configura uma atitude cautelosa e justificável para uma maior compreensão, não só da violência escolar, mas, principalmente do próprio funcionamento da mídia como articuladora de sentido e partícipe da construção da realidade social (SILVA, 2011, p. 160).

⁷⁶ Nesse sentido o Professor aposentado da UNICAMP, Luiz Carlos de Freitas em post com o título Vouchers, neoliberalismo e as eleições, reflete sobre o que denominou de liberalismo tardio na América Latina e por consequência no Brasil. Nesse sentido escreve sobre as próximas eleições no Brasil, na qual o candidato a presidência da república, João Amoêdo defende em seu programa de governo a aplicação do sistema de “vouchers” para toda a Educação básica, da pré escola até o ensino médio. O referido projeto consiste em investir os recursos que iriam para a escola pública, na escola privada. O professor cita vários exemplos os quais tal política não deu certo (Estados Unidos, Chile). Explicita por fim, que a proposta não significa desejo de o modelo neoliberal em imprimir qualidade aos alunos. Revela-se mais uma tentativa da modelo neoliberal, em colocar sobre a tutela empresarial a escola pública, para assim poder definir as finalidades e os objetivos da Educação, subordinada aos interesses do mercado (Disponível em <<https://avaliacaoeducacional.com/2018/08/25/vouchers-neoliberalismo-tardio-e-as-eleicoes>>. Acesso em 2018).

Importa, ainda, lembrar a importância de o leitor refletir sobre como a mídia informa sobre a violência, porque o impacto da notícia – no caso de ZH em reiteradas manchetes – parece ter se tornado mais importante que a informação que ela noticia.

Alimentar o leitor com ameaças do fantasma da violência, fragilizando os sujeitos, fazendo-os acreditar que a situação é impossível de ser enfrentada, em nada contribui para a solução dos problemas de violência, ao contrário, são atitudes que, na busca pela defesa, geram maior repressão e individualismo (REIS, 2010).

Convido a refletir ainda quanto à quase inexistência das vozes dos sujeitos que são vítimas cotidianas da violência, ou seja, professores, alunos, gestores, pais, enfim, comunidade escolar como um todo.⁷⁷

É no mínimo incômoda a realidade denunciada em ZH, que noticia a violência relacionando-a ao ambiente escolar, mas que não se preocupa em enunciar as vozes dos sujeitos que vivem naquele espaço, fazendo intuir que a violência é fruto do acaso, ou que as comunidades por ela atingidas estão alheias à realidade enunciada. Contar a história por trás da notícia contribuiria para a compreensão dos sentidos da violência e a não cristalização de ideologias que tendem a apontar para os sujeitos sociais mais empobrecidos, os únicos vetores da violência em nosso país.

Por trás deste aparente desinteresse em discutir, com maior profundidade, questões latentes e importantes como a violência – nos mais diferentes sentidos e complexidades – denota principalmente a postura de ZH em reafirmar sua pretensa neutralidade, porém esta neutralidade o deixa de ser a partir do momento em que ZH expõe quase que diariamente um determinado espaço geográfico e nele a escola pública, construindo a imagem do senso comum de que os bairros mais empobrecidos são os únicos espaços da violência, e que a escola pública, por estar localizada nestes bairros, é, ao mesmo tempo, produtora e vítima da violência, o que a desqualifica e concorre para a construção da imagem de que a escola pública é ruim, é perigosa, é insegura.

Esta imagem construída pela mídia em relação à escola pública constitui uma rede de sentidos e me leva a questionar sobre as reais intenções de ZH; denunciar ou exacerbar os discursos? Compreende-se, nesse sentido, que a escola pública ganha visibilidade apenas quando episódios mais violentos

⁷⁷ Na notícia Furto e Tristeza na escola-modelo do RS, os repórteres Caetano Freitas e Vanessa Kannenberg que assinam a matéria, entrevistaram a professora sobre o roubo dos equipamentos ocorridos, ao qual, a professora Silvana Peixoto, laconicamente respondeu “lamentar sobre o fato de ter que refazer todo o planejamento das aulas, já que tudo estava baseado na lousa digital”, que fora roubada (ZH, 09/06/2016, p. 6-7).

acontecem. Não há, por parte do jornal, preocupação no sentido da prevenção, ou contribuições na busca por evitar que a violência ocorra. Os casos são tratados de forma isolada, sem levar em conta o contexto histórico e social dos sujeitos envolvidos, nem como a sociedade e o Estado, como gestor da política pública em Educação, vem agindo na busca por resolver tais problemas.

Kellner (2001) nos auxilia com suas compreensões sobre como a cultura midiática contribui para a construção e afirmação das identidades:

A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de “nós” e “eles”. Ajuda a modelar a visão prevalecente de mundo e os valores mais profundos. Define o que é considerado bom ou mal, positivo ou negativo, moral ou imoral. As narrativas pela mídia fornecem os mitos, os símbolos, os recursos que ajudam a construir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos em muitas regiões do mundo de hoje. A cultura veiculada pela mídia fornece o material que cria as identidades pelas quais os indivíduos se inserem nas sociedades tecnocapitalistas contemporâneas produzindo uma nova cultura global (KELLNER, 2001, p. 09).

Na contemporaneidade, a luta de classes se dá principalmente pelos discursos, é uma luta ideológica, reflete e refrata as desigualdades e o desequilíbrio das forças sociais. A ausência ou desinteresse de ZH em discutir, refletir com maior profundidade sobre aspectos que afetam o cotidiano das pessoas, em priorizar este ou aquele assunto em detrimento de outros, ou ainda ao dar voz a este sujeito social e não a outros, serve principalmente à consolidação de uma ordem econômica e social que pretende construir e cristalizar a ideia de naturalização das desigualdades, das violências, da destruição dos recursos naturais, dos preconceitos, etc...

A monofonia serve unicamente à manutenção das estruturas. A escuta das inúmeras vozes que compõem nosso tecido social é possibilidade de construção de uma sociedade na alteridade. Compreendendo que, na diversidade, nos encontramos, mas também nos desencontros, no mesmo e no contraditório, nos constituímos. As complexidades e as subjetividades que envolvem a escola pública e os sujeitos que nela circulam, precisam ser razão de escuta, tornando-se possibilidade de verdadeira inclusão, de profunda compreensão dessas categorias e assim também possibilidade da construção de outra realidade.

Neste sentido, é necessário construir outras práticas e representações, buscando a escuta das outras vozes que possam contribuir com outras palavras e com positivas representações sociais da identidade tanto da escola pública, quanto dos estudantes e dos professores.

Neste capítulo, propus a compreensão de como se dá a construção da identidade da escola pública no RS e dos sujeitos desse lugar, professores e alunos, a partir do olhar de um grande conglomerado midiático. Das compreensões estabelecidas a partir do cotejamento nos mais diferentes textos, foi possível concluir que a Educação pública, mais especificamente a básica, encontra-se em disputa.

A partir das reformas enunciadas pelo governo federal, concebidas como possibilidade em qualificar a Educação básica (falta de qualidade, condições desiguais de oferta, baixos índices nas avaliações externas, evasão, repetência, dentre outros), mas que esconde o desejo do mercado em fazer da Educação pública espaço de adestramento de mão de obra para o mercado e também possibilidade de lucros para a iniciativa privada, dada as mudanças aqui explicitadas, principalmente no ensino médio.

O Jornal tem sido o espaço de difusão, centro irradiador das ideias neoliberais e, no caso da escola pública, o papel do jornal parece ser o de referendar as políticas neoliberais governamentais, ao mesmo tempo em que através daquilo que noticia, desqualifica, deprecia, constrói uma imagem negativa da escola pública, enunciando que ela não dá conta em qualificar seus espaços, não é segura e, dessa forma, a escola privada é a solução para todos os problemas. Nesse sentido, é importante lembrar que a história é processo dinâmico, é preciso, portanto, que as vozes contra-hegemônicas empreendam esforços no sentido da transformação, da construção de outras realidades que promovam o humano e não o mercado.

Foi também o convite a um olhar enviesado a fim de encontrar num mesmo enunciado os movimentos de reflexão e refração, a palavra emergindo, trazendo a força de outros contextos, outros sujeitos sociais.

No próximo capítulo, busco pelo emergir das palavras outras como possibilidade real de pensar outra Educação, pelos enunciados que emergem em outros contextos sociais e que nos ajudam a pensar outras possibilidades para Educação.

[...] A palavra não mostra. A palavra disfarça. As palavras são boas. As palavras são más. As palavras ofendem. As palavras pedem desculpa. As palavras queimam. As palavras acariciam. As palavras são dadas, trocadas, oferecidas, vendidas reinventadas. As palavras estão ausentes. Algumas palavras sugam-nos, não nos largam: são como carraças: vêm nos livros, nos jornais, nos slogans publicitários, nas legendas dos filmes, nas cartas e nos cartazes. As palavras aconselham, sugerem, insinuem, ordenam, impõem, segregam, eliminam. [...] Os cérebros estão cheios de palavras que vivem em boa paz com as suas contrárias e inimigas. Por isso as pessoas fazem o contrário do que pensam, julgando pensar o que fazem. Há muitas palavras. E há os discursos, que são palavras encostadas umas às outras, em equilíbrio instável graças a uma precária sintaxe, até ao prego final do Disse ou Tenho dito. Com discursos se comemora, se inaugura, se abrem e fecham sessões, se lançam cortinas de fumo ou dispõem bambinelas de veludo. São brindes, orações, palestras e conferências. Pelos discursos se transmitem louvores, agradecimentos, programas e fantasias. E depois as palavras dos discursos aparecem deitadas em papéis, são pintadas de tinta de impressão - e por essa via entram na imortalidade do Verbo. [...] E as palavras escorrem tão fluidas como o «precioso líquido». Escorrem interminavelmente, alagam o chão, sobem aos joelhos, chegam à cintura, aos ombros, ao pescoço. É o dilúvio universal, um coro desafinado que jorra de milhões de bocas. [...] Porque as palavras deixaram de comunicar. Cada palavra é dita para que não se ouça outra palavra. A palavra, mesmo quando não afirma, afirma-se. A palavra não responde nem pergunta: amassa. Daí que seja urgente mondar as palavras para que a sementeira se mude em seara. Daí que as palavras sejam instrumento de morte – ou de salvação. Daí que a palavra só valha o que valer o silêncio do ato. Há também o silêncio. O silêncio, por definição, é o que não se ouve. O silêncio escuta, examina, observa, pesa e analisa. O silêncio é fecundo. O silêncio é a terra negra e fértil, o húmus do ser, a melodia calada sob a luz solar. Caem sobre ele as palavras. Todas as palavras. As palavras boas e as más. O trigo e o joio. Mas só o trigo dá pão.

José Saramago⁷⁸

⁷⁸ Crônica publicada no livro *Deste Mundo e do Outro*, 1985.

4 CAPÍTULO III: A BUSCA PELAS PALAVRAS OUTRAS NO JORNAL ZERO HORA

4.1 Introdução

Abrir este capítulo com a palavra de Saramago instiga-me a pensar naquilo que as palavras revelam e ao mesmo tempo escondem, o quanto o indizível nos remete à construção de outros pensamentos, outras possibilidades. Nas palavras de Seixo (1999, p. 151), “é nos intervalos do indizível que justamente outros mundos emergem”. Ao escrever sobre a potência da palavra, Saramago coloca-a de forma cadenciada e gradativa, como se tentasse impeli-la a transparecer propósitos ocultos. Nesse sentido, remete-me a Bakhtin (Volochínov), pois o filósofo russo compreende a essência da palavra como signo neutro e passível de completude (BAKHTIN, 2014, p. 36).

Neste capítulo, cumpro a tarefa, - devo confessar complexa tarefa - de buscar na materialidade de ZH as contrapalavras, as palavras outras sobre Educação. Concebo-a como difícil, principalmente porque o referido jornal, pelo que foi pesquisado e aqui exposto, pretende ser o espaço da voz hegemônica, da monofonia.

Ainda assim, debruço-me na compreensão de que os encontros e os desencontros entre sujeitos expressivos dão-se pelas palavras, e estas possuem a interessante natureza de conjurar múltiplas possibilidades, podendo servir à repetição ou à criação, ao regramento ou ao extraordinário, às recomendações ou ao aniquilamento, e assim o é, porque ela, a palavra, de acordo com Bakhtin (Volochínov), é fenômeno ideológico por excelência, sendo “a palavra o modo mais puro e sensível de relação social” (BAKHTIN, 2014, p. 36).

4.2 O embate permanente de forças no mesmo enunciado – as contrapalavras no lócus do jornalismo neoliberal

Ainda que o jornal Zero Hora reafirme, por meio dos discursos que enuncia sua identidade neoliberal, a linguagem, por sua natureza, tende à plurivocalidade, à contradição, como escreve Ponzio (1998):

[...] mas a linguagem é também plurivocalidade, mal-entendido, contradição. Além da palavra que tende à estabilidade e ao que não se equivoca, à plenitude de sentido – e onde se esconde o equívoco, o

vazio e a ausência – existe também uma palavra cujo sentido é impreciso, ambíguo, que se difere, feito de remissões a outras palavras em um jogo de revides que nunca se conclui (PONZIO, 1998, p. 197).

É no enunciar que as “palavras” dialogam com o outro, exteriormente. Bakhtin [Volochínov] (2014, p.98) compreende que, mesmo monológico, o enunciar é “elemento inalienável da comunicação verbal”. Desta forma, toda enunciação, mesmo na fixidez da escrita, é resposta a algo, uma vez que ela é conexão, no encadeamento dos processos da fala. Toda palavra, de alguma forma, é resposta àquelas que a precederam, debatendo-as, prenunciando-as, dispondo das respostas da compreensão. Nesse sentido, Bakhtin (2010) em *Estética da criação verbal*, explica:

Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bem diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. A compreensão passiva do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena, que se atualiza na subsequente resposta em voz real alta (BAKHTIN, 2010, p. 271).

Compreendo, assim, que a palavra, uma vez enunciada, tem capacidade de fundir-se e ao conectar-se com a ação, assume o poder de uma ação. Desta forma, a palavra em ZH preserva a propriedade de ascendência sobre o mundo e possui fundamentos persuasivos, com capacidade de suscitar a resposta do outro. Com o pensamento bakhtiniano, toda palavra, seja falada ou escrita, é resposta à outra palavra já dita ou escrita.

Ao enunciar, o autor torna-se responsável pelo sentido do discurso que comunica; na materialidade de ZH, seus jornalistas, repórteres, colunistas, editores, convidados, enfim, cada um que ali enuncia, compartilha a autoria com o leitor de sua resposta, numa cadeia sucessiva e infinita. Como na crônica de Saramago, “as palavras escorrem tão fluidas como o precioso líquido. Escorrem interminavelmente [...]. É o dilúvio universal, um coro desafinado que jorra de milhões de bocas” (1985). As boas e as más, em relação, num mesmo discurso.

É da palavra, é de sua natureza, passar de boca em boca, de um cenário a outro, de um estrato social a outro, de um tempo a outro. Assim, ela se lambuza dos contextos concretos cuja parte havia formado e deles não consegue livrar-se completamente. Cada sujeito falante, pertencente a um coletivo social, absorve a

palavra, não como palavra isenta, livre, imune de intenções, mas repleta das vozes outras, carregada de discursos ideológicos.

Desse modo, com Bakhtin, é possível compreender que o sujeito escrevente do texto é antes um ouvinte e, como falante, é, de certa maneira, um ser respondente. Como interlocutor, é ativo, na medida em que ocupa posição responsiva em relação àquilo que enuncia, podendo concordar, discordar (total ou parcialmente) complementá-lo, aplicá-lo, preparando-se para usá-lo, etc. (BAKHTIN, 2010, p. 271). Desta forma, a busca pela compreensão do texto exige do interlocutor um posicionamento questionador, valorativo, uma vez que envolve nesse compreender atribuições de juízos de valor.

Assim, mostra-se a impossibilidade de buscar acabamento definitivo em um texto, pois o mesmo não pode ser compreendido como se fosse o primeiro, nem o último, ele faz parte de uma rede infinita de possibilidades, sendo elo na cadeia que comunica. A compreensão de um texto se dá sempre em relação a outros textos e, nestes, o cotejamento torna-se a possibilidade do encontro dialógico do enunciado primeiro com outros enunciados, na busca do reconstruir os múltiplos elos da cadeia discursiva.

Essas compreensões levam a pensar que o cotejar é libertador, uma vez que ele não está fechado à escuta, não se limita a este ou aquele dado sentido. Na busca pelos sentidos dos discursos sobre Educação, na materialidade de Zero Hora, é possível compreender que a palavra publicada reflete e refrata a luta de classes cotidiana de nossa sociedade, respondendo também às concepções não hegemônicas. Para Caracelli Scherma (2017, p. 65), “na contemporaneidade, a luta por hegemonia é uma luta discursiva. Assim faz-se necessário ler e ouvir o que está sendo dito e para quem [...]”.

Nesse sentido, Ponzio (2010), escreve:

O que a palavra é por si mesma [o] é sempre na relação com a outra palavra. Se a dialogicidade se apresenta [...] dentro de uma só voz é porque essa voz responde a uma outra voz, responde no sentido que, em relação a esta, não é indiferente, é sensível, dá continuidade, é incapaz de furtar-se a esta. Sem o encontro da palavra com a palavra [outra] que a compreende, a palavra não apenas não pode compreender a si mesma, ela sequer subsiste por si mesma (PONZIO, 2010, p.9).

Por isso, ainda que laboriosa tarefa a minha de buscar na materialidade de Zero Hora as contrapalavras sobre Educação, conto com a natureza da própria palavra, que, para Bakhtin (2010), encontra-se em constante relação dialógica com a palavra do outro, a palavra alheia. Desta forma, mesmo que o grupo RBS,

de forma planejada, pretenda impor a monofonia, a repetição, tentando fazer pensar em estabilidade, que tudo se encontra consolidado, Saramago lembra também que a palavra, “mesmo quando não afirma, afirma-se” e assim encontro em GaúchaZH, o seguinte enunciado:

*“Cpers critica proposta federal de ter aulas a distância no Ensino Médio. Sindicato dos professores do Estado diz que medida desqualificaria a educação de jovens. O problema seria conferir se alunos estão fazendo atividades. A proposta estudada pelo governo federal [para que 40% da carga horária](#) do Ensino Médio através no formato de Ensino a Distância (EAD) foi criticada pelo Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers). Conforme o jornal Folha de São Paulo, o tema é discutido e está em uma resolução que **atualiza** as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio. A proposta permitiria que 40% das aulas do ensino normal regular e 100% das atividades da Educação de jovens e adultos (EJA) sejam feitas através da internet. Conforme a presidente do sindicato, Helenir Schurer, a medida, que está em resolução que **atualiza** as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, poderia ser uma desqualificação do ensino médio. Em entrevista ao programa Gaúcha Atualidade, a representante do Cpers disse que dificilmente haveria fiscalização para saber se os alunos, de fato, estão acompanhando as atividades. **Na questão pedagógica, eu acho que será uma desqualificação do Ensino Médio. Quem te garante que quem está desenvolvendo os conteúdos é o aluno. Muitas vezes a escola é o único espaço onde os professores podem identificar carências. Quem vai estar fiscalizando o aproveitamento? Na nossa visão, é um crime.** Abre-se a possibilidade de formar semianalfabetos, que estarão recebendo o diploma sem termos a certeza que foi aquela pessoa que desenvolveu aqueles trabalhos à distância — sustentou a representante do Cpers. Se as regras examinadas forem aprovadas, conteúdos do currículo poderão ser ministrados pela internet, e os alunos terão até dois dias de aulas por semana fora da sala. **Sindicato das escolas privadas acha "possível" a implementação. O presidente do sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul, também em entrevista ao programa Gaúcha Atualidade, disse que a proposta pode ter alguns pontos positivos. Conforme Bruno Eizerick, a proposta é recente e deve ser analisada, mas é uma alternativa interessante. — Nós devemos ter audiências públicas para isso.** A escola poderá ter, mas não será agora. Não teremos resultados diferentes fazendo a mesma coisa. Se essa proposta (EAD) é a melhor, vamos discutir. O mínimo que temos que fazer é ouvir. Ser a favor ou contra neste momento*

é muito prematuro. Se tivermos investimentos em educação, infraestrutura e gerenciamento desse tempo, eu não vejo porque não. Além disso, não será obrigatória à instituição — disse” (GaúchaZH, 20/03/2018, p. 1, grifo meu).

GaúchaZH traz em primeiro plano, num espaço considerável, a palavra da presidenta do Sindicato dos professores da rede pública estadual do RS (CPERS)⁷⁹ para falar sobre a reforma do Ensino Médio no Brasil. O assunto, aliás, tomou boa parte do noticiário sobre Educação em ZH, tanto no jornal impresso quanto *online*, desde que o governo a anunciou⁸⁰.

Na notícia, o jornal *online* GaúchaZH utiliza alguns recursos linguísticos que valem a reflexão. “Conforme o jornal *Folha de São Paulo*, o tema é discutido e está em uma resolução **que atualiza** as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio. A proposta permitiria que 40% das aulas do ensino normal regular e 100% das atividades da Educação de jovens e adultos (EJA) sejam feitas através da internet. Conforme a presidente do sindicato, Helenir Schurer, a medida, que está em resolução **que atualiza** as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, poderia ser uma desqualificação do ensino médio (Ibidem, grifo meu).

Fazendo uso ainda do verbo “*atualiza*” (Ibidem), ZH procura, repetidamente, enunciar que a proposta de reforma do Ensino Médio em andamento é novidade, palavra que remete a outros sentidos como modernidade, atualidade, contemporaneidade, originalidade, inovação, flexibilização, comumente utilizados pelo modelo neoliberal na tentativa de desqualificar aquilo que já existe ou ainda de revelar que aquilo que apresenta será melhor, trará resultados positivos, ou, ainda, que não há outra alternativa senão atualizar a política educacional para conformá-la às novas necessidades.

⁷⁹ “A história do CPERS/Sindicato é uma história de lutas, resistências e conquistas. É a história de grandes manifestações, greves, passeatas, caravanas e acampamentos sempre em defesa não apenas dos interesses específicos da categoria (ainda que em alguns momentos tenha priorizado as questões econômicas), mas principalmente, a defesa da escola pública e de um ensino de qualidade. Desse modo, os interesses econômicos da categoria e a defesa intransigente de uma escola pública de excelente qualidade sempre estiveram presentes nas pautas de reivindicações da entidade” (Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/correa.pdf>).

⁸⁰ **Reforma é Prioridade no ministério** (ZH 16/09/ 2016, p. 35). Coluna de Rosane de Oliveira: **Um Ponto de Interrogação sobre o novo Ensino Médio** (ZH, 22/09/2016, p. 10). **Emergência no Ensino Médio** (ZH 22/08/2016, pgs. 30 e 31). **Nas mãos do Estado, o Novo Ensino Médio** (ZH 23/09/ 2016, pgs.28 e 29). **Reforma Recheada de dúvidas** (ZH 26/09/2016, pgs.30 e 31). **Editorial: O Ensino Abaixo da Média** (ZH 26/09/2016, p.28). **MP do Ensino Médio passa na Câmara e segue para o Senado** (ZH 14/12/2016, p.33). Grifo meu.

Importante lembrar ainda que a palavra da presidenta do sindicato dos professores do RS, ou de qualquer outro representante de movimentos sociais, não são palavras recorrentes em ZH, não há quase espaços para estes. Nesse sentido, compreendo que a palavra da presidenta denota a força, o emergir das palavras outras. Na referida notícia, a presidenta do sindicato faz crítica à proposta de reforma do ensino médio, anunciada pelo governo federal, no sentido de que 40% da carga horária de aulas seriam realizados no formato à distância. Questiona ainda sobre como se daria a fiscalização de tais aulas, quanto ao cumprimento do total da carga horária.

Contrapondo-se à maioria dos enunciados em ZH que falam da necessidade e importância da novidade proposta pelo governo, o discurso da professora e sindicalista é num tom de crítica, por compreender que a reforma proposta implica em desqualificação para o Ensino Médio. Demonstra ainda preocupação com os conteúdos que deixarão de ser vistos pelos alunos e chama atenção para os sujeitos da escola pública, aqueles alunos que possuem na escola o único espaço de, no entender da professora, “*identificar carências*” (GaúchaZH, 20/03/2018, p.1).

Interessante observar que na materialidade discursiva dessa notícia, as palavras da presidenta do sindicato dos professores da escola pública no RS são introduzidas pelo jornal – discurso indireto – como alguém que fala pelo outro e, para tal, utiliza verbos no futuro do pretérito, “*poderia, haveria*”, o que confere sentidos de incerteza, dúvida, remetendo ao leitor a possibilidade do não acontecer, o que na minha compreensão leva à desqualificação daquilo que se noticia.

Ao usar o tempo verbal no futuro do pretérito para introduzir a fala da presidenta, expressa a tentativa do jornal em desvencilhar-se da palavra da professora, transparecendo a intenção de demonstrar que aquelas são palavras alheias e não representam o pensar do jornal.

Quando a palavra da presidenta é citada textualmente, ou seja, quando sua palavra emerge, os sentidos são outros, são de afirmação, “*eu acho que será uma desqualificação do Ensino Médio*” (Ibidem), em outro ponto da entrevista, o tempo verbal muda para o presente do indicativo; “*na nossa visão, é um crime*” (Ibidem).

Contudo, no que diz respeito aos recursos linguísticos e discursivos de que se lança mão para trazer ao enunciado do jornal a tomada de posição de outro presidente de sindicato, o das escolas privadas no RS, a utilização dos tempos verbais não demonstra conflito, mas concordância. Aqui, o jornal utiliza o tempo verbal presente do indicativo, inclusive nas citações indiretas, “*o presidente do sindicato do*

*Ensino Privado do Rio Grande do Sul, também em entrevista ao programa Gaúcha Atualidade, disse que a proposta **pode ter alguns pontos positivos***” (GaúchaZH, 20/03/2018, p.1). E ainda na transcrição da palavra do presidente, “[...] *A proposta é recente e **deve ser analisada, mas é uma alternativa interessante. Se essa proposta (EAD) é a melhor, vamos discutir. O mínimo que temos que fazer é ouvir. Ser a favor ou contra neste momento é muito prematuro***” (Ibidem). Assim, o tempo verbal utilizado no presente do indicativo expressa sentidos como palavras do próprio jornal.

Se, em vez disso, o jornal enunciasse que o presidente do sindicato do Ensino Privado disse que a proposta “poderia ter” alguns pontos positivos na construção de seu discurso indireto, a materialidade expressaria também um distanciamento entre as palavras do jornal e a do presidente. Contudo, o distanciamento que acontece em relação às palavras da professora que critica a proposição do governo não ocorre em relação às palavras do professor que apoia a proposta.

A materialidade linguística e discursiva nos permite compreender, desse modo, qual é o posicionamento do jornal em relação à política do ensino médio que é apresentada. A presença de uma palavra outra – nesse caso a palavra da professora – não é suficiente para garantir a suposta neutralidade ou imparcialidade do jornal, que se mostra, mais uma vez, como um veículo de propagação e fortalecimento de determinado modo de constituição de políticas educacionais.

Ao buscar compreender os sentidos do discurso sobre educação em ZH, numa leitura pouco descompromissada, poderia inferir que ao noticiar sobre Educação, o jornal abre espaço para as vozes outras, permitindo ao leitor poder olhar para os vários ângulos da notícia e assim fazer sua própria leitura da política pública Ensino Médio, em discussão atualmente no país.

Porém, em um olhar enviesado, cuidadoso, oblíquo, encontro o que Bakhtin escreveu na obra *Estética da Criação Verbal* (2010) a respeito da “palavra alheia”, que ela, a palavra, possui a natureza de ser reverberação de outros discursos, estando sempre em relação de diálogo com as palavras outras.

Ainda assim, essa característica do não ineditismo da palavra, não invalida o sujeito falante - nesse estudo, o sujeito que noticia - em se apropriar e transmutar as palavras outras, assim, a palavra aparece ressignificada; resultado das situações da comunicação e, principalmente de uma determinada intencionalidade discursiva, que a preenche de expressividade.

Nesse sentido Faraco (2007) escreve que:

[...] o discurso reportado não se esgota na citação, [...] deve ser considerado como um ato que revela também uma apreensão valorada da palavra de outrem [...] reportar não é fundamentalmente reproduzir, repetir; é principalmente estabelecer uma relação ativa entre o discurso que reporta e o discurso reportado; uma interação dinâmica dessas duas dimensões (FARACO, 2007, p. 132).

Ao colocar em evidências duas vozes contraditórias sobre a reforma do Ensino Médio, ZH tenta enunciar ou confirmar sua pretensa neutralidade, porém na materialidade textual observo que a utilização de determinados tempos verbais permitem a desqualificação de um discurso (presidenta do Cpers), e a afirmação de outro (presidente do sindicato das escolas privadas). Assim, a palavra colocada em contato com a realidade concreta, no plano ideológico, vivifica-se, sai, despe-se da neutralidade, do normatizado, e veste-se das particularidades intrínsecas a todo discurso de ter a capacidade de expressar algo, conforme ressalta Bakhtin (2010).

Quanto ao papel do jornal, Pena (2005) ajuda-nos a compreender a importância dos enunciados noticiosos em relação à construção dos sentidos que pretende; ao escrever, “a imprensa não reflete a realidade, mas ajuda a construí-la” (PENA, 2005, p. 125). Ainda, Bourdieu (1997) escreve que “os óculos” que os jornalistas usam para enxergar, filtrar e selecionar a realidade interfere no conteúdo. Dessa forma, não há espaços para a neutralidade.

Ponzio (2010), em sua obra *Procurando uma Palavra Outra*, lembra de que [...] “na palavra não se pode confiar” (p. 15) e mais:

A questão central é se a palavra pode circular nos lugares de discurso, ou seja, se nos lugares-comuns pode existir a liberdade de palavra. A liberdade *da* palavra, não é a liberdade *de* palavra, estritamente ligada à tomada da palavra. A liberdade de palavra faz parte dos lugares comuns; [...] mas é também indício de demagogia secundária, baseada na qual não somente uma pessoa “toma a palavra”, a “pretende”, a “concede”, “a dá” (Dou a minha palavra!), mas, mais ainda, a distribui, dividida, segundo um tempo igual para todos: a cada um o tempo de palavra (PONZIO, 2010, p. 19).

Assim, na compreensão da citada notícia, ZH concedeu à presidenta do Cpers liberdade **de** palavra, faltou, porém, a liberdade **da** palavra, para tal, seria necessário que ZH, além de conceder a palavra, o fizesse dando o mesmo tratamento linguístico aos enunciados de ambos entrevistados. Desta forma, mesmo quando a palavra contrária ao discurso oficial é apresentada, constitui em materialidade no jornal ZH, atuando como força centrífuga, refratando outros discursos, ainda assim, as forças centrípetas, utilizando-se principalmente de recursos linguísticos, nesse caso o uso de diferentes tempos verbais acabam por imprimir os sentidos da oficialidade.

Noutra notícia com o enunciado: “*EDUCAÇÃO PÚBLICA*” (GaúchaZH, 10/07/2018, p.1), a repórter *Jéssica Rebeca Weber* conta sobre a Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA), localizada no centro da capital, voltada a moradores de rua e que possui 115 alunos matriculados, com idades entre 15 e 60 anos.

Num espaço de quase duas páginas inteiras, chama atenção o fato de que a escola em questão é pública e atende alunos com grande vulnerabilidade social: *A diferença é que quem estuda ali não costuma ser tratado na sociedade como qualquer outro. A maior parte dos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA) é formada por **moradores de rua** (Ibidem).* Ao longo da matéria a repórter descreve o perfil etário dos alunos, o espaço físico e as atividades desenvolvidas pela escola: *A instituição voltada à Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem aproximadamente 115 alunos matriculados, com idades entre 15 a 60 anos. Além de três salas de aula, quadra coberta e biblioteca com cerca de cinco mil livros, a escola tem espaço para os estudantes tomarem banho e lavarem suas roupas. Uma vez por semana, as aulas ocorrem em um laboratório de informática (Ibidem).*

Fotografias ilustram a matéria e são bastante interessantes. Mostram uma sala de aula pouco comum, as mesas e cadeiras utilizadas pelos alunos não estão perfiladas, não há quadro verde aparente, as paredes são coloridas, decoradas por quadros e trabalhos dos alunos, a escola parece bem cuidada.

Dispostos pela sala, os alunos, na grande maioria adultos, trabalham em grupos, alguns sentados, outros em pé. Mais ao fundo uma bancada denota atividades extracurriculares, como é explicado na matéria: *No turno contrário às aulas, estudantes participam de oficinas de cerâmica e de papel reciclado (Ibidem).* Livros disponíveis sobre as mesas apontam ser aquele também espaço de leitura.

Figura 3. Fotografia acompanha notícia de GaúchaZH, em 10/07/2018, p.1



Fonte: Omar Freitas / Agência RBS

Desprendendo-se do usual discurso de que a escola pública é fomento para todos os tipos de problemas, a escola que ganha visibilidade através desses discursos é principalmente uma escola inclusiva. Seus alunos, por motivos diversos, relacionados principalmente às difíceis condições socioeconômicas, não conseguiram estar na escola na idade ideal; são alunos, de acordo com a reportagem, desempregados, moradores de rua, usuários de drogas, que encontraram naquela escola acolhimento, um pouco de dignidade:

*“Nara Oliveira, que mora em uma barraca em praça próxima dali, orgulha-se em falar que ajuda a transformar rascunho e filtros de café em cadernos decorados. Mas, com a merenda e o banho, o principal motivo para a senhora (que não sabe dizer sua idade) frequentar a escola é a companhia. — Todo mundo gosta de mim aqui — diz, depois de citar um a um os colegas e os educadores”. A EPA também atende jovens da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) e egressos do sistema prisional. O diretor relata que muitos dos alunos são usuários de drogas, e o corpo docente trabalha com uma lógica de redução de danos. — A gente oferece atividades. Se ele fica o dia inteiro, é um dia inteiro sem drogas. Muitos já vêm em busca disso. É uma forma de ficar sem esse uso — diz o diretor. Além das drogas e do álcool, maus tratos domésticos e problemas com a família estão entre os motivos que levaram os estudantes às ruas, mas o que guia boa parte deles à escola é a vontade de mudar o rumo. — **O cara não consegue trabalho porque não tem estudo. Até para juntar lixo hoje tem que ter escolaridade — diz um estudante que não quis se identificar. Santos destaca que muitos estudantes da EPA***

conseguem completar o Ensino Fundamental e ingressar no Ensino Médio ou acessar melhores oportunidades de trabalho (Gaúcha ZH, 10/07/2018, p.1, grifo meu).

Nas falas dos professores e gestores, é possível compreender que esta é uma escola voltada às necessidades e interesses dos alunos, que busca responder a essas necessidades através de um currículo que faça sentido aos educandos. As atividades oferecidas são pensadas de acordo com o interesse dos alunos, questões burocráticas, como a presença, ou questões pedagógicas, como avaliação, também foram pensadas no sentido da inclusão: *“Professora de turma de alfabetização, Cláudia Machado acredita que muitos alunos frequentam a escola porque se sentem seguros ali. **Conta que, imediatamente, eles não têm vontade de estudar, mas, à medida que os professores ofertam atividades, vão se envolvendo.** Como as pessoas em situação de rua têm características não compatíveis com a burocracia das escolas normais, na EPA os alunos podem se matricular e avançar em qualquer momento ao longo do ano e há uma tolerância muito maior com relação a faltas. — Faltam bastante. Muitas vezes, pegam um serviço, de dois, três dias. Depois, voltam e vamos trabalhar para recuperar o que perderam — explica o diretor Renato Farias dos Santos”* (Ibidem, grifo meu).

Numa das entrevistas, encontro a fala de um dos alunos enunciando que a escola é espaço para o sonho, a esperança: *“[...] **É em busca disso que está Rafael Fernandes Dutra, 30 anos. Ele conta que quer largar o crack e sair das ruas. Vê os estudos como primeiro passo. Se tudo der certo, deve terminar o Ensino Fundamental no ano que vem e se matricular em uma escola de Ensino Médio na sequência. O plano é fazer concurso público e ter a estabilidade que nunca nem chegou perto de ter — mora nas ruas desde os sete anos. Dutra garante que está se puxando em sala de aula: — Sou bom em matemática. Agora, estou aprendendo a dividir os números maiores*** (Ibidem, grifo meu). Noutra fala, o aluno diz da importância das relações de amorosidade e respeito que se estabelecem no ambiente escolar: *“O que o estudante mais valoriza na escola são os profissionais (são cerca de 30 funcionários). — Aqui, os professores são bastante carinhosos com a gente, e nós respondemos com respeito — acrescenta”* (Ibidem).

Em outra imagem que também ilustra a notícia é possível ver a área externa da escola, aparentemente bem cuidada, com muito verde, destoando das inúmeras notícias que ZH publica, quase sempre em tom de denúncia, informando da má conservação dos prédios nos quais funcionam as escolas.

O olhar enviesado me permite estabelecer algumas compreensões a partir dos discursos. É possível auscultar as verdades, algumas verdades cristalizadas, quando se pensa na função da escola, no sentido de que a escola, prioritariamente, essencialmente, deva preparar para uma profissão. Assim: **“O cara não consegue trabalho porque não tem estudo. Até para juntar lixo hoje tem que ter escolaridade** — diz um estudante que não quis se identificar. Santos destaca que muitos estudantes da EPA conseguem completar o Ensino Fundamental e ingressar no Ensino Médio **ou acessar melhores oportunidades de trabalho**. E ainda: “[...] **É em busca disso que está Rafael Fernandes Dutra, 30 anos. Ele conta que quer largar o crack e sair das ruas. Vê os estudos como primeiro passo. Se tudo der certo, deve terminar o Ensino Fundamental no ano que vem e se matricular em uma escola de Ensino Médio na sequência. O plano é fazer concurso público e ter a estabilidade que nunca nem chegou perto de ter** — mora nas ruas desde os sete anos” (Gaúcha ZH, 10/07/2018, p.1, grifo meu).

Um discurso já naturalizado, referendado pelo jornalismo, que de boca em boca vai constituindo-se como verdade. Certamente que se espera da Educação como um todo (não somente a escolar) contribuições para que os sujeitos tenham acesso a melhores condições de vida, as quais passam necessariamente pelas condições de emprego e renda. Porém, relegar a Educação a uma única finalidade, a do mercado, é contribuir para que a escola se torne cada vez mais espaço de reprodução de desigualdades e das indiferenças.

Importante lembrar que a palavra enfatizada pelos entrevistados em ZH reverbera aquilo que o modelo neoliberal tem proposto para as políticas públicas em Educação no Brasil. Ao concentrar suas ações pedagógicas, metodológicas, curriculares, visando preparação de mão de obra, a ideologia neoliberal busca, por meio da escola, fomentar no aluno o preparo técnico, desligado das concepções humanizantes da educação, denotando que, para o sistema, o aluno (trabalhador) é somente mais uma peça nesta grande máquina chamada capitalismo.

Cabe destacar a palavra de Gentili (2003), uma vez que ele afirma ser mito a ideia de que mais Educação significa maior desenvolvimento e explica que se as promessas da Teoria do Capital Humano⁸¹ fossem minimamente compatíveis

⁸¹ Teoria que teve em Theodore W. Schultz (1950) seu principal formulador. Defendia a ideia de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital.

com a realidade latino-americana, o aumento do número de alunos nas escolas deveria ter provocado melhorias nas condições econômicas entre as populações mais pobres, ora escolarizadas, colaborando para a diminuição das desigualdades sociais que caracterizam a região. Para o autor:

Os pobres latino-americanos são hoje mais pobres e mais 'educados'. 'Educados' num sistema escolar pulverizado, segmentado, no qual convivem circuitos educacionais de oportunidades e qualidades diversas; oportunidades e qualidades que mudam conforme a condição social dos sujeitos e os recursos econômicos que ele tem para acessar a privilegiada esfera dos direitos da cidadania (GENTILI, 2003, p. 03).

Nesse sentido, Kuiava (2015), no texto *A Educação que muda as Pessoas*, questiona algumas verdades já cristalizadas sobre a Educação, dentre elas: “E a bendita educação, salvará a humanidade?” (p. 03) Ao que responde inspirado pelo pensamento freireano:

A educação não muda o mundo. A educação muda as pessoas que mudam o mundo, ou não. Já se pensou e se proclamou (e ainda se proclama) que “a educação é a redentora da humanidade”, que “só a educação salva” a humanidade da ignorância, da delinquência, das injustiças, das desigualdades, das barbáries, etc. Nos ambientes escolar, familiar, publicista e político há uma proclamação recorrente na ordem do senso comum de tipo “estude para ser alguém na vida” [...]. Nesta filosofia vulgar, de todo mundo, a filosofia do senso comum, está embutida uma ideologia do cotidiano vulgar, na linguagem dos textos científicos, nos escritos ficcionais, nos sermões doutrinários religiosos, nos discursos políticos, nos textos panfletários, nos textos de leitura dos livros didáticos, nos textos ritualísticos dos planos de ensino, que delimitam as nossas necessidades de valores éticos, estéticos morais, comportamentais [...] sedutoramente repetidos pelos meios eletrônicos planetários (KUIAVA, 2015, p. 08).

O autor coteja ainda sua palavra com a de Voltaire, quando o filósofo francês escreve: *Mentez, mentez, il en restera toujours quelque chose*⁸² e, ainda, Gramsci que para opor-se ideologicamente a Voltaire, afirma: “uma verdade para ser aprendida e assimilada (popularizada) precisa ser repetida de diversas formas e maneiras” (KUIAVA, 2015, p. 08)

No sentido de que a Educação tem sido compreendida apenas como possibilidade de formar capital humano, Gzrybowski escreve:

Temos que superar e nos libertar dos estreitos limites em que a educação é vista como caudatária do processo de desenvolvimento – fator de desenvolvimento, formadora de recursos humanos, formadora de capital humano – onde as questões educacionais se reduzem a uma

⁸² “Minta, minta sempre, alguma coisa ficará” (KUIAVA, 2015, p. 08).

contabilidade, em última análise, de custo/benefício. [...] Na realidade, a associação entre educação e desenvolvimento presente nas concepções dominantes e que orientou a política educacional, é tão excludente socialmente como o é próprio desenvolvimento capitalista havido entre nós no período recente. A educação que se dá resultou, acabou reforçando a exclusão de trabalhadores e amplos setores da população dos benefícios do processo de crescimento capitalista, da riqueza. A segregação escolar e educacional passou a ser, assim, mais um elemento na segregação social (GRZYBOWSKI, 1986, p. 49).

Assim, compreendo que os discursos perpassados incessantemente, principalmente pela mídia, e que reverbera para toda a sociedade, tem servido à perversidade, uma vez que alunos já fragilizados, estigmatizados, vulneráveis, imersos numa imensidão de carências, são envolvidos em um embuste, pois a escola com a qual sonham é incapaz de proporcionar melhoria das condições de vida, uma escola assim, no dizer de Gentilli (2003), contribui para sujeitos mais educados e mais empobrecidos.

Nesse sentido, MÉSZÁROS adverte que: “Romper com a lógica do capital na área de educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente” (MÉSZÁROS, 2005, p. 47).

A Educação, no entendimento do autor, é processo contínuo de aprendizagem e não é somente a escola formal o espaço da Educação, assim o jornal também o é. Acredita, ainda, que a Educação deve ser continuada, não se limitando às experiências escolares, o que seria princípio básico para uma educação para além do capital.

A nossa tarefa educacional é simultaneamente a tarefa de uma social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo [...]. E vice-versa: a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso. Ou ambas têm êxito e se sustentam, ou fracassam juntas. Cabe a nós todos [...] mantê-las de pé, e não deixá-las cair. As apostas são elevadas demais para que se admita a hipótese de fracasso (Mészáros, 2005, p. 76-77).

Paulo Freire (2000) escreve que de forma alguma a Educação poderia existir com o objetivo único em capacitar os seres humanos para o mercado, deveria antes trabalhar no sentido de humanizar, contribuindo para que os sujeitos sejam capazes de refletir sobre suas vidas e o espaço em que vivem - naquilo que chamou de crítica-reflexiva - e, por meio desta, agir sobre a

sociedade. Para o autor, a Educação não tem a força de, sozinha, modificar as estruturas da sociedade, porém, por meio dela, é possível pensar, criar uma consciência de necessidade de mudanças e de luta.

Em crítica à uma sociedade forjada sob a insígnia da desigualdade, da ausência de liberdade em todas as suas formas, Freire em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (2005), convida à reflexão sobre o processo de desumanização causada pelo opressor aos oprimidos, e adverte para o papel da escola, fundamentalmente do professor, que é visto como um formador de consciências e vive o dilema entre ensinar o que pensa ou cumprir fielmente com o currículo que lhe é imposto por conta do sistema educacional. Aliás, para Freire, o referido sistema é um contínuo disseminador de opressão, tanto pelas imposições curriculares, metodológicas, gerenciais de educação, quanto pelas condições de trabalho e salários que impõe aos educadores.

O filósofo e educador usa a palavra diálogo como possibilidade de, no espaço escolar, buscar construir processos que levem ao repensar e ao refazer a educação, numa perspectiva de práticas centradas na formação integral da pessoa, vividas e experienciadas na temporalidade histórica. No mesmo sentido, Mézáros (2005, p.55) escreve que “temos de reivindicar uma educação plena para toda a vida, para que seja possível colocar em perspectiva a sua parte formal, a fim de instituir, também aí, uma reforma radical”.

A reforma radical a que o autor se refere seria um contrapor-se às formas de constituição dos sistemas escolares circunscritos pela ideologia neoliberal, e colocar-se de forma urgente em uma prática coerente e sustentada, no sentido de se constituírem alternativas à realidade existente. A educação para além do capital ou da lógica neoliberal precisa desvencilhar-se das concepções mercadológicas, movimentar-se para práticas educativas humanizantes e libertárias.

A tarefa da Educação - em tempos de crise do capital global, causada por um sistema que não tem dado conta de resolver problemas como as desigualdades sociais, a intolerância, a destruição desmedida e catastrófica dos recursos naturais, inúmeras formas violências etc. - deve ser a da busca por transformações sociais que levem a uma irrestrita emancipação. A Educação tem papel importante na busca ou na luta para a construção de sociedades menos desiguais, mais democráticas e inclusivas, porque pode contribuir para o

rompimento com a lógica do capital, não somente em seu espaço, mas também em outros.

Ainda sobre a notícia, a repórter informa que a EPA é uma escola voltada para a alfabetização de jovens e adultos, (EJA), política pública voltada para a alfabetização de jovens e adultos, e que busca, desde a sua constituição, ser direito para um conjunto expressivo de sujeitos que, por motivos diversos, não tiveram acesso – ou possibilidade de permanência – a um dos bens públicos mais valorizados em nossa sociedade, a Educação.

Importante lembrar que o Brasil possui uma dívida histórica, longe de ser resolvida. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), o país possui em números absolutos 11,5 milhões de pessoas que ainda não sabem ler e escrever. A incidência chega a ser quase três vezes maior na faixa da população de 60 anos ou de mais idade, 19,3%, e mais que o dobro entre pretos e pardos (9,3%) em relação aos brancos (4,0%)⁸³.

As imagens que acompanham a notícia de ZH falam um pouco daquilo apontado pelo IBGE. Se observar com atenção nas imagens que acompanham a notícia, muitos dos alunos fotografados na EPA denotam as mesmas características apontadas pelo IBGE.

Buscando alargar um pouco mais as compreensões sobre a política pública voltada para os jovens e adultos no país, constato que no conjunto das reformas do governo Temer, encontra-se em andamento (juntamente com o Ensino Médio) a proposta de tornar a EJA uma modalidade totalmente à distância⁸⁴.

Em entrevista à Carta Capital, o coordenador executivo adjunto da Ação Educativa, Catelli (2018, p. 1) adverte “que estabelecer o modelo à distância como única alternativa é uma medida criminosa, que só vai gerar mais exclusão”. Para o especialista, é importante lembrar que a maioria dos alunos matriculados na EJA são sujeitos que estão longe da escola há muito tempo, “têm um problema sério com o seu valor social, devido a relações traumáticas. Então não basta sentar diante de um computador para estudar: é importante o contato presencial” (CATELLI, 2018, p. 01).

⁸³ (Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>>. Acesso em 10 de agosto de 2018).

⁸⁴ A proposta em discussão no Conselho Nacional de Educação - que prevê a oferta à distância de 40% do currículo do Ensino Médio - também pretende direcionar totalmente a Educação de Jovens e Adultos para este modelo. Só em 2017, na modalidade do Ensino Médio, o Brasil registrou cerca de 1,4 milhões de matrículas na etapa, segundo dados do Laboratório de Dados Educacionais da UFPR, a partir dos microdados do Censo Escolar 2017. (Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/educacao>>. Acesso em 10 de agosto de 2018)

O entrevistado chama atenção para o fato de que nesse momento no Brasil as políticas públicas, como um todo, têm sofrido reveses por conta da diminuição de investimentos, em prejuízo principalmente a EJA e demais políticas voltadas para as demandas dos jovens e adultos não escolarizados.

Estamos em um momento em que você tem o Programa Brasil Alfabetizado com recursos mínimos, com uma redução grande de turmas, uma escassez de propostas efetivas para a modalidade pelo governo federal, cortes na Secretaria de Educação, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), o Programa Nacional do Livro Didático sem novos editais. A gente vê um sucateamento da política de educação de jovens e adultos, apesar do grave quadro social, sem contar a própria Base que descartou a etapa do processo de construção. Não estou dizendo que deveria ser a mesma BNCC direcionada a crianças e adolescentes, mas isso faz com que de fato a EJA fique fora da política pública (CATELLI, 2018, p.01).

Observo ainda, que apesar do número expressivo de matrículas – 1,4 milhões na modalidade EJA - Ensino Médio, em 2018 – ainda assim, esta modalidade encontra-se à margem das políticas públicas em Educação, relegada a status de pouco valor, o que parece relacionar-se também com o lugar social dos sujeitos aos quais se destina.

Busco cotejar essa compreensão com o final da notícia sobre a Escola Municipal de Porto Alegre, na qual a repórter expõe um problema, o que me leva a compreensões sobre os motivos pelos quais ZH abriu espaço considerável para noticiar sobre uma escola pública, que atende sujeitos que possuem pouca ou nenhuma visibilidade no jornal, principalmente em páginas voltadas para a Educação. A repórter enuncia que a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre pretende transformar o espaço em uma escola de Educação Infantil.

Não fica claro se a notícia tem a intencionalidade da denúncia, uma vez que o título da matéria informa apenas que “Porto Alegre tem uma escola voltada a moradores de rua”; é no final do texto que a repórter explicita o problema, dizendo que a escola funciona graças a uma liminar, deixando em aberto quanto ao futuro da escola.

A notícia informa que, para a prefeitura municipal de Porto Alegre, a escola já deveria ter sido ocupada por outra modalidade. Há três anos, a Educação de Jovens e Adultos funciona na EPA por conta de uma liminar. Segundo a repórter para a secretaria municipal a “*demanda hoje é maior por Educação Infantil na região central do que por Educação de Jovens e Adultos*” (EJA) (Gaúcha ZH,10/07/2018), no entanto, a preferência do gestor público por investir nesta modalidade, em

detrimento de outra, pode estar relacionada aos recursos que o governo federal destina à Educação de Jovens e Adultos.

Segundo a professora de Educação da USP, Maria Clara Di Piero, em entrevista à revista *Época* (2016):

A inadequação da política pública, a começar pelo financiamento é insuficiente. Apesar de a EJA estar incluída no Fundeb⁸⁵, ela tem o mais baixo fator de ponderação, ou seja, é a que menos recebe recursos do financiamento. Uma matrícula em EJA vale 80% do que vale a matrícula de um aluno na primeira fase do ensino fundamental urbano, que tem o maior fator de ponderação. Isso incentiva muito pouco o dirigente de ensino a investir nessa modalidade educacional, já que o adulto estudante custa a mesma coisa ou mais que uma criança ou um adolescente (ÉPOCA, 2016, p.01).

Volto minhas compreensões para o jornal e sua atitude responsiva em relação àquilo que noticia. Para tal, convido a pensar nas ausências, nos não-ditos, para aquilo que ZH propositadamente negligencia, ao expor o problema do fechamento da EPA, ZH o faz demonstrando haver, unicamente, uma queda de braços entre a escola versus secretaria municipal de educação de Porto Alegre, levando a inferir que o gestor municipal precisa daquele espaço, porque a demanda de crianças é maior do que dos jovens e adultos. Informa ainda que os últimos seriam remanejados para outras escolas.

Cotejo essa realidade com a palavra de Kuiava (2015, p. 08), ao escrever sobre a cristalização de ideias como: “precisamos proteger melhor nossas escolas dos delinquentes, assaltantes, vândalos”, neste caso, para as concepções do gestor municipal de Porto Alegre, o público da EPA: “*A maior parte dos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA) é formada por moradores de rua*” (Ibidem, grifo meu), por apresentarem a condição marginal, perderam o direito de estar naquela escola.

O fato de haver pertencimento àquele espaço e sentirem-se sujeitos respeitados em sua dignidade (tomam banho, fazem refeições, dialogam com outras

⁸⁵ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007. É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, vinculados à educação por força do disposto no Art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica. (Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/fundeb-sp-1090794249>>. Acesso em 10 de agosto de 2018.)

pessoas, encontram amorosidade, permitem-se ao sonho) não é levado em conta. Para a lógica do mercado, em que o humano tem valor somente por aquilo que produz, as políticas públicas também são valoradas nesse sentido e ganham importância àquelas que recebem maior aporte financeiro, isso se dá, possivelmente, porque são as mesmas com as quais a classe política muitas vezes barganha os votos.

Importa pensar no papel da mídia como enunciadora de verdades relacionadas a condições históricas e sociais, de cultura, da política, das ideologias. ZH caracteriza-se por uma linha jornalística que pretende defender a ordem neoliberal, assim suas notícias não trazem a intencionalidade de contestação das estruturas vigentes, limita-se a reproduzir os fatos, sem questionar as estruturas sociais, políticas e econômicas, se assim o fizesse, encontraria algumas questões que auxiliariam o leitor a compreender as questões que envolvem o desmantelamento da escola que hoje acolhe os Jovens e Adultos em situação de vulnerabilidade.

Ainda sobre os não-ditos e a postura responsiva de quem enuncia, compreendo que, no Brasil, a prática da leitura ainda está distante da ideal⁸⁶. Em função disso, muitas pessoas ficam apenas com uma leitura superficial, cabe, portanto, importante ressalva sobre as ausências propositadas, uma vez que o leitor sustenta-se em supostos critérios de notícia para compreender determinados fatos.

Neste capítulo busco nos enunciados que a RBS noticia, em seus variados veículos, as contrapalavras, os discursos outros, os quais, segundo Ponzio (2010):

Trata-se da possibilidade de uma outra palavra, fora do seu gênero, fora de sua espécie, fora do seu papel, fora de sua identidade [...] uma palavra outra no sentido de alteridade, não de alternativa, uma palavra de uma diferença que faz diferença, de uma diferença não indiferente; palavra singular, não intercambiável, insubstituível na sua própria relação com o outro único, responsivamente, única para o outro (PONZIO, 2010 p. 14).

A materialidade sobre a qual me debruço, jornal ZH e GaúchaZH, tem a característica da efemeridade, o tempo entre o enunciar da RBS e o da leitura

⁸⁶ “A quarta edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, apresentada hoje pelo Instituto Pró-Livro (IPL), mostrou que pouco mais da metade dos brasileiros se diz ‘leitora’. Comparando com as pesquisas anteriores, há pouca variação no índice nos últimos oito anos. Em 2007, 55% dos brasileiros foram considerados leitores, em 2011, esse porcentual caiu para 50%. Os dados mais recentes, coletados entre novembro e dezembro do ano passado, mostram que 56% da população brasileira se considerava leitora.” Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br>>. Acesso em 10 de agosto de 2018.

são muito estreitos, não privilegiando o auscultar, aquele tempo que, para Ponzio, é “[...] o tempo do outro. Da centralização do eu à centralização do outro: é a revolução Bakhtiniana” (2010 p. 14).

O enunciar da grande mídia - compreendo propositadamente - é aquele que se manifesta com automatismo, que tende à padronização, achatando e cristalizando os sentidos, transformando-os em preconcepções, eliminando as singularidades. Essa palavra, no dizer de Ponzio (2010), contribui para homologar comportamentos, desejos, imaginários.

As palavras outras possuem, no compreender do referido autor, a posição de escuta, coloca-se em escuta;

[...] e o colocar-se em escuta significa simplesmente isso: dar tempo ao outro, o outro de mim, e o outro eu; dar tempo e dar-se tempo. Esse nem é o produtivo tempo de trabalho, mercadoria, nem o relaxante tempo livre. É o tempo disponível, disponível para a alteridade, a alteridade de si mesmo em relação a própria identidade e a alteridade do outro em relação à sua identidade (PONZIO, 2010, p. 24 e 26).

Esse movimento que em Bakhtin é polifônico, dialógico, exotópico, possibilita o importante excedente de visão, e convida às aproximações e aos distanciamentos tão importantes ao papel de pesquisador.

Nesse movimento de encontro de consciências que se dá entre pesquisador e a materialidade pesquisada, é preciso que todas as vozes sociais sejam igualmente auscultadas, compreendidas como independentes, autônomas e principalmente, repletas de sentidos ideológicos.

O olhar exotópico, polifônico e dialógico contribui para que se considerem os contextos histórico, sociais, culturais, nos quais a palavra, os discursos, os enunciados estão mergulhados, a realidade perde suas marcas de “[...] estatismo, seu naturalismo, sua dispersão [...], o futuro real começa a penetrá-la sob a forma de tendências, possibilidades e antecipações” (BAKHTIN, 1987, p. 106). É esse o movimento que proponho; a busca pela palavra outra, a escuta plural, a possibilidade de uma imprensa outra (heteroimprensa) e a construção de uma Educação libertária.

A busca na materialidade dos enunciados sobre Educação, nos discursos noticiosos da RBS, as palavras que refletem e refratam a ordem hegemônica. Desta forma, escolho alguns editoriais da RBS sobre Educação, os quais segundo a própria empresa é a *opinião* da RBS.

Nesse sentido, Bakhtin (2010) me lembra de que todo enunciado, verbal ou escrito, constitui-se em um gênero do discurso. O lugar de onde se enuncia,

determina o enunciado e integra-se a ele como elemento indispensável à sua constituição semântica. Neste estudo, compreendo o editorial como um gênero discursivo, enunciando em ZH assuntos relacionados, dentre outros, com questões sociais, políticas e econômicas. É também possibilidade de compreender como se dão os embates ideológicos, os discursos carregados da ideologia oficial, que não medem esforços para a manutenção e o fortalecimento da atual ordem vigente.

O encontro das palavras outras, emergindo do mesmo enunciado, denunciando aquilo que Bakhtin (2010) compreende; ao passar de um contexto ao outro, a palavra acaba por impregnar-se daqueles e, assim, mesmo na materialidade discursiva de um jornal que pretende ser a voz das forças neoliberais, num espaço denominado editorial, que é palavra do jornal, sem possibilidades para neutralismos ou apartidarismos, mesmo ali encontro os traços das ideologias não-oficiais.

Os embates se dão pela palavra, essa arteira, escorregadia que consegue passar pelas mais estreitas fendas e comunica que nada está posto, que há um conflito constante entre os discursos hegemônicos e não hegemônicos, entre a ordem já estabelecida e os que lutam pela construção de outras possibilidades.

Neste embate encontra-se a Educação como política pública podendo ser usada para fundamentar e cristalizar a ordem atual e neste caso o discurso é em função do Estado mínimo, da desmoralização e desqualificação da escola pública.

Neste capítulo, propus mais efetivamente pensar nas contrapalavras, neste movimento que, para o pensamento bakhtiniano, se dá pela alteridade, uma vez que, sem o outro, não nos constituímos. Assim, o diálogo – para além do emissor e o receptor – em Bakhtin, é o confronto das expressões e das valorações que dizem, que contam das visões que o sujeito tem do mundo e as enuncia. Nesta relação, que é dialógica, a minha fala encontra-se encharcada pela fala do outro, porque, neste diálogo, ponho-me por inteiro.

Importa também as valorações do outro, avaliamo-nos do ponto de vista do outro, “tentamos compreender, levar em conta o que é transcendente à nossa própria consciência: assim, levamos em conta o valor conferido ao nosso aspecto em função da impressão que pode causar ao outro” (GEGe, 2009, p. 29).

Na intenção de compreender como se dão os encontros, os embates, o emergir da palavra outra, na materialidade discursiva do jornal, retomo o editorial já estudado no capítulo anterior, a fim de auscultar as outras vozes. No editorial

que é a voz da RBS, o editor fala do encontro dos dirigentes municipais da Educação pública, realizado em Fortaleza, e faz uma espécie de balanço em torno do Plano Nacional de Educação – PNE.

*“A educação esquecida.[...]. Em três anos de vigência, **essa iniciativa vital** para o futuro imediato do país conseguiu cumprir raras das metas estabelecidas até 2024. Entre os objetivos cujos prazos foram descumpridos, estão desde **a garantia de recursos para a inclusão** de crianças e adolescentes entre quatro e 17 anos na escola até a instituição de uma Lei de Responsabilidade Educacional. [...] O que precisa haver é maior conscientização de toda a sociedade sobre a importância de o país encontrar uma forma de cumprir com as metas na área de ensino”* (GaúchaZH, 10/08/2017, p. 1, grifo meu).

Nesta busca, encontro o mesmo e o diferente coexistindo no referido discurso. O emergir das palavras outras se dá, assim, no mesmo texto em que ZH procura desqualificar os sujeitos da Educação, em duas palavras que são ecos de discursos outros. O editor enuncia a Educação como *“iniciativa vital”*, relacionando-a a política pública PNE.

Nesta espécie de balanço daquilo que não avançou no referido plano, ZH evidencia a importância da Educação como política pública e afirma, nesse sentido, que ela precisa incluir a todos em idade escolar. *Vital* e *inclusão* materializam deformidade do discurso e às contradições. Num discurso que pretende desqualificar, principalmente os trabalhadores da Educação, minimizando também a importância dos recursos, as palavras *“vital e incluir”* enunciam o emergir das outras vozes, ecos de outros discursos. *Incluir* significa o direito universal à escola; *vital*, no sentido do texto, possibilita-nos pensar a Educação pública como dimensão indispensável, condição de sua própria existência.

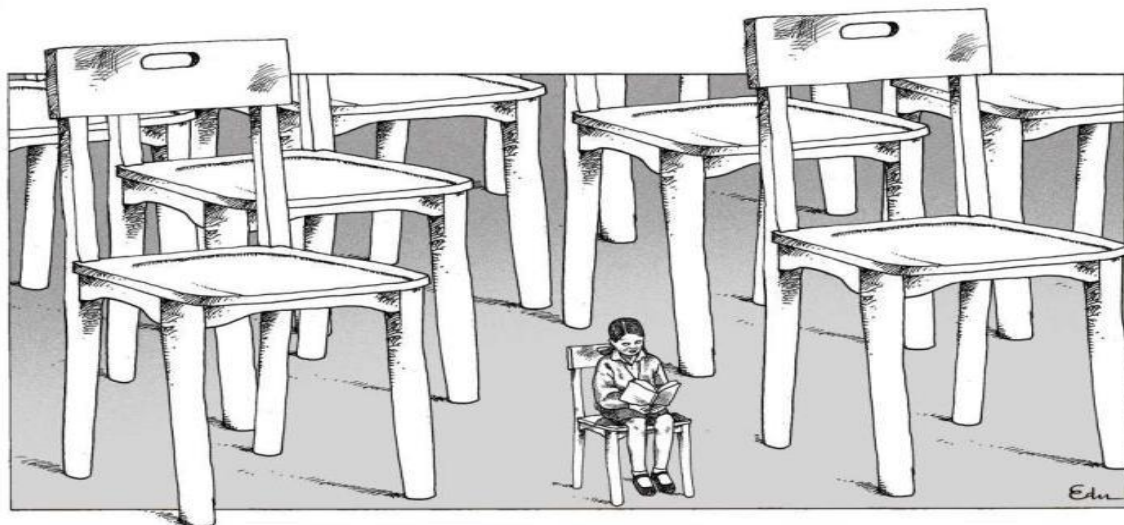
Nesse sentido, compreendo que a presença da palavra outra, no texto do jornal, é usada principalmente no sentido de qualificar e construir a própria argumentação; são as forças da palavra outra na constituição da palavra própria; a palavra outra torna-se própria para construir os sentidos que o autor tem intenção de expressar; contudo, as pequenas fendas que a palavra outra promove estão ali, deixando os sentidos outros aflorarem, mesmo que seja de modo ínfimo.

Noutra edição de GaúchaZH, dia 22/01/2018, o editorial com o título “Educação com Critério”, fala sobre o fechamento de escolas como política pública do governo do estado do RS.

Acompanha o texto escrito a imagem abaixo (Figura 4), nela, várias cadeiras vazias - parecem ser de madeira, modelo antigo, a maioria é de tamanho grande - contrastando com uma cadeira menor, que ocupa o centro da imagem, na qual solitariamente parece uma aluna, sentada com um livro aberto sobre as pernas; não há mesa para a aluna colocar o livro, ou apoiar-se. A imagem remete a sentidos de abandono e solidão, não é um cenário atraente. Não há cores, nem teto, nem paredes, nem janelas, nem jardins, nem biblioteca, nem brinquedos, nem colegas, nem professores; parece ter saído de algum filme de terror, em preto e branco.

A imagem informa, ainda, da construção da identidade de aluno da escola pública, em ZH, vestindo uniforme antigo, a aluna parece pequena, solitária abandonada, impotente ou alheia diante dos problemas que GaúchaZH evidencia.

Imagem 4: Ilustra editorial GaúchaZH, em 22/01/2018



Fonte: Ilustração de Edu Oliveira / Arte ZH

O editor informa que o fechamento das escolas estaduais em Porto Alegre “merece um olhar mais cauteloso antes de um julgamento definitivo” (Ibidem, p. 1). Lembra que no ano de 2017, duas mil turmas já haviam sido descontinuadas e justifica tal realidade, relacionando-a a diminuição do número de matrículas nas escolas públicas estaduais. Cita o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para corroborar a informação de que a população do RS está envelhecendo, mas não cita números: “Basta olhar os números do IBGE nas últimas décadas para confirmar a tese de que o Rio Grande do Sul está ficando mais velho. Com menos

filhos nas famílias, cai a necessidade de vagas nas salas de aula da maior parte dos municípios gaúchos” (GaúchaZH, 22/01/2018, p. 1).

Até aqui o editor ocupa-se em justificar o fechamento de escolas públicas no Rio Grande do Sul⁸⁷, num claro ataque à Educação como política pública. Compreendo que a Educação, com todas as concepções subjetivas que a envolve, não pode ser pensada somente no sentido da funcionalidade que preconiza a ordem neoliberal.

Uma escola é sempre mais do que, fisicamente, um prédio representa. A escola é para muitas comunidades aquilo que a *Ágora*⁸⁸ representou para os gregos, um espaço minimamente seguro, democrático, por ser público, e muitas vezes o único lugar de encontro, de diálogos, no qual as pessoas podem discutir e pensar as questões coletivas da comunidade. É referência para muitos como espaço de convivência e de trocas, de humanização.

Portanto, não se trata apenas de fechar uma escola em nome da economia, da funcionalidade com vistas à lógica neoliberal. Nas palavras do editor, a *“venda de imóveis até é aceitável e muitas vezes vantajosa para o interesse público, mas deve ser consequência, jamais causa”* (Ibidem).

Nesse sentido, é preciso buscar outras possibilidades para esses espaços (recreação, centro de cultura, esportes, comunidades digitais, dentre outros). Jaqueline Moll (2012), ao escrever sobre a *reinvenção da escola em diálogo com a comunidade*, reflete sobre a possibilidade de novo sentido para escola, para além das concepções que lhes são inerentes. Avançar no sentido de ressignificá-la como instituição social. Uma escola assim jamais seria fechada. Para além do número de matrículas, para além do Estado, a escola pensada por Moll se ocuparia por atividades de interesse coletivo, em um novo e revigorante itinerário educativo.

⁸⁷ Secretaria Estadual da Educação do Rio Grande do Sul confirmou nesta segunda-feira (22) o fechamento de seis escolas de ensino fundamental da rede estadual em Porto Alegre. As escolas Alberto Bins, Benjamin Constant, Oswaldo Aranha, Doutor Miguel Tostes, Marechal Mallet e Plácido de Castro não receberão novas matrículas. Os 456 estudantes destas escolas serão remanejados para outros colégios para o ano letivo de 2018 (Disponível em /g1. globo.com/rs. Acesso em 12 de julho de 2018).

⁸⁸ *Ágora*, grande praça aberta, utilizada para diversas funções, tais como: religiosas, competições esportivas, assembleias, mercado, debate filosófico, exercício da cidadania e festivais era o principal espaço de encontro entre as pessoas. Era o centro da pólis (cidade grega) e ao entorno dela se ergueram edifícios públicos e monumentos, valorizando ainda mais a circulação e a presença das pessoas.

Sendo a instituição escolar constituída e constituidora do modo moderno de vida, coetânea dos processos de industrialização e urbanização que mudaram a face do mundo ocidental pós século XVIII, podemos afirmar que a crise da escola é a própria crise da modernidade e vice-versa [...] Por esse motivo, qualquer perspectiva de modificação real da escola passa pela sua resignificação como instituição social. [...] é preciso focalizar movimentos mais amplos que buscam transformar as formas de ser e de atuar da instituição escolar, convertendo a escola em “comunidades de aprendizagem”, ou movimentos que tentam conectar a escola às redes sociais e aos itinerários educativos que estão no seu entorno no espaço urbano da construção da “cidade educadora”. Recolocar a escola na cena urbana, tirá-la de um certo lugar de invisibilidade, construir condições para que as novas (e também velhas) gerações (re)aprendam a cidade, na cidade e da cidade e (re)aprendam a conviver colocam-se como possibilidades históricas de nos reinventarmos como sociedade. Resignificar a escola, colocando-a em rede com a comunidade e a cidade, não significa despi-la de uma tarefa que é eminentemente sua em relação às novas gerações (Disponível em <<http://jaquelinemoll.blogspot.com>> Acesso 15 de agosto de 2018).

Neste percurso que proponho compreender o movimento das palavras nos enunciados de ZH, o refratar e o refletir, Ponzio me lembra de que elas não são nada confiáveis ou ainda, “cada palavra se realiza numa relação dialógica e recupera sentidos da palavra alheia; é sempre réplica de um diálogo explícito ou implícito, e não pertence nunca a uma só consciência, a uma só voz” (PONZIO, 2010, p.15). Assim, no editorial encontro uma espécie de fuga momentânea, uma dissonância na voz, as contradições, as contrapalavras no mesmo discurso.

O editor enuncia que é preciso critérios para a venda dos prédios escolares por parte do gestor e estes devem ser “*absolutamente transparentes e públicos*” (Ibidem). Noutro ponto, pondera que um governo empenhado pelas causas da Educação “*não pode, jamais, pensar em prédios ou terrenos de colégios como ativos a serem transformados em receita para cobrir buracos cavados por sucessivas incompetências na gestão do Estado*” (GaúchaZH, 22/01/2018, p. 1).

Embora defenda a venda das escolas em prol de um projeto que visa o Estado mínimo, privatizador, ainda assim, neste ponto do enunciado é possível encontrar outros sentidos no texto, quando o editor afirma que a Educação deve ser vista como prioridade, em detrimento do mercado.

Assim, em meio à palavra que, na sua grande parte, remete-nos a compreensões que sustentam a ideologia neoliberal, ao apropriar-se da palavra do outro, o editor de GaúchaZH enuncia, ainda que talvez não queira, a relação dialógica dos discursos.

[...] Essa relação social entre os *sujeitos* falantes faz com que haja uma constante *interação* verbal. Assim, todo discurso concreto presente nas diferentes esferas humanas nunca é totalmente “inédito”, pois traz ecos de *outros* discursos, ou seja, discursos de outrem, reorganizados

ideologicamente nas falas dos *sujeitos* podendo aparecer mais explicitamente marcados pelos recursos linguísticos (utilizados estilisticamente pelos falantes), como no discurso direto, ou de maneira “diluída” e menos marcada, como ocorre no discurso indireto e indireto livre, este, “a forma última de enfraquecimento das fronteiras do *discurso citado*” (GEGe, 2009, p. 33-34, grifo dos autores).

O editor de ZH não possui a exclusividade da palavra, ainda que detenha os meios, força econômica para fazê-lo, o seu discurso está entrecruzado pelo discurso de outros sujeitos sociais, maculando, causando certo estranhamento, certo desconforto ao discurso que ZH pretende reafirmar, denunciando as tensões e a capacidade da palavra, que sendo signo neutro, ao embrenhar-se nos diferentes contextos históricos e sociais, tem a força de emersão; mesmo num espaço que tende sempre para a monovocalidade, para a estabilidade.

É preciso pensar, ainda, na intencionalidade do editor ao lançar mão de um discurso aparentemente progressista e aos olhos do leitor carregado de significados, sim, porque importa para a coletividade que a gestão pública seja absolutamente transparente, pública.

O editor parece reafirmar a ideia de que é a voz do povo, uma espécie de guardião dos direitos coletivos, para tal, assim como os déspotas esclarecidos⁸⁹ que, na história, usaram de algumas concepções iluministas como forma de modernizar suas gestões e de se manter no poder, assim também a mídia o faz, usando dos discursos outros como forma de parecer estar do lado dos interesses da coletividade.

A materialidade da qual me ocupo, por aquilo que foi estudado, é de gênese neoliberal. A RBS é um grupo midiático que se ocupa, principalmente através dos discursos hegemônicos, consolidar e manter a ordem vigente. Os editoriais, por sua vez, cumprem a função de reafirmar com maior potência os discursos que ali circulam, sejam no jornal impresso, ou *online*.

Porém, ainda que momentaneamente, as palavras outras emergem denotando a força das contrapalavras, mesmo num espaço que lhe é estranho, para o qual as palavras outras não são convidadas. Neste sentido, no mesmo

⁸⁹ Na segunda metade do século XVIII, diversos governantes europeus procuraram pôr em [prática](#) certas ideias iluministas, sem, no entanto abrir mão de seu poder absoluto. Por haverem tentado conciliar o absolutismo (ou despotismo) com princípios iluministas, ficaram conhecidos pelo nome de déspotas esclarecidos. [...] Os déspotas esclarecidos adotaram apenas as ideias iluministas que fossem compatíveis com seus interesses, rejeitando sistematicamente as propostas de liberdade política (Disponível em /revistaculturacidadania. Acesso em 20 de julho de 2018).

texto, o editor escreve sobre sucateamento da Educação pública, relacionando o problema com a falta de investimentos e as sucessivas greves de professores: “O sucateamento da educação pública, com duas sucessivas greves e a falta de investimentos, empurrou parte das famílias gaúchas para o ensino privado, que sempre teve e terá o seu papel num sistema educacional plural e aberto. Hoje, as dificuldades são tantas nas escolas geridas pelo Estado, que os pais com o mínimo de poder aquisitivo preferem abrir mão de outros bens e serviços para matricular seus filhos em colégios pagos” (GaúchaZH, 22/01/2018).

Assim, compreendo que ao escrever sobre a falta de investimentos e a greve como um aposto para o sucateamento, o editor faz a opção ideológica e discursiva de responsabilizar o Estado (pela falta de investimentos) e os professores (pelas greves), intensificando a noção de que o Estado não tem condições de gerenciar a Educação e que também não são os professores, enquanto classe social, que devem fazer.

Em vez disso, mostra textualmente o movimento que acontece de retirada de estudantes das escolas públicas para as escolas privadas, o que, discursivamente, reforça também a noção de que a escola privada não passa por crise e de que o setor privado tem condições de gerir as relações na esfera educacional muito melhor do que o Estado faz.

Essa aparente negligência ou preguiça do editor em pensar mais profundamente sobre as questões que aborda, denota as compreensões que a RBS deseja que seus leitores façam da Educação como política pública. Chamo de preguiça porque basta ao editor aprofundar um pouco mais na construção dos enunciados para compreender que a luta dos professores está inclusa, faz parte das questões que envolvem investimento. O professor da escola pública do RS é parte desta política e não uma instituição que concorre com o Estado em força e recursos como quer fazer parecer o editorial ZH.

Trata-se de reafirmar a culpa dos professores pelos problemas na escola pública e apontar como solução válida o papel das escolas particulares em detrimento da escola pública. A escola privada *terá o seu papel num sistema educacional plural e aberto. Hoje, as dificuldades são tantas nas escolas geridas pelo Estado, que os pais com o mínimo de poder aquisitivo preferem abrir mão de outros bens e serviços para matricular seus filhos em colégios pagos* (GaúchaZH, 22/01/2018).

Denotando a opção pelo privado, aproveita para informar que em detrimento do sucateamento da escola pública, a escola privada é opção de valor, cabendo qualquer sacrifício por parte dos pais para que seus filhos tenham acesso à escola de qualidade.

Nesse sentido, cabem alguns questionamentos: A escola privada é realmente melhor? Como podemos compreender essa tão propalada qualidade? Quais critérios estão envolvidos quando se trata de mensurar se a escola é de qualidade ou não? As avaliações feitas anualmente servem como medida de qualidade? Enem, Saers, Prova Brasil, as quais são comumente utilizadas como medida de qualidade e enunciadas em ZH⁹⁰, dão conta de mensurar a qualidade em Educação?

Compreendo que qualidade envolve outras dimensões complexas para serem mensuradas através de uma prova objetiva. Quando se pensa Educação como política pública, é preciso pensar em toda a subjetividade que envolve as relações na escola, alunos, professores, gestores, família, Estado; cada dimensão envolve outras dimensões mais, que concorrem para que a escola imprima qualidade no seu fazer.

É preciso colocar como medida as questões de inclusão, de diversidade. A escola pública por força de lei é a escola em que todos têm direito de estar, não há pré-requisitos, nem testes, provas, entrevistas, que funcionem como peneira ou funil. A escola pública é universal e plural, um território no qual transitam todas as raças, todos os credos, todas as classes sociais, todas as ideologias. Como medir qualidade, através de um único instrumento, num espaço tão permeado pelo diverso?

Nesse sentido, Martin Kunh e Mário José Pulh escrevem:

[...] uma escola de qualidade é aquela que educa para a cidadania crítica e criativa, “capazes de indicar o rumo histórico, coletivamente pretendido, sobretudo desenvolver, maximamente, a oportunidade histórica disponível” (Demo, 2011, p.47). Uma escola de qualidade se constrói assegurando a qualidade formal e política da educação. Para além do conhecimento, as dimensões ética, estética, comunicativa e

⁹⁰ “Enem: veja as escolas do RS que tiveram melhor desempenho no exame de 2016”. (GaúchaZH.clicrbs.com.br, 12/12/2017) “Saers: Mais de 75% das escolas da rede estadual têm rendimento abaixo do ideal” (GaúchaZH.clicrbs.com.br, 06/11/2010). “93% dos alunos de 1º ano do Ensino Médio de escolas públicas estão abaixo do nível adequado em matemática. Dados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (Saers) de 2016” (GaúchaZH.clicrbs.com.br, 08/08/2018). “Revés nas salas de aula. RS perde posições em ranking sobre qualidade da educação” (GaúchaZH.clicrbs.com.br/economia/noticia, 07/08/2018).(Grifo meu).

expressiva, constituem requisitos para esse espaço de formação (KUHN e PULH, 2015 p. 12).

Assim, para além do conhecimento de conteúdos (única dimensão possível de mensurar em uma prova de múltipla escolha), faz-se necessário trazer para essa roda as dimensões *éticas, estéticas, comunicativas e expressivas* também como potenciais medidas para compreender a qualidade em Educação. Ao sustentar tal discurso, carregado de intencionalidade, ZH manifesta o desejo do modelo neoliberal em, reiteradamente, afirmar que a escola que merece investimentos, pela qualidade, é a escola privada.

O discurso editorial afirma o pensamento hegemônico neoliberal de que a escola particular é a alternativa para o que nomeou de “sucateamento” (GaúchaZH, 22/01/2018) da Educação pública. Sucata, segundo o dicionário Aurélio⁹¹, é substantivo feminino que significa ferro inútil; qualquer peça metálica **imprestável**; coisa reles, que **não oferece interesse** (grifo meu). Ao lançar mão desta palavra (substantivo masculino) que tem sua derivação em sucata, o grupo RBS, através de seu editor, enuncia, reitera a imagem que pretende construir da escola pública no RS, ou seja, é imprestável, não é interessante para investimentos públicos, investimentos dos cidadãos.

Importante lembrar a Educação pública como direito assegurado pela constituição de 1988, também denominada *Cidadã*. Constituição que preconiza o dever do Estado para com a Educação pública e de qualidade. A Educação é signo e, portanto arena de lutas e embates, estando em jogo principalmente as questões orçamentárias, de investimento.

Leis, diretrizes, bases, questões curriculares, planos, reformas etc. giram em torno deste orçamento que conforme já se explicitou nesse estudo, ainda que em torno de 5% do Produto Interno Bruto, é valor considerável. Valores para os quais contribuem empresas, e milhões de trabalhadores brasileiros⁹², por meio de seus impostos. Valores que estão no centro de disputa quando se colocam

⁹¹ Disponível em <<https://www.dicio.com.br/sucata>>. Acesso em 2 de agosto de 2018.

⁹² Os recursos que financiam o sistema educacional público vêm de contribuição social e impostos. No primeiro caso, o salário-educação é a contribuição social determinada pela Constituição Federal de 1988. Trata-se do recolhimento de 2,5% do salário de contribuição das empresas. Quanto aos impostos, o texto constitucional estabelece que o União deve investir no mínimo 18% da receita líquida de impostos na educação. Já para estados e municípios, esse percentual é fixado em 25%. Tais recursos devem ser utilizados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) Disponível em <<https://paineira.usp.br/aun/index.php/2018/02/19/educacao-brasileira-e-seu-investimento-apos-teto-de-gastos/>> Acesso em 3 de julho de 2018).

interesses; de um lado da ideologia neoliberal, que preconiza o estado mínimo, que retira cada vez mais investimentos da escola pública e utiliza os mais diferentes artifícios, neste caso a grande mídia, para consolidar a imagem de que a escola pública não é boa, não vale investimentos, encontra-se no escrever do editor: “*sucateada*” (GaúchaZH, 22/01/2018).

De outro lado, neste embate que acontece principalmente na arena discursiva, tem-se os movimentos sociais, no enunciado estudado, o sindicato dos professores estaduais, como a voz dissonante, contraditória, na contramão desta ordem arraigada; através do discurso busca ser contraponto nesta história que tem a Educação como arena de disputa e que, para ZH, professores que fazem greve, que reivindicam, preocupam-se principalmente e unicamente com os próprios salários.

Para melhor compreensão, a GaúchaZH publicou, no dia 08/03/2017, a notícia de que os professores estaduais haviam aprovado, em assembleia, greve a partir de 15 de março de 2017. Juntamente com o título, a RBS comunica: ***Na pauta de reivindicações está, principalmente, a questão do salário.*** *A greve foi aprovada em assembleia do Cpers, no ginásio Gigantinho, em Porto Alegre. Os professores da rede estadual do Rio Grande do Sul aprovaram greve, em uma assembleia do Cpers. O encontro ocorreu na tarde desta quarta-feira, no ginásio Gigantinho, em Porto Alegre. A paralisação dos professores vai começar em 15 de março. A greve já havia sido aprovada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e outros Estados do país também aderiram. Para reafirmar novamente: ***Na pauta de reivindicações está, principalmente, a questão do salário.*** Os professores estaduais pedem o cumprimento da lei do piso salarial nacional, pagamento integral do 13º salário, correção do vale-refeição e investimento de 30% na área da educação. No ginásio parcialmente lotado, os discursos foram contra o governo Sartori e o governo Temer, contra a reforma da Previdência e contra a reforma do Ensino Médio. Em nota oficial, a Secretaria da Educação ***chamou a greve de "inoportuna" e afirmou*** que essa medida vai afetar diretamente a comunidade e escolar. Após aprovar a paralisação, os professores realizaram uma passeata até a Esquina Democrática. Veja na íntegra a nota oficial do governo do Estado sobre decisão de greve do Cpers: "Sobre a informação divulgada pelo Cpers Sindicato, após ato de um grupo de sindicalistas que decidiu deflagrar greve a partir do dia 15 de março, a Secretaria da Educação torna público o seguinte posicionamento: 1 - ***A medida é inoportuna, visto que o****

ano letivo de 2017 se iniciou nesta segunda-feira (6) e a greve afetará diretamente a comunidade escolar, especialmente os mais de 900 mil estudantes. **2 - O país enfrenta uma recessão econômica sem precedentes, o que impacta diretamente o Rio Grande do Sul, que atravessa a maior crise econômica de sua história.** No entanto, o Governo do Estado pagou o completo do piso do magistério referente ao período de 2015 a 2017, impactando R\$ 200 milhões/ano nos cofres públicos. Isso para que nenhum professor tivesse remuneração inferior ao piso nacional. **3 - Nos últimos meses de 2016, o Governo do Estado fez outro esforço para pagar a alteração de nível dos professores, resultando no aumento de R\$ 25 milhões/ano na folha de pagamento do funcionalismo.** **4 - A Secretaria da Educação confia que os nossos professores estaduais permanecerão em sala de aula, em respeito aos alunos e à comunidade escolar. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO"** (GaúchaZH, 08/03/2017, grifo meu).

Importante buscar algumas compreensões da notícia em ZH: a primeira é de que, mesmo tendo utilizado como chamada para o enunciado: "*Professores estaduais aprovam greve a partir de 15 de março*". Não há espaços para a palavra dos professores, ou de algum representante do sindicato que organizou o movimento.

Em GaúchaZH o que ocorre é a tentativa do emudecimento das outras vozes, das contrapalavras. Remete-me ao que, de forma literária, Ponzio escreve no final de sua obra *Encontro de palavras* (2010) sobre a monologia de antes da maldição (ou benção) da construção da torre de Babel, quando os homens cansados de usarem a mesma e única língua para expressarem tudo que sentiam, enquanto se espalhavam pela terra e, a velha e única língua não dava conta de exprimir tudo que percebiam, resolveram então, construir uma torre que lhes permitisse chegar ao céu, uma vez que este lhes parecia o único lugar que não mudava e que poderia, portanto, caber, fazer sentido, na velha e única língua.

Deus, por outro lado, temendo uma invasão de seus domínios, decidiu amaldiçoá-los, exortando-os para que usassem das múltiplas possibilidades linguísticas. E assim o fez, os homens deixaram então a torre e foram habitar toda a terra, passando a usar de todas as capacidades e multiplicidades que as línguas possibilitavam. Porém, adverte o autor, a partir de Babel são constantes as tentativas de se restaurar a velha língua, a monovocalidade. "Certos povos

impuseram suas línguas a outros. **Uma classe constrangeu outra ao silêncio**” (PONZIO, 2010, p. 153, grifo meu).

Assim, neste enunciado, é palavra da RBS e do governo estadual que ganham toda a visibilidade, enquanto a classe dos professores é emudecida pelo jornal. O movimento que enuncia o jornal é de professores, mas a palavra dos professores da escola pública parece não interessar à GaúchaZH e, conseqüentemente, aos seus leitores. No sentido também daquilo que Umberto Eco escreve, “além de supor competência de seu leitor-modelo, o texto a institui, não somente prevendo um leitor, senão também construindo” (1979, p.55), ou ainda o discurso da RBS no qual diz destacar “o que realmente é importante para os gaúchos e pode afetar suas vidas” (Disponível em: comercial.gruporbs.com.br).

Para ZH, os sujeitos da escola pública não são importantes, a ponto de afetar a vida de seus leitores, evidenciando um discurso que cumpre a função de dizer que o movimento dos professores é inexpressivo, insignificante, fútil, utilizando como recurso, a repetição, a fim de consolidar a ideia, a construção da imagem, de que aos professores interessa tão somente os salários.

Bourdieu (1989), ao escrever sobre o poder simbólico, empresta seu pensamento que pode servir à compreensão do poder atual da mídia.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer crer e fazer ver, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo: poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989, p. 14).

De acordo com Bourdieu (1989), o jornalismo, na passagem do acontecido para o relato, exerce poder simbólico, com capacidade de, através da palavra, *fazer crer e ver, confirmar ou transformar*, visões de mundo, e isso decorre porque em ZH, a maioria dos leitores identifica-se com os enunciados que o jornal enuncia, para muitos, constitui verdade cristalizada, sendo constantemente reafirmada pela frase “Deu na ZH”.

A palavra do governo do estado do RS em GaúchaZH também suscita algumas compreensões, uma delas sobre a palavra greve adjetivada pela palavra “*inoportuna*” (GaúchaZH, 08/03/2017, p. 1), utilizada repetidas vezes no jornal; ao falar pelo governo através do discurso afirmativo “o *governo chamou de*

inoportuna” e quando transcreve na íntegra a nota oficial do estado, sobre a paralisação dos professores.

Inoportuna remete aos sentidos de inadequada, inapropriada, impertinente, imprópria, indevida, despropositada, descabida, dentre outros. Essas compreensões denotam aquilo que o pensamento neoliberal compreende e constrói dos movimentos sociais, as lutas são assim qualificadas como descabidas, sem propósito, porque escancaram os conflitos, as tensões, a inconformidade, as contradições. No contexto da sociedade capitalista neoliberal, os movimentos sociais representam as contrapalavras, a denúncia das desigualdades, a voz daqueles que, não tendo o poder econômico e social da classe hegemônica, precisam lutar de outras formas para serem vistos e ouvidos.

A notícia de ZH adjetivando a greve dos professores como inoportuna, remete-me também às representações que a sociedade faz em torno da profissão professor, ela é compreendida como vocação, nesse sentido em estudo: *Imagens da docência: um estudo sobre o processo de trabalho e mal-estar docente, os pesquisadores*⁹³ escrevem:

A palavra vocação também tem sido enfatizada e usada como compensação para a precariedade das condições de trabalho das professoras, de sua renda e da valorização profissional. Todavia, quando se trata de outras profissões, a vocação não significa aceitar ou submeter-se a uma inadequada remuneração e valorização. [...] Essa postura parece ter relação com as representações que se movimentam na sociedade, com discursos que repetem incansável e tediosamente: a profissão é vocação; professoras exercem a docência porque gostam - se quisessem salários melhores deveriam procurar outra profissão; ganham pouco, mas têm dois meses de férias (Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo>>. Acesso em 2018).

Vocação, segundo o dicionário Aurélio, é “inclinação que se sente para alguma coisa, disposição natural do espírito, inclinação para a vida religiosa”⁹⁴. Assim, em construções naturalizadas em nossa sociedade e reafirmadas pela mídia, os *professores vocacionados* não deveriam fazer greve, uma vez que a escolha pela carreira tem como apelo maior um chamamento, a realização pessoal, uma espécie de sacerdócio, assim questões salariais, condições de trabalho, são, a partir desta compreensão, irrelevantes.

⁹³ Vera Lúcia Gainssa Balinhas; Jarbas Santos Vieira; Maria de Fátima Duarte Martins; Maria Manuela Alves Garcia; Leomar Eslabão; Aline Ferraz da Silva; Carmem Lúcia Fetter; Vanessa Bugs Gonçalves (Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo>>. Acesso em 2018).

⁹⁴ Disponível em <<https://dicionariodoaurelio.com/vocacao>>. Acesso 2018.

Os professores adotaram, portanto, uma atitude descabida diante daquilo que o gestor estadual chamou [...] “*recessão econômica sem precedentes*” (GaúchaZH, 08/03/2017,p.1). A luta dos professores por meio da greve, na visão do governo reforçada por ZH, é imprópria, a imagem que se constrói do professor é de irresponsabilidade, insensível aos problemas econômicos do país e do estado.

É preciso compreender que não se trata de escolher o melhor discurso, tampouco constituir juízos de valor, como num embate entre o bem e o mal. Bakhtin me adverte que as fronteiras tendem mais à aproximação do que ao fechamento, elas se entrecruzam num constante movimento, pautado na penetração mútua, na bilateralidade, interatividade, não a fusão, mas a interpenetração, o intercruzamento.

O que está em jogo são as posições axiológicas, confrontos de valores sociais. A interação é diálogo ininterrupto que resulta do confronto e constitui natureza da linguagem. Para Bakhtin, viver é tomar posições, permanentemente, é incluir-se em um sistema de valores e, a partir dele, responder axiologicamente (GEGe, 2009, p. 63).

Nesta arena, o signo comum é a Educação como política pública. Os embates se dão através do discurso, dos enunciados sobre Educação e para os quais meu olhar de pesquisadora busca compreender os movimentos de reflexão e refração. O espaço das relações que são dialógicas (compreende toda comunicação verbal), o encontro das forças que são “centrípetas e centrífugas, configurando tensão e abertura, revelando ideologicamente as relações sociais efetivas, relacionadas à vida” (GEGe, 2009 p. 49).

Bakhtin me lembra, ainda, que viver é responder; é assumir, a todo o momento, posição axiológica frente a valores. Viver é compartilhar do diálogo inconcluso que é a vida humana. Nossa consciência é plural por encontrar-se povoada por inúmeras vozes sociais [...] “Eu vivo em um mundo de palavras do outro” (GEGe, 2009, p. 76). Assim não há ninguém manipulando fantoches ou o boneco como num teatro de marionetes, cada um é responsável eticamente por seus atos, sem álibi, sem tutela.

Na contemporaneidade, por força do capital, a Educação se transformou em mercadoria a serviço de um modelo que resulta em milhões de crianças fora da escola, além da precariedade das escolas, principalmente da periferia, nos assentamento sem terra, nas favelas, no campo, nas comunidades indígenas, nas

comunidades quilombolas, as quais deveriam, por força de lei, pelo menos atender nas mesmas condições de qualidade dadas às elites sociais.

Para Kuiuava (2015), há um embate em curso, entre aqueles que concebem os homens como seres em adaptação ao meio ambiente, social, cultural e principalmente ao mundo de produção material, para os quais a escola precisa ser espaço de treino, adestramento e adaptação para o trabalho, reproduzindo a vida material, de acordo com modelos preestabelecidos. O conhecimento é, para estes, mercadoria.

Mas existem outros que concebem os homens como sujeitos únicos em permanente construção formativa, inseridos num contexto também em permanente transformação, para os quais a escola é pensada como espaço de excelência para a construção de sujeitos criativos, cientes de uma vida coletiva de alteridade, amorosidade, solidariedade. Para estes, conhecimento é processo permanente, inconcluso, na busca pela formação ética e estética na vida, e na relação com o outro.

Nesta escola, Educação é condição para a construção de valores éticos, estéticos e morais, contribuindo para a formação do homem na sua integralidade, não porque o mercado assim deseja, mas por que este aluno compreende que atitude responsiva para consigo e para com o outro, na relação com os contextos social, cultural, econômico, em que vive, são valores que permite experienciar a vida na democracia plena. Num projeto de vida que é libertador, plural, que destrói as desigualdades e constrói junto, na coletividade, na diferença.

A maneira pela qual as pessoas constituem seus discursos está relacionada aos seus interesses, os quais são perpassados pelos contextos históricos e sociais, nos quais os sujeitos estão inseridos. A constituição histórica, a matriz ideológica que defende, compõe o pensar de cada um e determina aquilo que o discurso irá enunciar. No caso do jornal, isso se dá pelo tratamento da notícia, a escolha da linguagem, o que pretende realçar, e o que procura esconder ou calar.

Na materialidade discursiva de ZH, tanto na mídia impressa quanto online, os discursos perpassam a ideologia do jornal, marcadamente neoliberal, mas também são espaço de emersão das palavras outras. Essa compreensão pode ser construída no decorrer deste estudo, nos quais num mesmo enunciado foi possível auscultar as relações de reflexão e refração em torno do signo Educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Proponho dar necessário acabamento provisório a este estudo, no qual busquei, por meio do percurso metodológico bakhtiniano, compreender como o signo Educação, como política pública, é refletido e refratado nas páginas de um jornal de alcance regional, do grupo RBS. A materialidade para a qual lancei minhas compreensões, certo olhar enviesado, foi o jornal ZH e o GaúchaZH, ambos veículos de comunicação, nos quais, dentre outras, circulam notícias sobre Educação. Ancorada na metodologia bakhtiniana, busquei escrever na primeira pessoa, o que, para o pensamento bakhtiniano, significa assumir postura responsiva diante das compreensões que levaram à minha escrita.

Assim, a luta que se desenvolve na arena do discurso, aqui compreendida pelo jornal ZH e GaúchaZH, mostrou-se desigual com tendência à monologização e à monovocalidade. A materialidade discursiva que busquei compreender é espaço nos quais valores da ordem neoliberal são cotidianamente enunciados e reafirmados, ainda que os documentos pelos quais a RBS pretenda ser reconhecida falem de imparcialidade, apartidarismos e em dar voz a todos.

A Educação pública como política pública é signo ideológico, carrega valorações e encontra-se no centro das disputas que se estabelecem, na constante e ininterrupta luta entre as classes sociais. Assim, a classe social hegemônica constrói discursos visando principalmente a desvalorização da Educação pública, realizando reiterados ataques, seja enunciando da precariedade, do sucateamento da escola pública, seja relacionando-a a violência, fazendo da Educação caso de polícia.

Por ser o espaço em que os discursos se entrecruzam, denota-se em ZH a contradição naquilo que em seus enunciados reflete e refrata. Ao mesmo tempo em que desvaloriza a Educação pública, evidenciado em notícias da escola pública e seus sujeitos, ZH é espaço em que os discursos da oficialidade se firmam, principalmente quando se trata de enunciar os movimentos sociais e suas reivindicações, ou ainda os planos educacionais, nos quais estão envolvidas as questões orçamentárias ou de financiamento.

Ainda no início deste estudo, foi possível, por meio dos enunciados escolhidos, compreender os reflexos e as refrações que envolvem o signo Educação. A metodologia bakhtiniana atesta da impossibilidade da construção de textos puros, imaculados. A palavra, pelo poder de penetrar e circular nos variados contextos sociais tem capacidade de suscitar contradições, deformidades, denunciando os embates que saem da vida e se entrecruzam nos discursos.

A escolha da Educação como política pública possibilitou compreender como o jornal ZH constrói identidades imagéticas de algumas categorias da Educação que circulam e são notícia no jornal. Assim, compreendo que, para o conglomerado RBS, a Educação pública encontra-se sucateada e as melhores respostas vêm, pelo olhar de ZH, da Educação privada. Utilizando os mais variados recursos enunciativos, através de variados interlocutores, o jornal ZH procura reafirmar e destacar a qualidade da Educação privada na relação com a Educação pública, esta, aos olhos do jornal, encontra-se em permanente agonia.

Mas com Bakhtin encontro que a palavra é o indicador mais sensível das transformações sociais e, por essa capacidade, a palavra em ZH, ao mesmo tempo em que afirma, denuncia as contradições daquilo que reiteradamente ZH pretende afirmar como verdade única. O olhar enviesado, oblíquo, o cotejar com diversos textos, levou-me a compreensões de que a propalada qualidade da Educação privada advém das disputas por um importante orçamento da Educação como política pública; os investimentos do Estado, que devem, prioritariamente, ser direcionados à Educação pública, estão no centro desta disputa. É principalmente a disputa por projetos: de um lado, uma Educação com vistas ao mercado, mecanicista, escravizadora, que tem relegado milhões à exclusão, à desesperança; Educação que ZH, por ser porta voz do projeto neoliberal, interessa enunciar cotidianamente.

Concorrendo com esta, ocupando fronteiras que estão em permanente intercruzar, está a possibilidade de, com Bakhtin, Paulo Freire, Mészáros, Gentili, Ponzio, Miotello, Geraldí, pensar uma Educação que é possibilidade de libertação, de democracia plena, de viver com as diferenças. Este projeto, por não possuir a mesma força política e econômica da ideologia neoliberal, não encontra a mesma visibilidade nos enunciados da materialidade estudada, porém, não significa ausência, que não tenha potência, pelo contrário, possui a força da emersão, porque mesmo no lócus da ideologia neoliberal, as contrapalavras denunciam a

força, a potência do projeto. Neste itinerário que propus, os enunciados estudados evidenciaram as contradições, as deformidades, as descontinuidades.

Quanto aos sujeitos da escola pública, professores e alunos, é incipiente o espaço dado a estes. Sem compromisso com o contexto das notícias que circula, ZH informa sobre os sujeitos da Educação, sem preocupar-se com a profundidade, a qual poderia levar a compreensões das causas dos problemas que reiteradamente ZH relaciona aos professores e alunos. Dentre outros, violência, péssima qualidade, apatia, alienação e uma escola que parece continuar à sombra de modelos dos séculos passados⁹⁵.

Para os alunos, a imagem construída em ZH está constantemente relacionada principalmente à violência, nesse sentido, é possível encontrar os muitos enunciados da escola pública, nas páginas policiais. Assim, os alunos são comumente enunciados em sua pobreza econômica, carências de toda ordem, sendo causa e vítima da violência. Utilizando normalmente discurso com tom de denúncia, ZH, em textos escritos e em imagens, reitera pelas notícias que publica dos alunos que a escola pública, além das inúmeras dificuldades de ordem estrutural e pedagógica, não é segura.

É prática também no jornalismo da RBS que a palavra dada pelo jornal para enunciar a Educação, normalmente venha de economistas, médicos, juristas, quase nunca de professores e pesquisadores da Educação. Quando estes alcançam alguma visibilidade, é no sentido depreciativo, desqualificando-os, relacionando-os também a ambientes escolares pouco seguros e que, por realizarem greves e outros movimentos, constituem-se responsáveis pelos problemas da Educação, sendo inclusive risco a esta.

O signo Educação pública abarca uma multiplicidade de sentidos; A Educação é principalmente uma política pública prevista na constituição federal e que precisa dar conta de múltiplas dimensões, encontra-se no centro das disputas de classe, porque nela estão envolvidos projetos que podem concorrer para relações de alteridade, de democracia, práticas libertárias, mas que também pode ser usada para a manutenção do *status quo*, e principalmente da supremacia do mercado sobre as pessoas.

O pensamento bakhtiniano norteou principalmente as compreensões do estudo dos enunciados que o jornal ZH constrói e circula acerca da Educação, a

⁹⁵ Refiro-me principalmente à imagem construída por GaúchaZH, em notícia citada neste trabalho página 109.

partir dos mais diferentes contextos sociais. Assim a materialidade discursiva sobre a qual me debrucei, o discurso jornalístico, demonstrou ser importante arma para a preparação do contexto social, emprestando seus discursos, em alguns momentos, para a implantação das políticas educacionais e, em outros, os enunciados empreendem forças para a manutenção de determinadas políticas e criam um contexto favorável à aceitação de mudanças, enunciadas como novidades, atualizações, modernizações, flexibilizações, dentre outros.

Compreendo ainda que o estudo do jornal na ausculta pelos embates discursivos é também parte importante do estudo das políticas educacionais, uma vez que é um elo bastante forte e constante entre a política “dura” e seu diálogo com as camadas sociais. Muitas vezes, a única forma de contato de determinados grupos sociais com as políticas educacionais é a grande mídia e, por isso, trazer à tona os embates entre os diferentes índices de valor que se podem construir sobre as políticas educacionais é uma tarefa necessária que pode alargar as compreensões das próprias políticas na relação com o cotidiano social. O jornal é, entre outras coisas, essa zona limítrofe entre a esfera educacional e outras esferas de atividade humana.

As palavras, como escreve Bakhtin (2014, p. 42), são “tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais”, elas são capazes de registrar as mudanças sociais mais efêmeras. Assim, ainda que a materialidade discursiva estudada apontasse a todo o momento para a cristalização de verdades já constituídas sobre a Educação, ainda assim, Bakhtin deslindou-me que a palavra comporta sempre duas faces, ela é território comum do ser que fala com outro ser que também fala, assim a tentativa de monologização da monovocalidade, mostra-se em Bakhtin, impossível, dada a natureza da linguagem que tende à dialogia, às trocas, às transgressões, aos embates.

Em ZH e GaúchaZH, os embates configuram-se através dos discursos outros, uma emersão pelas fendas mais estreitas, concretizadas, por vezes, numa única palavra, ou no discurso de uma única linha, ainda assim é possível compreender que nesta arena não há possibilidade para a monovocalidade, não é a arena da palavra única. Mesmo quando não diz, a palavra denuncia as ausências e enuncia que nada está posto ou estável.

A palavra, este termômetro capaz de registrar as menores oscilações nas relações sociais, é usada pela grande mídia, representada pela RBS e seus

veículos de comunicação neste estudo, para a manutenção da ordem social. Para tanto, ela faz uso da linguagem e de todos os seus recursos; a palavra ganha valorações, adjetivações, sentidos que concorrem na tentativa de convencer os leitores de que o jornal é capaz da isenção naquilo que noticia e, como tal, seus enunciados são a única verdade e traduzem o pensamento da sociedade gaúcha em sua totalidade.

Realizar a escrita deste estudo na primeira pessoa deu-me liberdade ainda não experienciada em minha trajetória acadêmica, exigindo postura responsiva, a qual Bakhtin diz ser exigência, para todo pesquisador das ciências humanas. Nesse sentido, devo confessar que o estudo por ora concluso foi escrito com certo *frio na espinha*, que serviu para aguçar os sentidos e me manteve em permanente vigilância, afastando qualquer possibilidade de escrita alheia, desinteressada, não comprometida.

O que propus foi uma roda dialógica, para qual convidei a Educação como política pública, o jornalismo como a materialidade que pudesse enunciar como a palavra pode ao mesmo tempo refletir e refratar sentidos. Nesta roda, foram se achegando, ainda, estudiosos do pensamento Bakhtiniano e da Educação, e todo um conjunto discursivo que me levaram às compreensões aqui explicitadas.

Poderia ter nomeado este pedaço de escrita de conclusões inconclusas, de um acabamento provisório, pois dadas as dimensões que envolvem a Educação como política pública, a mesma convida à pesquisa constante. É preciso dizer ainda que nesta escrita encontra-se meu olhar de pesquisadora, de professora da escola pública. A escolha dos enunciados e todo o conjunto discursivo, fundamental às compreensões, encontram-se imersos na minha própria identidade.

Foi ainda permanente processo de aproximação e distanciamento para que o estudo tivesse a rigurosidade científica necessária. Importa lembrar ainda que a pesquisa com Bakhtin convida o outro não somente no sentido de reconhecer o diferente, mas de distanciar-se dele. Assim, ficam sempre perguntas, dúvidas, questões que suscitam outros questionamentos: *será que este enunciado mostra somente isso?* Amorim (2004) lembra que pesquisar é receber e acolher o estranho, é afastar-se do território próprio para constituir na escuta da alteridade, compreensões, e assim enunciá-las.

Como pesquisadora da Educação, almejo que esta pesquisa motive, instigue, inspire a outras mais, seja um texto polifônico, pois formado por múltiplas

vozes do passado e do presente, as quais imersas, em contextos ideológicos diversos, construíram os sentidos aqui enunciados.

Ao principiar este estudo, comuniquei que o fazia como convite à busca interessada, respeitosa e principalmente na possibilidade do esperar. Esperar que não é sinônimo de espera, mas que, em Paulo Freire, compreendo ser a necessidade de todos nós em sonhar outra realidade. Mesmo nestes duros tempos de pouco diálogo, da tentativa de destruição de nossas utopias, do recrudescimento da intolerância, dos reiterados ataques às políticas públicas concretizados na diminuição e congelamento dos investimentos, nas reformas realizadas de forma verticalizada, na perda gradual da confiança nas instituições.

As epígrafes escolhidas também carregam essa intencionalidade, a escolha pela poesia, pela música e o texto de Saramago; palavras literárias no sentido daquilo que, para Ponzio (2010), é o encontro da linguagem comum com a realidade extra-verbal e para além dela, a “vida” em sua totalidade.

Assim, este estudo pretendeu ser convite à esperança, a possibilidade de pensar a Educação pública como caminho, não como redentora do mundo, mas como possibilidade de mudar pessoas para que estas ajam no mundo. O convite à leitura e à escrita, com olhar enviesado, oblíquo, na certeza de que nada está posto e predeterminado. Ancorados na filosofia bakhtiniana, a qual vale a compressão, porque envolve sentidos para a vida; construir possibilidades, de resistência às indiferenças e ao domínio do capital, na escuta das vozes outras, das contrapalavras; construir com as diferenças, como caminho para aquilo que Ponzio (2010) denominou *humanismo da alteridade*⁹⁶, de cada um com o outro, na relação com a vida, em sua plenitude, no mundo.

⁹⁶ Procurando uma Palavra Outra (2010, p.158).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas**. São Paulo: Musa editora, 2004.

ANDREIS, Adriana Maria. CARACELLI SCHERMA, Camila. O Diálogo, a Fronteira e o Movimento nas Metodologias Científicas e Pedagógicas. In: **Pesquisa, Educação e Cidadania**. Percursos Metodológicos. Orgs. CALLAI, Helena C. & MORAES, Maristela Maria de. Editora Unijuí, 2016.

ARRUDA, José Jobson. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Ática, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 5ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **Questões de Literatura e Estética: A teoria do romance**. 4ª. ed. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **Para uma filosofia do ato**. Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

_____. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. 16ªed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BARROS, Manoel. **Tratado Geral das Grandezas do Ínfimo**. São Paulo: Record, 2001.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BEZERRA, P. Prefácio à segunda edição brasileira. In: BAKHTIN, M. M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRANDÃO, C. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRECHT, Bertolt. **Poemas 1813-1956**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARACELLI SCHERMA, Camila. Discursos, hegemonia e agronegócio: tensão e luta de classes no contemporâneo. 133 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

_____. In GEGe Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso. **Palavras e contrapalavras: Entendendo o Cotejo como Proposta Metodológica**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

EDITORIAL. **Zero Hora**, Porto Alegre, 04 de maio de 1964.

FARACO, Carlos Alberto. O estatuto da análise e interpretação dos textos no quadro do círculo de Bakhtin. In: GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos; MACHADO, Anna Raquel; COUTINHO, Antônia. (Org.) **O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas**. Campinas/ SP: Mercados da Letras. 2007

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15ª ed. São Paulo: editora Paz e terra, 2000.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.ª edição. 2000

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na Educação: uma nova abordagem**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, Demerval. SANFELICE, José Luis. **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Editores Associados, 2003.

GERALDI. J.W. **A aula como acontecimento**. São Carlos: Pedro & Joao editores, 2010.

_____. **Ancoragens**. Estudos Bakhtinianos. São Carlos: Pedro & Joao editores, 2010.

GEGe - Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso. **Palavras e contrapalavras: Glossariando conceitos, categorias e noções de Bakhtin**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

GIOVANI, Fabiana & SOUZA, Nathan Bastos de. **Bakhtin e a Educação, a ética, a estética e a cognição**. São Carlos: Pedro & João, Editores, 2014.

GRZYBOWSKI, C. **Pedagogia dos movimentos sociais no campo**. In: Educação e constituinte. Anais da IV CBE. Tomo 2. São Paulo: Cortez, 1986 p. 941- 952.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. São Paulo: EDUSC, 2001.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 1985;

MANUAL de Ética, Redação e Estilo. **Zero Hora/RRBS**. Porto Alegre: Editora L&PM, 1994.

MIOTELLO, Vladimir. Estudo da língua em Bakhtin – objeto e metodologia. In GATTOLIN, S.R.B.; SIGNORI, M.B.D.; MIOTELLO, V (Orgs.) **Década: Dez anos entre o aprender e o ensinar linguagens**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

_____. **Um ser expressivo e falante**. Refletindo com Bakhtin e construindo uma leitura de vozes. São Carlos: Pedro & João editores, 2013, São Carlos.

MARX, Karl. ENGELS, Frederick. **A ideologia Alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo/SP: Martins Fontes, 1998

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

MORAES, Dênis de. O capital da mídia na lógica da globalização. In: _____ (org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MORAIS, J. F. S. **A escola pública e os discursos sobre sua pretensa crise**. Teias: Rio de Janeiro, ano 2, n. 4. Jul/dez, 2001.

NOVO, H, A. **Dos Fatos e Espetáculos: o imaginário social sobre a violência em na Grande Vitória – ES**. Brasília: UNB, 2006.

OLIVEIRA, L.M.F. de. A leitura do mundo precede a leitura da palavra: uma reflexão sobre gêneros do discurso e ensino. In. GEGER, **Grupo de estudos dos gêneros do discurso A escuta como lugar de diálogo: alargando os limites da identidade**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.

PENA, F. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PONZIO, A. **La revolución bajtiniana**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1998.

_____. **Procurando uma palavra outra**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

SARAMAGO, José. **Deste mundo e do outro**. 3. ed. Lisboa: Caminho, 1985 .

SOARES, Luiz Eduardo; BIL, MV; ATHAYDE. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SEIXO, Maria Alzira. **Lugares da ficção em José Saramago**. Lisboa: IN-CM, 1999.

YAGUELLO, Marina. **Introdução**. In: BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch (V. N. VOLOCHÍNOV). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16.ed. São Paulo: Hucitec, 2014. p. 11-19.

JORNAIS

EDITORIAL. Zero Hora. 1ª edição. Porto Alegre, 04 de maio de 1964.

ZERO HORA. Greve no Magistério? Por que e para quê? Zero Hora Outra Visão. p.24, 29/02/2016.

_____. Ano letivo pode começar com paralisação de professores em escolas estaduais. Zero Hora. p.24, 26/02/2016.

_____. A Favor dos Alunos. Zero Hora, editorial, 13/02/2018.

_____. Programa concluiu só quatro de 208 creches previstas no RS. Zero Hora, 06/11/2016.

_____. Incerteza na Volta as aulas. Zero Hora, p.04, 29/02/2016,

_____. RS amarga o pior resultado no Ensino Médio. Zero Hora, 09/09/2016.

_____. Magistério o problema está no sistema. Zero Hora, Opinião, p.21, 16/06/ 2016.

_____. O que comemorar no dia da Educação? Zero Hora, Opinião, p.23, 28/04/ 2016.

_____. Há Saída? Enquanto a Educação não for nossa prioridade absoluta, jamais extirparemos as raízes da corrupção. Zero Hora, Opinião, p.26, 20/06/2016.

_____. Além do Lugar-Comum na Educação. Zero Hora, Opinião, p.24, 14/06/2016.

_____. Ameaça à Educação. Zero Hora, Editorial, p.30, 12/08/2016.

_____. Com medo, escola reduz aulas para duas horas por turno. Zero Hora, Polícia p.29, 31/03/2016.

_____. Insegurança fecha colégio e muda rotina. Zero Hora, Polícia p.24, 13/04/2016.

_____. Escola Estadual de Ensino Fundamental Aurélio dos Reis, no Jardim Floresta, zona norte da capital foi arrombada e teve 110 notebooks furtados. Zero Hora, Polícia 08/06/2016.

_____. Escola Municipal Padro Luiz Nadal de São Jeronimo, na região carbonífera, amanheceu com o refeitório arrombado e as dispensas praticamente vazias. Zero Hora, Polícia 09/06/2016.

_____. Furto e Tristeza na escola-modelo do RS. Zero Hora, Polícia p.6 e 7, 09/06/2016.

_____. Ameaça à Educação. Zero Hora, Editorial: p.3, 12/08/2016.

_____. Educação Prejudicada. Zero Hora, Polícia p.8 e 9 12/08/2016.

_____. Adolescente leva submetralhadora à escola. Zero Hora, Polícia p.34. 1º/09/2016.

_____. Seis dias, três invasões e 110 crianças sem escola. Zero Hora, Polícia p.6 e 7 06/09/2016.

_____. Reforma é Prioridade no ministério. Zero Hora, Educação, p.35 16/09/2016.

_____. Um Ponto de Interrogação sobre o novo Ensino Médio. Zero Hora, Coluna de Rosane de Oliveira, p.10 22/09/2016.

_____. Emergência no Ensino Médio. Zero Hora, Educação, p.30 e 31, 22/08/2016.

_____. Nas mãos do Estado, o Novo Ensino Médio. Zero Hora, Educação, p.28 e 29, 23/09/2016.

_____. Reforma Recheada de dúvidas Zero Hora, Educação, p.30 e 31, 26/09/2016.

_____. Reforma Recheada de dúvidas. Zero Hora, Educação, p.30 e 31, 26/09/2016.

_____. O Ensino Abaixo da Média. Zero Hora, Editorial, p.28, 26/09/2016.

_____. MP do Ensino Médio passa na Câmara e segue para o Senado Zero Hora, Educação, p.33, 14/12/2016.

_____. Escola é arrombada pela 11ª vez no ano na capital. Zero Hora, Polícia p.22 06/03/2017.

_____. Estudante é estrangulada em escola. Zero Hora, Polícia p.20 10/03/2017.

_____. Alunas devem responder por morte de Marta. Zero Hora, Polícia p.21 15/03/2017.

WEBSITES CONSULTADOS

CATELLI, Roberto. **Educação de adultos a distância só vai gerar exclusão.** Disponível em www.cartacapital.com.br/educacao Acesso em 2018.

CARTA CAPITAL. Disponível em www.cartacapital.com.br. Acesso em 2018.

CENTRO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em cpers.com.br. Acesso em 2017.

COUTO, Mia: **Repensar o pensamento, redesenhando fronteiras.** Disponível em <http://www.fronteiras.com/artigos/mia-couto-repensar-o-pensamento-redesenhando-fronteiras>. Acesso 2017.

CARGNELUTTI, Camila Merchesan. BORELLI, Viviane. **É tempo de construir o Brasil Grande:** a legitimação da ditadura civil-militar nos editoriais do jornal Zero Hora – RS. 2014. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/download/1984-6924../27187> Acesso em 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. www.cnte.org.br . Acesso em 2018.

DI PIERO, Maria Clara. **Perdemos 3,2 milhões de matrículas na Educação de Jovens e Adultos.** Disponível em <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/06/maria-clara-di-pierro-perdemos-32-milhoes-de-matriculas-na-educacao-de-jovens-e-adultos.html> Acesso em 2018.

DRAIBE, Sonia Miriam. **Reforma educativa y cualidad de las instituciones democráticas:** observaciones sobre la experiencia latino-americana reciente desde el punto de vista e las condiciones institucionales de la gobernabilidad. Buenos Aires, Argentina, 2004. Disponível em file:///governabilidad_sistemas_educativos_AL_iipe.pdf. Acesso em 28 de junho de 2017.

EDUCAÇÃO UOL. Disponível em educacao.uol.com.br Acesso em 2018.

REVISTA EXAME. Disponível em <https://exame.abril.com.br/revista-exame>. Acesso em 2018.

FERRARI, Márcio; COSTA, Cynthia. **Violência é assunto da escola, sim!.** Revista **Educar para crescer.** Editora Abril. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/violencia-nas-escolas426392.shtml>>. Acesso em: 22 nov.2009

FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL. Disponível em <http://sisfiesportal.mec.gov.br>. Acesso em 2017.

FERREIRA, Katia Zanvettor. **O jornalismo e os professores:** os jogos de imagens. Pesquisadora colaboradora junto ao Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade

(Nudecri/Unicamp) e professora do curso de Jornalismo da Universidade do Vale do Paraíba (Univap). E-mail: katia.zanvettor@gmail.com comunicação & educação • Ano XXI • número 2 • jul/dez 2016
<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6072190.pdf>

GAÚCHAZH. Ano Letivo na Rede Municipal de Porto Alegre começa com Novidade. 19/02/2018. <https://GaúchaZH.clicrbs.com.br>. Acesso em 2018.

_____. **Confira as escolas privadas do RS que tiveram melhor desempenho no Enem 2016.** 13/12/2017 <https://GaúchaZH.clicrbs.com.br>. Acesso em 2018.

_____. **Editorial, Opinião RBS,** 09/03/2018. <https://GaúchaZH.clicrbs.com.br>. Acesso em 2018.

_____. **Agressões contra professores e funcionários lidera ranking de violência em escolas estaduais do RS.** 12/07/2018, <https://GaúchaZH.clicrbs.com.br>. Acesso em 2018.

_____. **Porto Alegre tem uma escola voltada a moradores de rua; veja como funciona.** 10/07/2018, <https://GaúchaZH.clicrbs.com.br>. Acesso em 2018.

_____. **A educação esquecida.** 10/08/2017, <https://GaúchaZH.clicrbs.com.br>. Acesso em 2018.

_____. **Educação com critério.** 22/01/2018, editorial <https://GaúchaZH.clicrbs.com.br>. Acesso em 2018.

_____. **Professores estaduais aprovam greve a partir de 15 de março.** 08/03/2017, <https://GaúchaZH.clicrbs.com.br>. Acesso em 2017.

GREGOLIN, Maria do Rosário V. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Revista Comunicação, mídia e consumo.** Vol. 4. São Paulo. 2007. Disponível em <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/viewFile/117/118> Acesso em 2017.

GAZETA DO POVO. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br>. Acesso em 2018.

HISTÓRIA DO CPERS. Disponível em ww.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/.../Joao%20jorge%20correa.pdf. Acesso em 2018.

Livro aponta baixo investimento na educação pública. Disponível em <http://www.usp.br/agen>. Acesso 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em 2018.

KUIAVA, José. **A Educação que muda as pessoas**. Unioeste. Cascavel. 2015. Disponível em www.carosamigos.com.br. Acesso em 2018.

KUHN, Martin. PUHL, Mário José. **Da universalização do acesso ao ensino de qualidade**. XVII Seminário de Educação no Mercosul. <https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2015/1%20> Acesso em 2017.

LEODORO, M. P. **Os olhares de Janus** – Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-26042007.../CAPITULO5.pdf> Acesso em 30 de Outubro de 2017.

LINGUEE – **DISCIONÁRIO PORTIGUÊS-INGLÊS**. Disponível em www.linguee.com.br. Acesso em 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em portal.mec.gov.br. Acesso em 2018.

MIOTELLO, V. **Os Interlocutores de Bakhtin: os outros com quem ele conversava**. 2017. Disponível em www.letras.ufscar.br. Acesso 2017.

MOLL, Jaqueline. **Reinventar a escola dialogando com a comunidade e com a cidade: novos itinerários educativos**. 2012 Disponível em jaquelinemoll.blogspot.com/2012/11/reinventar-escola-dialogando-com.htm. Acesso em 2018.

OLIVEIRA, Liliane Afonso de. **Discursos da mídia impressa sobre a violência nas escolas públicas de Belém do Pará: corpo, identidades e regimes de verdade**. Universidade da Amazônia. Mestrado em Comunicação, Linguagens e cultura. Belém, 2012. Disponível em www6.unama.br. Acesso em 2018.

PAULA, Luciane de. Círculo de Bakhtin: uma Análise Dialógica de Discurso **Rev. Est. Ling., Belo Horizonte**, v. 21, n. 1, p. 239-258, jan./jun. 2013. Disponível em <http://periodicos.letras.ufmg.br/index>. Acesso 2017.

PINHEIRO, Marina. LEITÃO, Selma. Bakhtin e a "vida dos outros". **Rev. Mal-Estar e Subjetividade**. vol.10 nº1 Fortaleza, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo> Acesso em 2017.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. **Dialogismo, aspecto constitutivo do discurso uma releitura de Bakhtin a partir de autores nacionais**. Disponível em <http://www.filologia.org.br/xicnlf/4/06.htm> Acesso em 2018.

RAMIL, Vitor. **Álbum Campos Neurais**. Satolep Music, 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oCvIRBSCWQs>. Acesso em 2018.

REIS, Tânia Teixeira. **Violência nas Escolas sob o olhar da mídia impressa do Distrito Federal**. Disponível em

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7349/1/2010_TaniaTeixeiraReis.pdf. Acesso 2018.

SILVA, Livia Sousa da (2011). A midiaticização da violência escolar: o cenário das produções acadêmicas. **Ver a Educação**, v. 12, n. 1, p. 159-182, jan./jun. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/rve/article/view/1007/1463>

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16> Acesso 2017.

SOUZA, S. M. Z. L. Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. **Cadernos de Pesquisa**, n.119, p.175-190, jun. 2003.

LIMA Venício A. de. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.61, p. 48-57, março/maio 2004 Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13317/15135>. Acesso em 2018.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME) Disponível em <https://16forum.undime.org.br> Acesso em 2018.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE). Disponível em <http://pne.mec.gov.br> Acesso em 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

O ANO LETIVO NA REDE MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE COMEÇA COM NOVIDADE.

Uma parceria público-privada para atender alunos da Educação Básica. A Secretaria Municipal da Educação (Smed) define o termo de colaboração assinado com a Pequena Casa da Criança como a primeira experiência da Capital com uma escola comunitária no Ensino Fundamental — o modelo já era adotado na Educação Infantil. No entanto, a parceria já esbarra em questões financeiras. O primeiro pagamento à instituição localizada na Vila Maria da Conceição, no bairro Partenon, deveria ter sido feito no fim de janeiro, mas os R\$ 158 mil ainda não entraram na conta. O termo de colaboração entre a Smed e a Pequena Casa da Criança, instituição sem fins lucrativos ligada à congregação católica Missionárias de Jesus Crucificado, foi assinado no fim de dezembro. As aulas para 222 alunos do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental terão início na quarta-feira (21) — mesmo com o atraso no repasse de verba da prefeitura.

A diretora-presidente da instituição, irmã Pierina Lorenzoni, comemora a parceria com a prefeitura, mas teme que o atraso no pagamento se prolongue e vire rotina, prejudicando o desenvolvimento das atividades. — Estamos contentes com o convênio, mas infelizmente a verba prometida para o dia 31 não chegou. Temos dificuldade financeira para pagar os professores, tivemos de correr para arrumar dinheiro emprestado. O secretário municipal da Educação, Adriano Naves de Brito, afirma que os valores serão depositados até quarta-feira. O atraso decorreu, segundo a secretaria, de questões burocráticas para aprovação do primeiro pagamento.

Até 2017, a prefeitura tinha uma política de compra de vagas na Pequena Casa da Criança, por meio de convênios firmados todos os anos. Agora a parceria segue as regras do Marco Regulatório das da Sociedade Civil, lei federal que normatizou a relação entre o setor público e as organizações privadas sem fins lucrativos. O termo de compromisso assinado no fim de dezembro tem validade de cinco anos, e inclui ainda a oferta de 130 vagas na Educação Infantil. O valor pago por aluno é de R\$ 452, em média. Desde o ano passado, a prefeitura tem assinado termos de compromisso na Educação Infantil — são 219 escolas comunitárias nesse

modelo, mas apenas a Pequena Casa da Criança pode ofertar vagas no Ensino Fundamental.

O secretário Adriano Naves de Brito diz que a escolha se deve à demanda do bairro Partenon: — Não temos escola municipal na região atendida pela Pequena Casa da Criança. E avaliamos a qualidade do trabalho que a instituição oferece para a população.

Novas parcerias previstas para 2019

O secretário afirma que novas parcerias devem ser firmadas neste ano para abrir vagas no Ensino Fundamental a partir de 2019. Serão escolhidas regiões onde não há vagas em escolas públicas.— É um modelo que vale a pena ampliar. No Ensino Fundamental, precisamos de mais uma ou duas escolas para atender necessidades pontuais. Questionado sobre por que não ampliar a oferta na rede pública, Naves de Brito avalia que as vagas privadas podem ser oferecidas de forma mais rápida, já que não dependem da realização de concursos públicos para professores e da construção de novos prédios. — Tem uma questão financeira, de economizar recursos, mas não é só isso. O principal é que é um novo modelo de ensino, aumentando a pluralidade do ecossistema educacional do município. Teremos a possibilidade de comparar e saber qual funciona melhor **(se é a escola pública ou a parceira)** — diz.

Nesse novo modelo, a gestão das finanças, a contratação de professores e as questões pedagógicas são de responsabilidade do parceiro privado. Naves de Brito afirma que a Smed vai fiscalizar o cumprimento das regras e pretende criar uma avaliação da qualidade do ensino para justamente poder comparar os modelos.

A presidente do Conselho Municipal de Educação, Isabel Medeiros, não tem a mesma empolgação do secretário com a parceria. A doutora em educação pela UFRGS diz que o órgão não foi consultado sobre as mudanças: — Não houve consulta prévia nem parecer do conselho sobre esse novo modelo de conveniamento, que fere o Plano Municipal de Educação ao priorizar o aumento das vagas na iniciativa privada, e não na escola pública. É uma política que vai na contramão de tudo que era feito e agora teremos de analisar as condições para esse funcionamento. Apesar dos percalços financeiros, a diretora-presidente da Pequena Casa da Criança está otimista. A ideia é ampliar as vagas até o nono ano do Ensino Fundamental. — O contrato de cinco anos nos dá uma certa tranquilidade. O secretário me disse que fomos escolhidos para ser uma escola-modelo. E estamos

fazendo a nossa parte. Os professores têm curso superior, estamos melhorando a estrutura, temos várias atividades para as crianças — afirma.

Reforma nas férias para receber novos alunos



Espaço para refeições dos alunos Anselmo Cunha / Especial

Os últimos dias foram de correria na Pequena Casa da Criança para aprontar as obras de substituição dos pisos e pintura nas salas que vão receber as turmas do Ensino Fundamental a partir de quarta-feira — pelo cronograma inicial, as atividades teriam início na segunda-feira, mas foi preciso adiar. A instituição filantrópica foi criada na década de 1950 no alto da Vila Maria da Conceição para atender desde crianças a idosos em situação de vulnerabilidade social. É mantida desde então com doações e com as parcerias com o poder público.



Instituição tem aulas de música Anselmo Cunha / Especial

Quando a reportagem esteve na instituição, no dia 8, além do barulho das obras, outro som chamava atenção no lugar: no fundo de um longo corredor, um grupo de adolescentes arriscava acordes de violoncelo. Os equipamentos foram adquiridos com o dinheiro repassado pelo Criança Esperança. Os futuros músicos são crianças da comunidade, que já passaram por aulas de flauta e de percussão. Em outra sala, estava um grupo do programa Jovem Aprendiz. São estudantes da comunidade que trabalham em escritórios, agências bancárias e em outras empresas. Alguns frequentam a Pequena Casa desde a infância, por conta da creche e das atividades extracurriculares. Entre eles estava Nathaly Santos da Silva, 18 anos, estudante do Ensino Médio em uma escola estadual do bairro: — Fui aluna na creche. Dizem que o bom filho à casa retorna. E eu voltei com a oportunidade de conseguir um emprego — diz a jovem que trabalha no Bannisul.

Apesar do espaço apertado, o prédio conta com laboratório de informática, refeitório e um ginásio na ruela em frente. Por ser uma instituição católica, imagens de santos e do papa Francisco decoram os corredores e a sala da diretora-presidente. A partir do termo de colaboração com a prefeitura, a instituição tem como responsabilidade garantir a contratação de professores com formação adequada, dar alimentação aos alunos e manter a estrutura. A irmã Pierina reconhece que é preciso ampliar a estrutura e fala de um sonho, construir um prédio novo em um terreno ao lado: — O projeto já está praticamente pronto. Mas vamos precisar de doações (ZH, 19/02/2018 ⁹⁷).

⁹⁷ Disponível em <<https://GaúchaZH.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/02>>. Acesso em 30 de Março de 2018.

APÊNDICE 2

PORTO ALEGRE TEM UMA ESCOLA VOLTADA A MORADORES DE RUA⁹⁸.

EDUCAÇÃO PÚBLICA - Porto Alegre tem uma escola voltada a moradores de rua; veja como funciona. Colégio localizado no centro da Capital tem 115 alunos matriculados, com idades entre 15 e 60 anos.



Escola oferece oficinas de papel (foto) e cerâmica no contra turno - Omar Freitas / Agencia RBS

Olhando por cima do portão pintado de roxo, o prédio do número 203 da Rua Washington Luiz, no centro da Capital, parece um colégio como qualquer outro. A diferença é que quem estuda ali não costuma ser tratado na sociedade como qualquer outro. A maior parte dos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA) é formada por moradores de rua. A instituição voltada à Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem aproximadamente 115 alunos matriculados, com idades entre 15 a 60 anos. Além de três salas de aula, quadra coberta e biblioteca com cerca de cinco mil livros, a escola tem espaço para os estudantes tomarem banho e lavarem suas roupas.

Uma vez por semana, as aulas ocorrem em um laboratório de informática, um dos momentos mais aguardados por Simone Borges, 28 anos. É quando ela

⁹⁸ Disponível em <<https://GaúchaZH.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/07/porto-alegre-tem-uma-escola-voltada-a-moradores-de-rua-veja-como-funciona-cjig0x1fi0q1901qo75tflo6h.html>>. Acesso em 2028.

consegue espiar no Facebook fotos da irmã, da sobrinha e da filha, de seis anos, que mora com a avó da moradora de rua na Zona Leste. "Faz uma cara" que ela não a vê presencialmente. No turno contrário às aulas, estudantes participam de oficinas de cerâmica e de papel reciclado. Nara Oliveira, que mora em uma barraca em praça próxima dali, orgulha-se em falar que ajuda a transformar rascunho e filtros de café em cadernos decorados. Mas, com a merenda e o banho, o principal motivo para a senhora (que não sabe dizer sua idade) frequentar a escola é a companhia. — Todo mundo gosta de mim aqui — diz, depois de citar um a um os colegas e os educadores.

Professora de turma de alfabetização, Cláudia Machado acredita que muitos alunos frequentam a escola porque se sentem seguros ali. Conta que, imediatamente, eles não têm vontade de estudar, mas, à medida que os professores ofertam atividades, vão se envolvendo. Como as pessoas em situação de rua têm características não compatíveis com a burocracia das escolas normais, na EPA os alunos podem se matricular e avançar em qualquer momento ao longo do ano e há uma tolerância muito maior com relação a faltas.



Escola dispõe de chuveiros e lavanderia - Omar Freitas / Agencia RBS

— Faltam bastante. Muitas vezes, pegam um serviço, de dois, três dias. Depois, voltam e vamos trabalhar para recuperar o que perderam — explica o diretor Renato Farias dos Santos. A EPA também atende jovens da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) e egressos do sistema prisional. O diretor relata que muitos dos alunos são usuários de drogas, e o corpo docente trabalha com uma lógica de redução de danos. — A gente oferece atividades. Se ele fica o dia inteiro, é

um dia inteiro sem drogas. Muitos já vêm em busca disso. É uma forma de ficar sem esse uso — diz o diretor. Além das drogas e do álcool, maus tratos domésticos e problemas com a família estão entre os motivos que levaram os estudantes às ruas, mas o que guia boa parte deles à escola é a vontade de mudar o rumo.



Biblioteca conta com cerca de 5 mil livros - Omar Freitas / Agencia RBS

— O cara não consegue trabalho porque não tem estudo. Até para juntar lixo hoje tem que ter escolaridade — diz um estudante que não quis se identificar. Santos destaca que muitos estudantes da EPA conseguem completar o Ensino Fundamental e ingressar no Ensino Médio ou acessar melhores oportunidades de trabalho. É em busca disso que está Rafael Fernandes Dutra, 30 anos. Ele conta que quer largar o crack e sair das ruas. Vê os estudos como primeiro passo. Se tudo der certo, deve terminar o Ensino Fundamental no ano que vem e se matricula em uma escola de Ensino Médio na sequência. O plano é fazer concurso público e ter a estabilidade que nunca nem chegou perto de ter — mora nas ruas desde os sete anos. Dutra garante que está se puxando em sala de aula: — Sou bom em matemática. Agora, estou aprendendo a dividir os números maiores. O que o estudante mais valoriza na escola são os profissionais (são cerca de 30 funcionários). — Aqui, os professores são bastante carinhosos com a gente, e nós respondemos com respeito — acrescenta.



Escola fica no Centro Histórico Omar Freitas / Agencia RBS

Liminar da Justiça garante funcionamento

O futuro da Escola Porto Alegre não está garantido. A Secretaria Municipal de Educação (Smed) pretendia transformar o espaço em um colégio de Educação Infantil ainda em 2015. Com apoio da Defensoria Pública, o conselho escolar conquistou uma liminar na Justiça para impedir o fechamento da EPA há três anos. O processo ainda não teve o julgamento final: está em fase final de instrução, aguardando os memoriais (que são as alegações finais das partes sobre a questão) e, posteriormente, seguirá para a sentença. Não há previsão de conclusão.



Nara na oficina de papel reciclado - Omar Freitas / Agencia RBS

GaúchaZH questionou a Smed sobre os planos para o espaço. A pasta, em nota, respondeu na mesma linha da gestão passada: "A demanda hoje é maior por Educação Infantil na região central do que por Educação de Jovens e Adultos (EJA)". A pasta alega que escola foi concebida para atender principalmente crianças em situação de rua (foi construída em 1995 e transformada em EJA em 2009) e que, hoje, o problema não representaria a mesma realidade de anos anteriores. A secretaria vê duas principais alternativas para os estudantes da escola: aos alunos que sofrem de dependência ou doença mental, participação no Plano Municipal de Superação da Situação de Rua, desenvolvido por diferentes secretarias municipais com ações de saúde, assistência e habitação; já os alunos mais regulares poderão ingressar em outras escolas que oferecem EJA na região central. "A Smed tem grande oferta de EJA em toda a cidade — na Rua Santa Terezinha tem o CMET Paulo Freire, que é exclusivo para a modalidade — e há vagas", afirma assessoria de imprensa.

A vice-diretora da EPA Jacqueline Junker ressalta que existe uma questão de pertencimento e de territorialidade que afetaria a educação desses alunos em outros locais. Ela lembra que perto do CMET Paulo Freire fica a Vila Planetário, que impediria a transferência de parte dos alunos em razão de violência e de pontos de drogas.



Alunos em reunião de classe - Omar Freitas / Agencia RBS